

**Miguel Correia Ramos**

**A cidade romana de *Balsa* (Tavira): Uma análise da urbe  
através do seu espólio**

Mestrado em Arqueologia

Trabalho feito sobre a orientação de: Professor Doutor João Pedro Bernardes



Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de Artes e Humanidades

2021

Esta tese segue o antigo acordo ortográfico

# Resumo

Nesta tese mostram-se os resultados da verificação do rico espólio de *Balsa* espalhado por vários museus, câmaras e colecções privadas em Portugal, e retiram-se conclusões destes materiais e os vários estudos já feitos sobre a urbe, de forma a se atingir uma maior compreensão dos aspectos comerciais, sociais e políticos de *Balsa*.

Sistematiza-se as informações disponíveis sobre a urbe e adicionam-se materiais de vários museus e outras instituições à lista constantemente em expansão dos vestígios de *Balsa*, tendo-se identificado um espólio disperso e carente de estudo.

Salienta-se o já estabelecido período áureo da cidade nos finais do século I e inícios de II d.C., e revela-se neste período uma população com grandes capacidades de importação.

Nota-se também a possibilidade de uma urbe ainda com um dinamismo significativo nos séculos III-V d.C., revelado por estruturas descobertas na campanha de 2019 e vestígios como o grande capitel dos séculos III/IV d.C, e afirma-se que a urbe, apesar de deixar de existir como centro urbano, possuiria provavelmente uma ocupação contínua para além do século VII d.C.

A antiga localização que se supunha para o porto é afastada e cria-se um mapa com as estruturas cuja localização se conhece certamente e dão-se localizações prováveis para as estruturas cujo paradeiro exacto continua por descobrir.

Afirma-se a presença de uma elite claramente romanizada e inserida numa rede maior de urbes e *oppida* da Lusitânia que se mantêm em *Balsa* até pelo menos meados do século III d.C.

Dá-se assim um novo contributo para o estudo da cidade de *Balsa*, que carece ainda de muita investigação.

Palavras-Chave: Lusitânia Romana, cidade portuária, espólio, museus, necrópole

## Abstract

This thesis shows the results of identifying the rich *Balsa* spolia spread by various museums, city halls and private collections in Portugal and derives conclusions from these and the various studies already done on the city in order to achieve a greater understanding of the commercial, social and political aspects of *Balsa*.

The available information about the city is condensed and exposed and materials from several museums are added to the constantly expanding list of *Balsa* remains, having revealed many materials dispersed and in need of study.

The already established golden period of the city at the end of the first century and the beginning of the second century AD is reaffirmed, and in this period a significantly wealthy population with great import capacities is revealed.

The possibility of *Balsa* still being an urban center with a significant dynamism in the III-V centuries AD is affirmed, revealed by structures in the 2019 excavation and vestiges like the large III-IV century capital.

It is also stated that the occupation of the city, despite ceasing to exist as an urban center, would probably have a small continuous occupation beyond the 7th century.

The old location in which it was believed the port was localized is denied and a map is created with the structures whose location is certainly known and general locations are given for the structures whose exact whereabouts remains to be discovered.

We confirm the presence of an elite that is clearly Romanized and is part of the large network of cities and *oppidas* in Lusitania and that said elite remains in *Balsa* until at least the middle of the third century AD.

Thus, a new contribution is made to the study of the city of *Balsa*, which is still in dire need of much research.

Key Words: Roman Lusitania, coastal city, spolia, museums, necropolis

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer às seguintes pessoas, sem as quais não teria sido possível realizar este trabalho:

O professor doutor João Pedro Pereira da Costa Bernardes, cuja orientação e recomendação está por trás de eu escolher este tema para tese de mestrado e cuja assistência ao longo de todo o projecto, seja a dar recomendações, a providenciar material de estudo e a assistir nos aspectos técnicos da bolsa associada foi insubstituível, sem esquecer a disponibilidade para esclarecer dúvidas e dar um olhar informado na tese que gradualmente se formou ao longo dos meses; o Nuno Miguel de Assunção Teixeira, arqueólogo do museu de Faro, pela sua assistência na visita aos materiais desse museu e dúvidas posteriores; o Hugo Miguel de Leite Oliveira, director do museu de Olhão, pela ajuda prestada no dito museu e simpatia com que me recebeu no local; o director e toda a equipa do Museu municipal Santos Rocha; a funcionária que me atendeu no museu de Moncarapacho; a Luísa Guerreiro, técnica superior que me ajudou na visita ao Museu Nacional de Arqueologia e me providenciou as fichas sobre os materiais; o arqueólogo da câmara de Tavira, Celso Candeias, que muito me ajudou quando fui ver os materiais da dita câmara e assistiu também com dados sobre prospecções e colecções privadas a que teve acesso, tendo providenciado não só informação mas também fotos.

Gostaria de agradecer também aos docentes da Universidade do Algarve, Maria João de Sá Viana Sampaio e Melo Valente, António Manuel de Faustino Carvalho e Nuno Gonçalo Viana Pereira Ferreira Bicho pela ajuda prestada na fase inicial da realização desta tese. A todas as pessoas envolvidas na FCT e bolsa associada a este projecto, cujos fundos monetários muito assistiram no aliviar das despesas necessárias para as múltiplas viagens e visitas.

Aos muitos amigos a quem me queixei com frequência das dificuldades porque passava, vocês sabem quem são.

Agradecimentos também aos meus gatos, especialmente ao Clint.

Gostaria de agradecer muito à minha família, por aturarem as minhas queixas e frustrações ao longo deste ano inacabável. Sem a ajuda deles duvido muito que fosse possível acabar este projecto.

# Índice

<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
1.1. Objectivos.....	3
1.2. Metodologia.....	5
<b>2. Contextualização.....</b>	<b>9</b>
2.1. Localização de <i>Balsa</i> .....	9
2.2. Referências históricas.....	12
<b>3. A evolução da cidade de <i>Balsa</i>.....</b>	<b>17</b>
3.1. A fundação de <i>Balsa</i> e dificuldades de interpretação.....	17
3.2. O Alto Império, período áureo.....	23
3.3. O Baixo Império, decadência inconsistente.....	24
3.4. O período medieval, reocupação?.....	27
<b>4. As escavações e os estudos.....</b>	<b>30</b>
4.1. Antes das primeiras escavações.....	30
4.2. As intervenções de Estácio da Veiga.....	31
4.3. A escavação de 1977 na Quinta de Torre D’Aires.....	34
4.4. A prospecção de 2017 e escavação de 2019 na Quinta de Torre D’Aires.....	38
4.5. Os estudos.....	45
<b>5. O Espólio.....</b>	<b>52</b>
5.1. Torre D’Aires.....	52

5.2. Quinta das Antas.....	71
5.3. Sítio do Arroio.....	72
5.4. Outros materiais de localização incerta.....	72
<b>6. As Estruturas.....</b>	<b>74</b>
<b>7. A organização urbana de <i>Balsa</i>.....</b>	<b>83</b>
<b>8. Actividades económicas.....</b>	<b>88</b>
<b>9. <i>Balsa</i>, urbe dinâmica e cosmopolita.....</b>	<b>92</b>
<b>10. Conclusão.....</b>	<b>101</b>
<b>11. Bibliografia.....</b>	<b>105</b>
<b>12. Webgrafia.....</b>	<b>113</b>

# 1. Introdução

A seguinte dissertação procura fazer uma análise económica da cidade romana de *Balsa*, no concelho de Tavira, através de uma aglomeração de todos os estudos de materiais feitos até agora e a inventariação do material conhecido de *Balsa*. Esta tese está inserida no projecto “*Balsa, searching the origins of the Algarve*”, que teve início em 2019, tendo sido recebida uma bolsa para a criação de uma base de dados com todos os materiais conhecidos de *Balsa*, que estão espalhados por múltiplos museus e colecções privadas.

Admite-se, de qualquer maneira, que os materiais vistos não são todos os existentes em Portugal, provenientes de *Balsa*, salientando-se as quantidades desconhecidas de colecções privadas e os materiais de proveniência desconhecida nos museus que impossibilitam sempre abarcar todo o espólio existente, mas o esforço aqui feito é ainda assim um passo necessário para obter um melhor conhecimento da quantidade e dispersão dos materiais balsenses.

Vários dos materiais que foram durante este trabalho vistos carecem ainda de estudo, uma evidência clara da necessidade da sua exposição, tendo até agora os materiais de *Balsa* no Museu Nacional de Arqueologia (MNA) sido os mais intensamente analisados.

Este ignorar do espólio fora do MNA é infeliz, mas compreensível, tendo em conta a falta de contexto para muito espólio que se encontra pelos vários museus, como adiante se revelará, e as suas, por vezes, diminutas quantidades em comparação com os milhares de objectos no museu de Lisboa.

Como tal não se procura analisar e estudar um conjunto específico de materiais numa escavação ou doutra exploração, mas sim proporcionar uma visão geral do conjunto maior de materiais conhecidos e a partir destes tirar conclusões sobre a urbe.

Apesar de ser um dos grandes centros urbanos romanos na região do Algarve, ultrapassado em importância apenas por *Ossonoba*, a falta de escavações e inadequada protecção que *Balsa* recebeu

ao longo das décadas tem ocultado o seu valor, apesar dos esforços feitos por Estácio da Veiga e os vários outros investigadores que seguiram os seus passos.

Devido a estas condições, tem sido maioritariamente através de estudos de grupos de materiais que a urbe tem sido analisada, seja através das epigrafes ou através de grupos cerâmicos como a *terra sigillata* e ânforas.

Não é de todo a intenção dar um ponto final nas questões que pairam sobre *Balsa*, nem presumir que as conclusões aqui criadas são totalmente seguras, mas também não é a intenção dar um simples resumo da investigação até agora feita, algo que é parte, mas não o todo deste trabalho. Isto é, sim, uma continuação dos vários estudos feitos ao longo dos anos, uma nova luz nesta cidade obscurecida pela passagem do tempo.

## 1.1. Objectivos

O objectivo principal deste trabalho é compreender melhor a dinâmica comercial da cidade de *Balsa* e a sua importância através do seu espólio, identificando os períodos de maior ou menor apogeu e quais os locais de onde são importados os vários materiais. Pretendeu-se assim adquirir uma quantidade de conhecimentos de natureza económica e (porventura) social e ter uma ideia da disposição geográfica e urbanística da urbe. Para atingir esta meta, houve vários objectivos intermédios que foram realizados:

Em primeiro lugar, identificou-se quais as entidades que possuem espólio de *Balsa*. O material arqueológico desta importante cidade romana encontra-se actualmente disperso por vários pontos de Portugal Continental. Sem se perceber exactamente onde estão, é impossível realizar qualquer outro trabalho de investigação. Vale a pena entender também como este espólio chegou a estes diversos museus e colecções. Isto obrigou visitas a múltiplas instituições. É necessário salientar que parte da população de Luz de Tavira possui vestígios de *Balsa*, devido à proximidade da cidade.

Seguidamente, verificou-se qual deste espólio já foi tratado ou publicado e assim escolheu-se qual o material que necessita de identificação e estudo. Para além do espólio já publicado, existe material inédito que foi tratado. Caracterizam-se e identificaram-se propriamente estes objectos, seja através de descrição detalhada e/ou fotos. Esta análise não discrimina, sendo analisado qualquer tipo de material proveniente de *Balsa*, desde que seja possível confirmar que este de facto pertence à cidade ou territórios próximos ou que a probabilidade de ser desta urbe seja elevada.

Tenta-se perceber com que regiões do império romano *Balsa* tinha trocas comerciais, através do seu espólio. Procura-se também perceber que tipo de cidade *Balsa* era e que importância tinha na rede comercial do império (VIEGAS, 2006; 2011). Este processo será aplicado para o tempo de vida da cidade, admitindo-se que haverá muito maior foco nos séculos I e II d.C., visto estes representarem o apogeu da cidade, e visto serem estes os séculos com maior quantidade de espólio por uma margem significativa (VIEGAS, 2011; PEREIRA, 2014).

Juntam-se assim os dados que se possui dos trabalhos até agora realizados, e as novas informações que foram criadas com este novo trabalho, sendo assim possível atingir uma melhor compreensão desta importante urbe romana, que desde a sua descoberta carece deste tipo de trabalho.

## 1.2 Metodologia

Este trabalho tem a seguinte estrutura:

Este projecto começa com uma contextualização do Algarve no período romano e como a cidade de *Balsa* se insere nesta conjuntura.

Verificam-se todos os estudos até agora realizados sobre *Balsa*, sendo dada particular relevância a estudos sobre materiais. Serão expostas as escavações realizadas em *Balsa*, de forma a compreender que informações se podem retirar destas.

Devido à natureza da exploração de *Balsa*, é necessário expor todos os museus e câmaras conhecidos que possuem material da urbe. Mostra-se também uma só colecção privada.

Com toda esta informação propriamente recolhida, entra-se na próxima fase da tese:

Primeiramente, foram identificados todos os museus e colecções que possuíam materiais de *Balsa*, contactando-se depois as ditas instituições para o agendar de uma visita aos respectivos espólios.

Não se pretendeu fazer uma análise exaustiva e complexa dos materiais vistos, uma tarefa demasiado abrangente para os objectivos aqui enunciados, mas sim perceber as quantidades e tipologias de materiais que se encontram espalhados pelos vários museus de Portugal. A análise mais profunda é um trabalho que se deixa para outros investigadores.

Em certos casos foi realizado o registo fotográfico de certas peças, quando se justificou tal escolha

Apesar de esta não ser uma análise extensa, como já foi dito, procurou-se identificar a tipologia dos materiais e a sua datação, sempre que se revelava possível, de forma a se ter mais dados que assistam na compreensão desta urbe.

Em casos em que não era possível perceber se o material era seguramente de *Balsa* ou de uma *villa* próxima ou outra estrutura na área, optou-se por incluir este espólio na mesma, anotando-se que não são seguramente da urbe.

As visitas decorreram desde o dia 13 de Julho até ao dia 18 de Outubro de 2020, compreendendo 4 meses. No total, visitaram-se 6 museus e uma câmara, anotando-se aqui também que, através da ajuda prestada pelo arqueólogo Celso Candeias, revela-se aqui também os materiais de uma colecção privada (Figuras 47-52 em Anexo).

Os museus, câmaras e colecções privadas visitadas ou vistas foram, repectivamente:

1-Museu Municipal de Olhão

2-Museu Nacional de Arqueologia

3-Museu Arqueológico do Carmo

4-Museu Municipal Santos Rocha

5-Museu Paroquial de Moncarapacho

6-Museu Municipal de Faro

7-Câmara Municipal de Tavira

8-Colecção privada de Eduardo Mendonça (informações e fotos cortesia de Celso Candeias)

Esta investigação deparou-se com várias dificuldades, muitas das quais eram já expectáveis. A mais comum foi a falta de informações em relação aos materiais de *Balsa*. Muitos possuíam apenas a indicação desta urbe, ou o termo “Torre D’Aires”. Muito raramente havia uma localização mais específica.

Nos casos em que era impossível determinar se os objectos em estudo eram de facto de *Balsa*, optou-se por incluí-los na mesma, anotando que a sua localização certa ou não é conhecida, ou pertence a um território próximo, mas já aparentemente fora dos limites da urbe. Outro problema foi a quantidade de material que carece de estudo. Muitos conjuntos de materiais estão apenas parcialmente estudados, carecendo de uma análise completa. Este trabalho não procura realizar essas tarefas, mas anota-se aqui a sua carência. Uma particularidade já esperada

foi a pequena quantidade de materiais que havia em certos museus. O Museu Arqueológico do Carmo possui três epígrafes, o Museu Municipal Santos Rocha três peças cerâmicas.

Outra das dificuldades esperadas foi a incapacidade de ver mais colecções privadas. Sabendo-se que muitos habitantes de Luz de Tavira e proximidades possuem materiais de *Balsa*, não foi possível verificar a grande maioria destas. Nota-se, contudo, que é necessário ter em conta estas colecções em mente, podendo as ditas ser reveladas no futuro.

Com os dados recolhidos de museus e colecções, foi criada uma base de dados na qual se inserirá todo o material conhecido de *Balsa*, de forma a ter uma melhor compreensão do seu espólio e qual deste carece de estudo. A base de dados foi realizada com uso do sistema de Excel e tem o local exacto de onde saiu o espólio, a sua cronologia e o local onde se encontra actualmente, sempre que foi possível descobrir estas informações (Anexo pp. 56-70).

Alguns materiais, sejam estes conjuntos ou um só objecto, têm uma exposição maior como exemplares particularmente importantes de certas características da cidade. Esta tese fará uma exposição meramente descritiva da maioria dos objectos, sendo que apenas os acima referidos como excepções receberão exposição fotográfica na tese.

Entra-se assim na fase final deste trabalho de investigação, a exposição dos resultados obtidos através da análise dos materiais.

Há um apanhado geral da situação geográfica de *Balsa* e o que de ela se sabe, tendo cuidados para não se entrar em território demasiado especulativo, como outros antes fizeram (SILVA, 2007).

As análises dos aspectos da cidade foram feitas através da combinação da observação do espólio, o seu contexto, quando for possível verificar o mesmo, a epigrafia e as estruturas conhecidas na urbe. Há mais informação derivada das tipologias materiais devido à grande quantidade de espólio estudado em comparação com as informações conhecidas sobre as estruturas e outros elementos da cidade, não querendo isto dizer que estes aspectos foram ignorados.

Uma dificuldade que não foi de modo nenhum esperada foi a pandemia global iniciada a partir do início de 2020, e que na data da entrega desta tese, ainda causa dor e desconforto, que em muito condicionou as visitas aos museus e levou por vezes ao adiar e reagendar de datas. Destaca-se aqui o bom trabalho das várias instituições visitadas. Apesar das dificuldades e mudanças a que esta

pandemia obrigou, foi possível realizar todos os trabalhos necessários sem demasiadas dificuldades.

## 2. Contextualização

### 2.1 Localização de *Balsa*

*Balsa* situa-se na região do Algarve, no distrito de Faro, concelho de Tavira, na união de freguesias de Luz de Tavira e Santo Estevão, próximo da vila de Luz de Tavira, na C.M.P. nº 608, a sensivelmente 6 km da cidade de Tavira. Fica na margem Norte da ria Formosa, numa posição costeira maioritariamente plana, com apenas o monte de Torre D'Aires a destacar-se na paisagem, numa elevação que não ultrapassa os 50 metros, e onde se pensa que seria o centro da antiga povoação romana. Assume-se que estaria disposta longitudinalmente ao longo da ria, mas como se verá mais à frente, a disposição geográfica da urbe é ainda pouco clara. Está actualmente numa área de protecção que abrange um largo território que inclui a quinta de Torre D'Aires e a antiga quinta das Antas, podendo também abranger o sítio do Arroio e outras propriedades próximas, sendo que a ria a que está adjacente é também uma área de protecção especial desde 2006 segundo a directiva 79/409/EU.

Está, portanto, implantada numa região com fácil acesso ao mar e na qual historicamente se concentrou a grande maioria da população do Algarve. Teria uma relação próxima com as outras urbes romanas da região da Lusitânia, na qual se destaca a próxima *Ossonoba*, a outra cidade romana mais importante da região, cuja proximidade certamente implicaria relações próximas, mas teria também contactos constantes com *Baesuri*, *Cilpes*, *Myrtilis* (esta última, apesar de actualmente fora da região do Algarve, pela sua localização ideal no rio Guadiana seria certamente um ponto de encontro para produtos e pessoas que iam e vinham para fora e dentro da região algarvia) entre outras, destacando-se também as fortes relações que tinha com as urbes da rica vizinha Bética, cuja proximidade e dependência se vai revelar mais à frente através das suas importações.

Importante também, mas num período mais tardio, maioritariamente a partir do século III d.C.,

seria a sua proximidade do Norte de África, cujas relações estão evidenciadas por amplo espólio (VIEGAS, 2011, pp. 329-338).

É importante mencionar que as alterações climáticas e geomorfológicas entre o período romano e os nossos dias terão sido de grande importância e afectação. A gradual subida do nível do mar e a natureza volátil dos cursos da ria Formosa podem ter criado uma linha de costa bastante diferente da que hoje é visível. De facto, nas intervenções de 2019, uma das secções intervencionadas a Oeste revelou características “*dunares e marítimas*” (DIAS, BERNARDES, CANDEIAS, e GARCIA, 2020, p. 1403), mostrando que as águas da ria formosa em alguma altura chegaram a esta parte baixa da linha de costa de *Balsa*.

Assim sendo, deve-se ter em conta que é possível que o acesso marítimo a *Balsa* pode ter sido, em certos momentos, cortado, severamente restrito ou modificado, o que seria um golpe duro para a vida económica duma urbe destas, dependente do seu porto e indústrias associadas, e poderia ter causado uma migração parcial da população balsense para outros locais como *Ossonoba*, que possuía uma posição geográfica mais resistente a estas mudanças climáticas, como prova o facto de até hoje ter mantido um dos mais importantes portos da região.

Em relação às mudanças no território terrestre, notam-se as alterações feitas ao terreno pela constante e variada actividade agrícola, na qual se destaca a actividade de estufas que levou à criação da área de protecção, estando a típica paisagem composta por amendoeiras e outras árvores e vegetação da região algo descaracterizada pelas variadas culturas presentes na quinta de Torre D’Aires.

Não irrelevante é o facto de *Balsa* se situar no Sotavento, região mais populosa quando comparado com o Barlavento, de ocupação mais escassa. As cidades do Sotavento, mais próximas das colunas de Hércules e as águas quentes do Mediterrâneo, e as ricas zonas da Bética, estavam numa posição ideal para receber os produtos vindos das regiões mais centrais do império. *Balsa* seria uma paragem óbvia no fluxo de produtos que se dirigiria para as urbes do Barlavento, e depois todas as regiões a norte na Lusitânia e outras regiões para além, como a Britânia e o Norte da Gália. A inserção da urbe no extremo Ocidente do golfo de Cádiz significa que seria abastecida por produtos das outras cidades neste golfo, e vice-versa, constituindo uma percentagem significativa de todas as trocas comerciais de *Balsa* e das outras urbes algarvias lá situadas, como *Ossonoba*. Assim

sendo, apesar de se situar na província da Lusitânia, *Balsa* estaria mais próxima economicamente das cidades Béticas.

No geral, conhecem-se melhor as urbes do Sotavento do que as do Barlavento, algumas com a localização exacta ainda por identificar e que no geral parecem ter tido menor importância na região, podendo este menor foco ser devido à posição mais periférica do Barlavento, que apesar de estar apenas a uma distância um pouco maior do que o Sotavento da Bética, não conseguiu atingir relevância suficiente para possuir uma grande urbe no seu território (BERNARDES, 2008, pp. 361-363). Ainda em território algarvio, a serra teria tido ocupação romana, mas em muito menor escala quando comparado aos ricos territórios litorais.

A presença romana nos territórios em volta de *Balsa* é atestada por frequentes vestígios de necrópoles e outras estruturas, se bem que a falta de escavações não permite compreender bem esta rede que certamente incluía *villae* e outros centros industriais e agrícolas.

*Balsa* é uma de várias cidades romanas conhecidas no actual distrito de Faro com *Baesuri* (Castro Marim) e *Ossonoba* (Faro) como as principais urbes do lado Oriental e *Lacobriga* (Lagos, Monte Molião), *Ipses* (Alvor) e *Cilpes* (Cerro da Rocha Branca) como as urbes conhecidas no lado Ocidental da antiga província da Lusitânia. Existem ainda outras referências a lugares antigos como *Portus Hannibalis*, cuja localização permanece desconhecida, sendo que existem hipóteses levantadas para a sua localização, como Portimão ou Alvor, mas ainda não confirmadas por escavações ou prospecções. *Balsa* está assim inserida numa rede mais ou menos clara de urbes na região algarvia, notando-se também a importância que as *villae* suburbanas e rurais teriam nestas redes. É, com *Baesuri*, a urbe mais Oriental conhecida no actual distrito do Algarve, notando-se que esta seria um *Oppidum* de menor importância que foi abandonado no século II d.C., num período de apogeu para os povos balsenses.

Comparada às suas urbes romanas vizinhas, que foram continuamente ocupadas (*Ossonoba*) ou reocupadas em período mais tardio (*Baesuri*), *Balsa* destaca-se por ser a única que não é actualmente habitada, possuindo apenas algumas propriedades no seu interior, com actividade agrícola.

Assim sendo, os vestígios de *Balsa* foram ocultados, não pela construção de novos edifícios e habitações (com a excepção dos edifícios da quinta no monte de Torre D'Aires e os edifícios habitacionais nas outras propriedades), mas sim pela gradual e constante actividade agrícola, que, junto ao reaproveitamento de materiais, da qual são evidência os fustes de colunas presentes nas propriedades próximas e possivelmente na cidade de Tavira, ocultaram quase totalmente os vestígios romanos que lá existiam e causaram o esquecimento da localização da cidade.

## 2.2 Referências históricas

*Balsa* é referida 5 vezes em fontes clássicas, primeiro na *De Corographia*, por Pomponius Mela (III, 7), por volta de 40 d.C., na qual a menciona juntamente com *Ossonoba* e *Myrtilis*; depois na *Naturalis Historia* de Plínio o Velho, no IV livro, onde situa a urbe entre os promontórios Sacro e Cúneo, novamente com *Ossonoba* e *Myrtilis* (IV, 35, 116); por Ptolomeu, já no século II d.C., que repete a informação dita por Plínio (II, 5, 2); no Itinerário de Antonino, em princípios do século III d.C., na qual é indicado que a via XXI ligaria *Balsa* a *Ossonoba* e *Baesuri*, indo depois para Norte; e finalmente por Marciano de Heracleia, no século IV d.C. (II, 13), Em todas estas fontes a descrição não passa da confirmação da sua existência e o seu estatuto cívico, sendo que Plínio, Ptolomeu e Marciano atribuem esta urbe aos Turdetanos. Na próxima cidade de Tavira são abundantes os vestígios deste período e cultura (CANDEIAS, 2016, pp. 162-174; ARRUDA, 2005, pp. 514-516).

Como tal, as fontes clássicas servem primariamente para a confirmação da existência da urbe e uma localização geral, sendo que Pompónio Melo situa *Balsa* no *ager Cuneus* (provavelmente cabo de Santa Maria), não revelando qualquer informação sobre as suas estruturas ou indústria, informações que são reveladas apenas através da arqueologia.

Um marco miliário (IRCP 660), provavelmente da época de Augusto, apesar de não referir *Balsa* directamente, pela sua localização, teria sido um marcador do território entre esta e *Ossonoba*

(VIEGAS, 2011, pp. 518), estando o raro objecto presente hoje no museu paroquial de Moncarapacho.

Seria preciso esperar treze séculos para haver nova menção do nome “*Balsa*” em fontes escritas, quando o interesse do renascimento pela cultura clássica levou a investigação por autores humanistas como André de Resende (1500-1573), que na sua obra "*De Antiquitatibus Lusitaniae*", no livro quarto, onde procurava localizar todos os sítios referidos nas fontes clássicas em Portugal, situa esta urbe na actual cidade de Tavira. Resende baseou-se apenas nas fontes romanas, não tendo verificado a cidade de Tavira pessoalmente. A falha deste autor não causa surpresa, sendo que a cidade de Tavira está bastante próxima de *Balsa*. Mesmo esta não possuindo evidentes vestígios romanos (conhecem-se apenas alguns capiteis, de origem desconhecida), a sua identificação com *Balsa* não é descabida, tendo em conta que esta estaria neste período dividida entre várias quintas e os seus vestígios, mesmo que visíveis aos locais, não teriam a monumentalidade necessária para provocar uma associação entre eles e a antiga urbe. De resto, este erro seria repetido até às escavações de Estácio da Veiga, séculos depois.

Esta identificação errada não é única, visto que a vizinha *Ossonoba* foi erradamente associada à *villa* romana de Milreu até ao século XX, muito devido aos vestígios monumentais desta *villa*, muito mais visíveis que os vestígios em Faro, a grande maioria destes obscurecidos por construções posteriores (VIANA, 1952, pp. 250-285).

Sobre o nome da Quinta de Torre D’Aires onde *Balsa* hoje se encontra Luísa Santos diz:

*“O seu topónimo deve reportar-se à época medieval, pois segundo informação fornecida pelo Pároco da Luz ao Pe. Luís Cardoso, para a elaboração do seu Dicionario Geographico, o termo é a corrupção de Torre de Aires Gonçalves, nome de uma das seis torres, de construção antiga, que existiam no litoral algarvio (Torre de Bias, Torre de Alfanxia, etc.), talvez vestígios de postos de vigilância árabes, reaproveitados no período português.”* (LUÍSA SANTOS, 1971).

O Pároco da Luz de Tavira, ao responder ao questionário para o *Diccionario* do Pe. Luís Cardoso (Século XVIII) diz que:

*“Tenho notícia de que do sítio de Arroio até ao Porto da Pedra (Pedras d’El-Rei) limites desta freguesia, que confinam com o dito rio (a ria de Faro), havia uma cidade chamada Antas (...) que foi tomada aos mouros no tempo de D. Paio Peres (...)” (apud, LUÍSA SANTOS, 1971)*

Neste contexto, o pároco da Luz de Tavira responde ao inquérito feito na sequência das destruições do terramoto de 1755, mencionando a existência de uma cidade que refere como a cidade de Antas situada entre *“o sítio do Arroio até o Porto da Pedra (as Pedras d’El Rei)”*. Uma menção curiosa, tendo em conta que na *“Crónica da conquista do Algarve”*, a fonte na qual este pároco provavelmente se baseou, esta *“Anttas”* foi descrita apenas como um local, sem referir se era uma cidade ou não. Deve, portanto, basear-se na tradição local, que defendia a existência de uma cidade no sítio das Antas.

Deste ponto em frente, uma nova menção da cidade só é feita no século XIX, no ano de 1866, com as intervenções iniciais de Estácio da Veiga, quando os vestígios da cidade estavam muito visíveis, mencionando capiteis, fustes, soleiras, silhares trabalhados, pedaços de mármore, entre muitos outros vestígios, alguns dos quais ainda hoje aparecem com frequência nas quintas que ele escavou há mais de um século (VEIGA, 1866).



*Figura Nº 1. (=35 anexos) Base de coluna recentemente entregue à Câmara Municipal de Tavira, descoberta na região de Balsa, (Foto do autor, Outubro de 2020) (GARCIA, 1989)*

É com Estácio da Veiga que o topónimo de *Balsa* é correctamente associado às ruínas na Quinta de Torre D’Aires e Quinta das Antas, estando o investigador convencido que as ditas quintas, juntamente com o sítio do Arroio e regiões circundantes, eram o território dos povos balsenses (VEIGA, 1866). Apesar de a extensão máxima da cidade provavelmente não abarcar totalmente todas estas propriedades, Estácio da Veiga tinha razão no sentido em que todo este território estaria sobre a tutela administrativa de *Balsa*, notando-se que essa tutela ainda abarcaria um território considerável, sendo as divisões com a vizinha *Ossonoba* difíceis de precisar. Esta identificação infelizmente não levou imediatamente a mais explorações, visto que após as escavações de Estácio da Veiga, só se realizariam novas escavações de alguma dimensão quase um século depois, com Manuel e Maria Maia, e novamente mais de 40 anos depois, com o projecto:

*“Balsa, searching the origins of the Algarve”*, havendo apenas prospecções pontuais ao longo das décadas.

### 3. A evolução da cidade de *Balsa*

#### 3.1. A fundação de *Balsa* e dificuldades de interpretação

A fundação de *Balsa* é desde o século XIX, quando Estácio da Veiga a identificou na Quinta de Torre D'Aires e regiões circundantes, motivo de debate devido ao seu nome e incertezas sobre a data da sua fundação. Estácio da Veiga tinha certezas de que a urbe seria de fundação pré-romana, baseando-se em vários vestígios que considerou pré-históricos, como contas de colar e machados de pedra polida, mas investigação posterior meteu em causa esta classificação (NOLEN, 1994; VIEGAS, 2011 p. 272).

É possível que o topónimo “*Balsa*” existisse antes da ocupação romana e fosse usado para descrever outros povoados anteriores, tendo sido igualmente usado quando estas populações se deslocaram para o local da *Balsa* romana. Segundo Vasco Mantas (MANTAS, 1997, p. 291), “*é possível relacionar o topónimo com o mundo fenício. A existência de um topónimo idêntico no Hoggar (uma cadeia montanhosa na Argélia) sugere francamente uma ligação deste tipo*”. Por agora, o topónimo de *Balsa* apareceu apenas em epígrafes e moedas encontradas na região da dita cidade. As ditas moedas possuem motivos marítimos e espigas. Guerra, (GUERRA, 1998, p.327) considera esta hipótese de Mantas demasiado arriscada, considerando mais provável que o topónimo *Balsa* se possa associar à palavra *balxa* (lugar pantanoso), que faz sentido tendo em conta a implantação da urbe nas margens da ria. Contudo, evita-se aqui defender quaisquer destas propostas, achando-se que não existe evidências suficientes para confirmá-las.

A próxima cidade de Tavira tem vários vestígios fenícios e turdetanos, sendo de clara fundação pré-histórica (CANDEIAS, 2016, pp. 162-174), mas está curiosamente livre de vestígios romanos até à data, parecendo haver um abandono desta urbe por volta do século III a.C. (MAIA, 2006), voltando a revelar ocupação apenas no período árabe, nos séculos IX e X. Dados que se confirmam através de escavações realizadas na cidade como a que houve no palácio que é hoje o museu da Galeria, na qual apareceram vestígios fenícios, e a escavação realizada por Manuel e Maria Maia na Calçada Dom Paio Peres Correia 4, na qual apareceram abundantes vestígios de todos os períodos menos o romano (CANDEIAS, 2016, pp. 164-166; MAIA, 2004).

Não se sabe com certeza a data em que a República Romana entra no litoral algarvio, mas foi consequência directa da segunda guerra púnica, e pode situar-se no ano de 206 a.C., quando Gades assina um tratado a reconhecer a soberania romana. Não há evidências de grandes conflitos na integração do Algarve dentro da esfera romana, ao contrário do que decorreria décadas mais tarde com as regiões mais a Norte da Península Ibérica, cujos povos lusitanos muito dariam que fazer às forças de ocupação romanas.

Esta integração aparentemente pacífica pode ter-se devido a uma população dependente de trocas comerciais marítimas e habituada à entrada de novos grupos culturais, como já lá tinham passado os celtas, turdetanos e outras tribos locais, recebendo assim com relativa facilidade esta nova ocupação, uma de muitas que aconteceram e voltariam a ocorrer em séculos posteriores (MANTAS, 2016, p. 29).

Independentemente de quão pacífica foi a integração do território, o verdadeiro desenvolvimento da maioria da região apenas viria com a transição de República para o Império Romano, contudo, do qual datam a vasta maioria de vestígios conhecidos. Pode dizer-se que o período republicano foi de entrada e implantação dos exércitos romanos, sendo apenas no império que se assiste a um maior grau de romanização, entrada de população romana e monumentalização das populações e cidades, muito focadas na costa, mantendo-se a serra algarvia como uma região escassamente ocupada.

Próximo de Tavira, um pouco para cima do rio Séqua, encontra-se uma elevação, o Serro do Cavaco, na qual há vestígios recolhidos em prospecções de superfície que parecem indicar uma ocupação romana republicana de curta duração, do século III a.C. até ao século I d.C., havendo também possíveis vestígios pré-romanos, apesar de estes serem produzidos também em época romana republicana (CANDEIAS, 2015, pp. 728-731; Fabião, 2003, pp. 77- 81), tendo aparecido um bico de ânfora de período púnico (MAIA, 1978). Grande parte do espólio são ânforas de produção itálica dos séculos II-I a.C., e segundo Fabião “*constitui o padrão típico dos contextos arqueológicos contemporâneos da conquista do ocidente peninsular e está certamente associada à passagem dos exércitos.*” Os 6 denários de prata de período republicano publicados por Maria Luísa dos Santos na sua tese de Licenciatura são por Fabião associados a este local. Numa prospecção extensa realizada em 2015 que incidiu sobre metade da área da colina, foi possível

confirmar a presença de “*duas linhas de taludes com perfis ovalados e concêntricos*” (CANDEIAS, 2015, p. 727).

Com base nas ânforas recolhidas afirma-se que: “*As cronologias mais recuadas são fornecidas pelos exemplares de tradição pré-romana como o tipo D de Pellicer, com cronologias entremeados do século IV a.C. e finais do I a.C.*” (PIMENTA, 2006, pp. 221-233).

A presença de materiais construtivos é pouco significativa, resumindo-se a escassos fragmentos de telhas, com a total ausência de argamassa, levando Candeias a sugerir a possibilidade de que as construções feitas no local terem sido realizadas em materiais perecíveis, mais uma possível indicação de uma povoação ocupada por exércitos (CANDEIAS, 2015, p. 729).

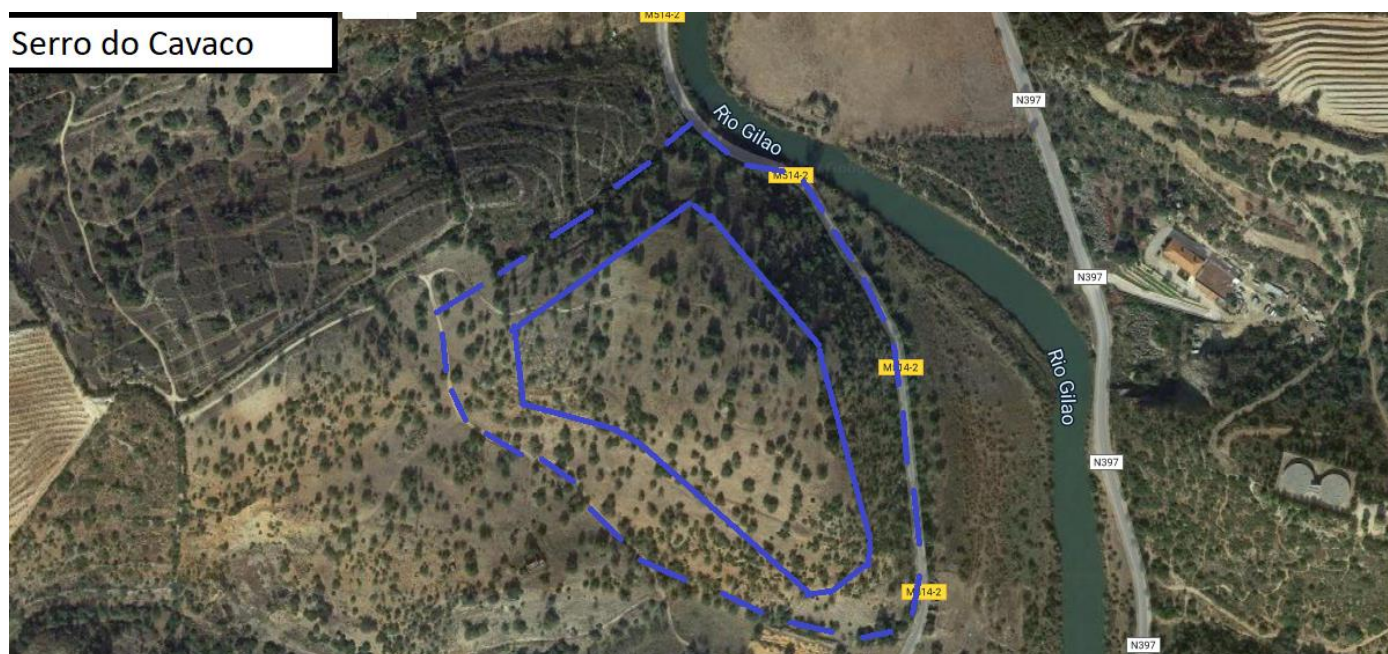
Esta povoação pode ter sido o ponto de entrada da ocupação romana, num local bem situado para observar as regiões circundantes e a povoação turdetana de Tavira, e de fácil defesa, migrando depois para o local mais típico que é *Balsa*, seguindo os padrões clássicos, numa área mais indicada para trocas comerciais e implantação de indústria do que defesa militar, quando o território algarvio se encontrava já totalmente pacificado e integrado nas redes comerciais e políticas romanas.

Parece então haver uma progressão mais ou menos clara, do povoado fenício e turdetano na cidade de Tavira que termina no século III a.C., para uma ocupação romana republicana no Serro do Cavaco de IV a.C. a I d.C., seguida de uma implantação para uma urbe mais permanente que foi *Balsa* no século I a.C. Contudo, a falta de escavações tanto no Serro do Cavaco como na dita urbe levam a reservas em relação a estas conclusões, não se podendo descartar a hipótese de algum dia ser revelada uma ocupação romana em Tavira ou uma pré-histórica em *Balsa* (LUÍSA SANTOS, 1971; VIEGAS, 2011; MANTAS, 2003).

Mantas, tendo em conta a possível data de fundação de *Balsa* como sendo nos meados do século I a.C., levanta a hipótese da deslocação para esta urbe se dever a um grande fenómeno natural, como o terramoto de 63-60 a.C., que poderá ter adversamente afectado Tavira e/ou a ocupação no Serro do Cavaco e motivado assim uma rápida migração das populações (MANTAS, 2003).

Note-se também que entre o abandono de *Balsa* e a reocupação de Tavira em período islâmico existe um espaço de sensivelmente 2 séculos, equivalente a um século de ocupação visigótica e

inícios de ocupação islâmica, na qual se desconhece onde estavam implantadas as populações locais. Terá havido um definhar tão significativo da população neste período de queda geral da população pela Europa Ocidental que deixou de haver uma urbe significativa na região, optando as populações por se implantar em pequenas aldeias e povoados, dificilmente detectáveis arqueologicamente? Ou haverá ainda por descobrir uma urbe ocupada durante este período? Ou ainda que *Balsa* ou Tavira têm uma ocupação mais tardia ou mais remota, respectivamente?



*Figura Nº 2. Imagem retirada do Google Maps 2020. Cerro do Cavaco. As duas linhas de taludes estão sensivelmente demarcadas pelas linhas azuis.*

Os vestígios descobertos na região de *Balsa* que Estácio considerou neolíticos e da Idade do Cobre resumem-se a 2 adagas de cobre, alguns machados de cabeça polida e contas de colar que identificou com pertencendo à Idade do Ferro. Catarina Viegas, por não conhecer mais nenhuns vestígios deste período, e por não achar que estes possuem características que os balizam definitivamente ao período pré-histórico, considera que estes devem ser romanos (PEREIRA, 2014; VIEGAS, 2011 p. 272).

Note-se que desde as escavações de Estácio, nunca mais foram descobertos vestígios que se possam considerar pré-históricos no território de *Balsa*, seja em escavações ou prospecções, sendo os vestígios mais antigos identificados como sendo de meados do século I a.C.

Até agora os vestígios materiais parecem indicar que *Balsa* será uma cidade de fundação romana, contudo, o próprio nome da cidade poderá fazer referência a povos indígenas ou fenícios, como já foi referido (MANTAS, 2003, pp. 85-94). Uma conexão possível com o Oriente são os topónimos próximos de Luz de Tavira e Santa Luzia, que poderão ter relação com o santuário de *Lux Dubia*, de origem pré-romana, relacionado com divindades protectoras de navegantes (MANTAS, 2003, pp. 85-94). O registo arqueológico não tem por agora vestígios que possam ser seguramente classificados como anteriores aos meados do século I a.C. em *Balsa*. Isto não quer dizer que uma fundação indígena ou fenícia seja impossível (tendo-se já referido os abundantes vestígios fenícios na cidade de Tavira). O local de onde é mais provável que saiam vestígios desse período é a elevação onde se encontram as casas da Quinta de Torre D'Aires. Estácio mencionava a “*casa capella e predios rusticos da quinta, tudo construído (...) sobre alicerces de grandes edifícios antigos*” (apud, LUÍSA SANTOS, 1971) que são bem visíveis nesta elevação. Como até agora ainda não foram realizadas escavações ou sondagens nesse local, mantêm-se abertas todas as possibilidades.

Mete-se a hipótese de uma pequena povoação pré-romana ter existido no monte da Quinta de Torre D'Aires, tendo a povoação depois expandido com a ocupação romana no século I a.C.



*Figura Nº 3. Uma panorâmica sentido Este-Oeste do monte da Quinta de Torre de Aires. As antigas estruturas da quinta poderão estar por cima do fórum de Balsa. (Foto do autor, Agosto, 2019).*

Uma das possibilidades é um interesse acrescido por esta parte do território algarvio só a partir do reinado de Augusto, sendo que antes deste período a República Romana teria tratado este território com pouca atenção. *Ossonoba* tem ocupação romana conhecida a partir do século II a.C. e *Baesuri* a partir da primeira metade do século I a.C. *Balsa* é assim a cidade com uma fundação romana aparentemente mais tardia nesta região, salientando-se, claro, que esta realidade é baseada nas poucas escavações realizadas em *Balsa*, nenhuma delas no monte onde é expectável que se encontrem os vestígios mais remotos, tendo em conta a disposição de outras urbes romanas implantadas em elevações, como *Myrtilis* e *Ossonoba* na qual os vestígios mais antigos encontram-se nestes locais (VIEGAS, 2011, p. 289; LOPEZ, 2013).

No geral, existem poucas importações antes do período do Cláudio e Flávios, podendo indicar que antes deste período *Balsa* era ainda uma urbe em crescimento e não possuía grande importância comercial e cívica. (VIEGAS, 2011, p. 391).

### 3.2. O Alto Império, o período áureo

O período áureo de *Balsa* nos finais do século I e inícios do II d.C. pode dever-se a vários factores. Por um lado, como Viegas defende (VIEGAS, 2011, p. 396), a cidade poderia nesta altura ter sido elevada a um estatuto municipal, aumentando a sua importância. Por outro, o período anterior da cidade pode ter sido um de construção e gradual formação, sendo que a cidade ainda não era completamente capaz de aproveitar a sua posição estratégica no Golfo de Cádiz. Outra razão pode ter sido a conquista e subsequente abertura dos mercados da Britânia, que teriam dinamizado ainda mais as trocas comerciais de *Balsa*. Apesar de não haver vestígios directos de produtos da Britânia em *Balsa* ou vice-versa, é natural que a cidade estaria na rede de trocas que eventualmente seguiria para estes territórios recentemente adquiridos pelo Império.

A maior expressividade de *Balsa* em espólio e importações encontra paralelos em *Ossonoba* e *Baesuri*, podendo inserir-se num movimento maior associado à pacificação da Britânia e Mauritània, juntamente com a concessão do *ius latii* a toda a Hispânia por Vespasiano (73-74 d.C.) (VIEGAS, 2011, p. 23). O que é claro é que todas as análises de materiais até agora feitas mostram um claro predomínio da quantidade e qualidade de importações neste período, evento que não encontra paralelos durante o resto da ocupação da urbe.

Como a cidade reagiu face aos ataques *mauri* (mourous) no século II d.C. não se sabe. Até agora não foram encontradas evidências de qualquer tipo de conflito na cidade, (os escassos vestígios de origem militar apareceram apenas em contexto de sepultura) (PEREIRA, 2014, pp. 192-193) e as fontes escritas e epigráficas conhecidas nada mencionam. Não se consegue notar nas importações uma reflexão directa deste evento (VIEGAS, 2011, p. 401). Encarnação (ENCARNAÇÃO, 1988, p. 173) coloca a possibilidade que uma das inscrições dedicadas ao imperador Marco Aurélio em Mértola (*Myrtilis*), que se encontra relativamente próxima, ser um

indicador indirecto de ajuda prestada pelo imperador às cidades algarvias durante ou após estas incursões.

A proximidade das cidades, que estariam certamente relacionadas pelas redes hídricas e comerciais poderá assim justificar uma generalização das condições de Mértola para *Balsa*. A renovação do circo no século III d.C. pode ser visto como um indicador indirecto dos danos causados por este possível ataque. Mesmo que a cidade não tenha sido atacada directamente pelas forças invasoras, o impacto nas outras urbes e regiões circundantes deverá ter afectado a urbe de alguma forma.

### **3.3. O Baixo Império, decadência inconsistente**

*Balsa* após o século III d.C. consegue ser ainda mais difícil de decifrar do que nos períodos anteriores. A epigrafia desaparece totalmente, as sepulturas tornam-se muito menos frequentes, e o espólio no geral é menos abundante.

Uma situação que encontra paralelos por toda a Península Ibérica, estando este período da história da região ainda muito obscurecido por faltas de estudos e escavações que iluminem esta altura que parece ser muito menos monumental arqueologicamente, se bem que evidências duma Lusitânia ainda claramente inserida nas trocas comerciais nos séculos V e VI d.C. aparecem por vários pontos (FABIÃO, 2009b; LOPES, 2013).

Mas isto não quer dizer que não existam indicadores do que ainda acontecia na cidade neste período. Por um lado, as cetárias escavadas por Manuel e Maria Maia em 1977 revelam um momento de actividade intensa nos séculos IV e V d.C., evidência de uma indústria piscatória activa.

Por outro, as importações da *terra sigillata* e ânforas, mesmo que em menores quantidades, continuam até ao século VI ou até inícios do VII d.C., o que mostra que a cidade, apesar de mais pobre economicamente, estava ainda claramente ligada à rede de mercados maior do Império Romano (VIEGAS, 2011).

Não há evidências até agora de construção de muralhas ou uma redução clara da dimensão da urbe. Terá *Balsa* ignorado criar um aparelho defensivo? Ou estaria a cidade incapaz de usar os

seus recursos para a sua defesa? Ou pura e simplesmente vestígios de um aparelho defensivo ainda não foram revelados por escavações? Esta última hipótese seria algo improvável, visto que os aparelhos defensivos tendem a ser dos vestígios mais duradouros arqueologicamente. É mais provável, a meu ver, que *Balsa* nunca tenha chegado a criar um recinto amuralhado, e aquando das épocas mais conturbadas do baixo império, já não possuía poderio económico e social suficiente para criar um grande aparelho defensivo ou não encontrou justificação para tal investimento. O contraste com *Ossonoba* é evidente, tendo esta urbe gasto vários meios para manter um aparelho defensivo significativo (MANTAS, 1986), sendo possível ver também um gradual encolher da urbe e movimentação das populações para o interior das ditas muralhas no século III d.C.

A escavações realizadas em *Balsa* até agora foram feitas nas proximidades do monte da Quinta de Torre D'Aires e todas revelam ocupação até ao século V d.C. Assumindo-se que este monte é o epicentro da urbe, seria necessário escavar sítios mais distantes, para conseguir perceber se há um abandono de certos sectores da urbe antes desta área central.

Se *Balsa* segue o exemplo de muitas outras urbes, ou seja, o abandono pelas elites das urbes em favor de *villae* monumentalizadas nos séculos III/IV d.C. é algo que é até agora impossível verificar devido à falta de investigação realizada nas *villae* em volta de *Balsa*. Existem certamente bastantes vestígios de necrópoles e *villae* nas imediações da cidade, sendo Pedras d'el Rei o exemplo mais notável, identificada por Estácio da Veiga no século XIX, e as múltiplas necrópoles encontradas nas imediações da cidade parecem indicar um número bastante grande destas estruturas. Mas falta um Milreu balsense, uma *villa* que tenha sido muito intervencionada para providenciar um grande número de dados para comparação com a urbe em si. Adiciona-se a estas dificuldades perceber se os vestígios descobertos se podem associar a *villae* ou ainda a uma continuação da urbanização da cidade. Vários dos achados tipicamente associados a *Balsa* podem ter tido origem em necrópoles destas *villae*, como o busto feminino no museu de Évora e o balsamário em bronze do Sítio do Pinheiro.

A influência das invasões suevas e visigodas é desconhecida. As importações anfóricas e de *terra sigillata* nada revelam. O mesmo pode ser dito para uma possível conquista bizantina. Nenhum materiais comprovam definitivamente a sua presença ou impacto nesta urbe, apesar de se saber que estes estariam presentes na região no século V d.C. (MACIEL, 2003, pp. 105-125).

Um vestígio curioso é o capitel tardio coríntio (século III-IV d.C.) em Tavira. Apesar de não se saber se era de *Balsa*, as suas grandes dimensões (55 cm de altura e 85 cm numa ponta do ábaco à outra) tornam improvável uma origem numa *villa*, e o único outro sítio conhecido de que é possível que tenha vindo é *Ossonoba*, que está a uma distância que torna improvável esta origem. Idealmente, a descoberta de um exemplar igual ou muito semelhante esclareceria as dúvidas, mas por agora apenas pode ser dito que na minha visão, uma origem em *Balsa* é a mais provável. Se de facto o capitel for da urbe, pertenceria a um edifício de grande imponência, um templo ou basílica ou outro monumento público de grande envergadura, o que seria um factor a indicar uma urbe ainda com meios financeiros para a construção ou remodelação de grandes edifícios públicos neste período tardio.

As importações mantêm alguma dimensão e importância (em menor quantidade e qualidade que nos séculos anteriores) até pelo menos o século V d.C. A partir deste período há uma quebra significativa na importação de toda a *terra sigillata* e ânforas, havendo um definhamento gradual até ao abandono definitivo (VIEGAS, 2011).

O dito abandono ocorre no século VI ou princípios do VII d.C. A análise das cerâmicas, neste caso específico as tipologias de *terra sigillata*, não conseguem precisar mais o momento do abandono (VIEGAS, 2011, p. 401; NOLEN, 1994). Não há dúvidas quanto ao impacto que as invasões suevas e visigóticas terão causado na Península Ibérica. Contudo, parece que no caso de *Balsa* os efeitos destas incursões não foram determinantes no seu abandono. A cidade continua a revelar importações de ânforas e *terra sigillata* até ao século VI ou VII d.C., já em pleno domínio Visigótico. Mantas (MANTAS, 1990, p. 199) defende que *Balsa* certamente sentiu o seu impacto, mas outros (CATARINO, 2002, p. 30) afirmam que o efeito destas incursões foi de pouca significância nesta urbe, sendo também afirmado pelo mesmo autor que *Ossonoba* esteve, neste período final de existência da cidade de *Balsa*, sob o controlo do império bizantino. Como já foi referido antes, nenhuns vestígios materiais confirmam ou negam estas hipóteses de uma presença bizantina.

Vale a pena referir que *Balsa* seria uma urbe de dimensões menores neste período tardio, podendo ter evitado por isso os efeitos mais directos das invasões militares e migrações de populações.

### 3.4. O período medieval, reocupação?

Após o abandono de *Balsa* no século VI ou VII d.C., não há referência a esta urbe nas fontes árabes, sendo que existem menções a umas “*Anttas*” em período medieval num documento português, no século XIII d.C., a “*3 léguas de Tavira*”, na qual D. Paio Correia e os seus cavaleiros caçam aves e depois entram numa batalha contra os mouros (Crónica da conquista do Algarve fólho 5 e 6). sendo possível que esta “*Anttas*” sejam as ruínas, ainda monumentais, da antiga cidade (a palavra “*anttas*” é usada várias vezes neste período para descrever estruturas antigas de grande dimensão e não tem necessariamente a conotação de estruturas megalíticas pré-históricas que fazemos hoje). Infelizmente, apesar desta área ser o local de uma batalha, na crónica nada para além do seu nome e distância de Tavira é revelado, não havendo qualquer menção de estruturas ou habitações. Não foram encontrados até agora quaisquer vestígios da luta mencionada pela crónica nesta região.

Apesar do que quer que fosse *Balsa* no período medieval ser muito menos imponente ou visível do que o que a cidade foi no período romano, nem se sabendo se a urbe ainda possuía sequer esse nome ou estatuto nesta altura, (não se sabe quando exactamente se passou a designar a área da cidade com o nome “*Anttas*”, sendo a primeira vez que se vê esta designação a Crónica da conquista do Algarve) sente-se a necessidade de mostrar os poucos dados e materiais que se conhecem para este período, mesmo que as conclusões que se podem retirar sejam escassas.

Sabe-se, através de vários objectos, que *Balsa* possuía alguma presença durante a ocupação islâmica, sensivelmente nos séculos XI-XII. J. S. Nolen (NOLEN, 1994) tinha salientado que “*o local certamente continuava a ser habitado “(...) um copo luxuoso de vidro atesta um certo poder financeiro ainda nos séculos XII e XIII”*”, mas para além deste vestígio há ainda uma ave em bronze e escassas cerâmicas, como um possível frasco uroscópico e algumas cerâmicas vidradas, que apareceram tanto na escavação de 1977 como na de 2019.

Não existem estruturas conhecidas em *Balsa* deste período medieval, seja ele muçulmano ou já cristão, apesar de se saber que Torre D’Aires poder ter sido em tempos uma torre de vigia islâmica, como referido pelo pároco de Luz de Tavira no “*Diccionario geographico*”. Assumindo-se que a cidade seria de dimensões muito reduzidas neste período, é de esperar encontrar mais destes vestígios concentrados no monte da quinta de Torre D’Aires, que deverá ter sido o local que ficou continuamente habitado durante mais tempo.

Uma pequena nota que deve ser dada é o registo no MNA sobre uma moeda portuguesa numa sepultura de inumação na quinta de Torre D'Aires, um possível enterramento de quando a quinta já existia com esse nome. É a única sepultura conhecida para este período medieval.

Mais tarde, aparece a Quinta das Antas e a Quinta de Torre D'Aires, que é provavelmente, uma corrupção do nome de Torre de Aires Gonçalves (este com origem do nome no século XVI) que abarca parte da cidade de *Balsa*. Ainda hoje, próximo do monte da quinta de Torre de Aires, são claramente visíveis muros e estruturas em *opus caementicium* de grande dimensão e nas propriedades em redor é possível ver fustes de colunas reutilizados.



*Figura Nº 4. Fustes de colunas numa das propriedades da quinta das Antas (Foto cortesia de Celso Candeias/João Bernardes).*

Os achados do período árabe e medieval atestam alguma presença na área nesses momentos tardios (NOLEN, 1994). Algumas estruturas do monte da quinta datam dos séculos XVI e XVII (especificamente, a capela) e é possível que antes houvesse algo parecido. Talvez uma quinta com uma pequena aldeia estabelecida nas ruínas, uma torre defensiva árabe ou uma estrutura similar que possa justificar os poucos achados posteriores aos séculos VI/VII d.C.

Viegas (VIEGAS, 2011, p. 279), tendo em conta estes vestígios árabes, defende um abandono definitivo da cidade no século VI ou talvez VII d.C. com uma reocupação no século XII d.C., salientando que as poucas escavações não permitem conclusões definitivas.

Em época moderna existia a quinta de Torre D'Aires e esta seria continuamente ocupada até aos nossos dias, anotando-se que os edifícios da quinta no topo do monte foram abandonados no século XX, e encontram-se agora num estado ruinoso, estando a propriedade em si a ser usada em parte para actividades agrícolas. A antiga quinta das Antas encontra-se, na data de realização deste trabalho, dividida em 4 propriedades diferentes.

## 4. As escavações e estudos

### 4.1 Antes das primeiras escavações

As explorações em *Balsa* começaram não com escavações arqueológicas, mas com um achado no século XVIII, que se destaca pela sua qualidade artística. Nesta altura foi descoberto um busto em mármore na região de Tavira em circunstâncias algo obscuras. É impossível precisar a localização exacta da descoberta deste busto, e admite-se que pode nem ter vindo da urbe romana. Talvez tenha sido uma descoberta acidental derivada de actividade agrícola, ou uma exploração intencional por indivíduos que estavam cientes da existência de ruínas e procuravam tesouros. De qualquer das formas, este evento marca a primeira intervenção conhecida na área de *Balsa* depois de esta ter sido abandonada.



*Figura Nº 5. Busto de mármore de cidadã privada, século II d.C. (Foto Matriznet de Paulo Baptista).*

Adquirido por Frei do Cenáculo, este busto acabaria por ir para o Museu de Beja, sendo novamente transferido para as colecções da biblioteca de Évora e finalmente para o Museu de Évora (Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo), onde permanece até hoje, tendo sido desenhado por volta de 1800 no *Lápides do Museu Sesinando Cenaculano Pacence* (BARROS, 2015) juntamente com muitos dos materiais que compõem as colecções do dito museu. Após esta descoberta não há notícia de mais intervenções de qualquer espécie na região denominada balsense até ao século XIX.

#### **4.2 As intervenções de Estácio da Veiga**

Estácio da Veiga, natural de Tavira, é um dos mais importantes arqueólogos que passaram pela região algarvia, tendo investigado e escavado sistematicamente quase todo o districto no âmbito da “*Carta arqueológica do Algarve*”. Começou as suas intervenções na região de Tavira após a sua aposentação dos correios em 1865, recolhendo epígrafes diversas na sua passagem pelas regiões de Tavira e Faro e mencionando variados vestígios que apareciam na Quinta de Torre D’Aires, na altura propriedade dum familiar seu, como alicerces, mármore polido, “*casas soterradas*”, sepulturas com vestígios e um achado de mais de 5000 moedas em 1863, quase todas do baixo império, referindo também que este seu familiar mandou fazer uma escavação perto da casa da quinta e que nela apareceram várias pedras, entre elas as epígrafes que hoje ainda lá permanecem, nas imediações da casa. Devido a tudo isto identificou esta quinta e uma sua adjacente, a Quinta das Antas, como local dos povos balsenses, finalmente alterando a associação feita até então com Tavira (VEIGA, 1866, pp. 29-30).

Em 1868 Teixeira de Aragão interveio numa necrópole na região da quinta das Antas e Arroio, sobre a qual deixou poucas informações, sabendo-se apenas que foi nesta intervenção que foi descoberta a base quadrilonga com um leão, a balança e o golfinho em âmbar que estão hoje nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia (ARAGÃO, 1868, pp. 15-20).

Pouco mais de 9 anos depois é novamente com Estácio da Veiga que se desenvolvem as primeiras escavações arqueológicas nas quintas das Antas, Arroio e Torre D'Aires em Maio de 1877, que duraram 23 dias, sendo escavada a necrópole Norte. Esta foi datada para os séculos I-V d.C. através dos materiais encontrados nas sepulturas (NOLEN, 1994; PEREIRA, 2014), das quais saiu a maioria do espólio de *Balsa*, que hoje faz parte das colecções do Museu Nacional de Arqueologia.

Apesar da necrópole ter sido foco principal de Estácio da Veiga nesta sua intervenção na região, escavou também um complexo termal, que poderia ter sido termas públicas ou parte de uma habitação privada de grandes dimensões (LUÍSA SANTOS, 1971), sendo os arcos (restos de um hipocausto?) e as referências a canalização provas aliciantes de um edifício deste tipo. Esta estrutura foi posteriormente destruída por actividade agrícola, sendo que as suas ruínas já não eram visíveis aquando da visita de Maria Luísa Santos ao local em 1966 (LUÍSA SANTOS, 1971). Também explorada por Estácio foi a Quinta das Antas, mas com muito menos profundidade do que os trabalhos que desenvolveu em Torre D'Aires, sendo que o material que saiu desta quinta é diminuto em comparação com os vestígios da Quinta de Torre D'Aires (poucas centenas de objectos em comparação com os milhares de Torre D'Aires).

Os registos de Estácio da Veiga revelam-se várias vezes incompletos e difusos. Como Carlos Pereira salienta, (PEREIRA, 2014, p. 76) as Quintas de Torre D'Aires e Antas foram um dos primeiros sítios escavados por Veiga, e isto revela-se através de registos que se alteram e evoluem ao longo da escavação que este desenvolveu lá.

Uma das razões da grande dispersão geográfica do espólio de *Balsa* é o período em que Estácio da Veiga a escavou. No século XIX, (aquando das escavações de Estácio), não existia nenhum museu em Portugal dedicado à arqueologia. Estácio da Veiga planeava criar um museu de arqueologia no Algarve, mas vários problemas ocorreram e o museu teve uma duração efémera (menos de um ano), tendo a maioria das suas colecções sido posteriormente transferidas para a Academia de Bellas Artes, que depois mandaria as colecções para o Museu Nacional de arqueologia, quando este foi fundado em Dezembro de 1893.

Acresce-se os achados das explorações não arqueológicas têm espalhado ainda mais o espólio por colecções privadas, sendo que se desconhece o espólio de *Balsa* existente agora em mãos de privados.

Várias décadas depois, nos anos 50, Abel Viana intervencionou uma necrópole na região de *Balsa*, sobre a qual escreve:

*“Quanto à necrópole, que foi posteriormente explorada por Abel Viana na Primavera de 1950 na sequência da plantação de um laranjal, registou-se diversas sepulturas. Trata-se de inumações idênticas quer às do Teatro Letes, em Faro, quer às anteriormente identificadas por Estácio da Veiga na necrópole de Balsa, portanto as formas mais comuns nesta região algarvia (Viana, 1952b, p. 261–285). Distinguiu dois tipos diferentes de sepulturas, ambas rectangulares, construídas com tijolos e com a cobertura formada por tegulae, colocadas horizontalmente, num dos tipos, e formando um telhado de duas águas, no outro” (Viana, 1952b, p. 281-282).* Se esta necrópole oriental faz ainda parte de *Balsa* ou se já é parte de uma *villa* suburbana é por agora impossível de determinar.

Ainda antes da propriedade ser adquirida pela família Barafusta ou da escavação arqueológica realizada por Manuel e Maria Maia, Maria Luísa Santos, no âmbito da realização da sua tese de licenciatura, visitou muitos dos sítios que o seu bisavô Estácio da Veiga explorou uma centúria antes, como as Quintas de Torre D’Aires e Antas, onde verificou a existência de vestígios e alicerces de edifícios visíveis no solo, tendo mesmo tirado algumas fotografias durante esta visita. Dá nota também de ter recolhido pelo menos um fragmento de *terra sigillata* (LUÍSA SANTOS, 1971). Na sua passagem pela Quinta das Antas viu vestígios dum tanque de salga de peixe, o mesmo que tinha sido mencionado por Estácio da Veiga.

Teve a possibilidade de ver a colecção privada do Sr. Pacheco da Fuzeta, na qual estavam alguns objectos de bronze, unguentários e vidro, e algumas moedas de chumbo e bronze, uma com “BAL” e outra com “OSSO” inscritas nelas. Desconhece-se o paradeiro actual destes objectos. Viu também a colecção privada do Sr. Manuel de Sousa Silves, na qual estavam os denários de prata de período romano republicano que Fabião mais tarde associou ao Cerro do Cavaco (FABIÃO, 2003, pp. 77-81).

### 4.3. A escavação de 1977 na Quinta de Torre D'Aires

A escavação de Manuel e Maria Maia em 1977, que decorreu de 24 de Outubro a 25 de Novembro, “*Na sequência das prospecções de campo realizadas pela UNIARQ (Unidade de Arqueologia do então Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), no âmbito da realização da Carta arqueológica do Algarve, sob direcção do Prof. Victor S. Gonçalves, identificaram-se áreas com grande concentração de vestígios arqueológicos que motivaram a realização das escavações. O pedido para realização destes trabalhos arqueológicos foi formulado em nome de Victor S. Gonçalves, Fernando Bandeira Ferreira, Maria e Manuel Maia*” (VIEGAS, C. 2011); incidiram sobre uma área a Este do monte com as estruturas da quinta. A área com 350 metros quadrados pôs a descoberto tanques de salga de peixe (cetárias) e espaços de vivência. Os resultados desta escavação não foram publicados, mas foi feito um relatório por Manuel e Maria Maia, que pode ser consultado na DGPC.

Nesta escavação dividiram-se os trabalhos em três secções denominadas: 1, 2 e 3:

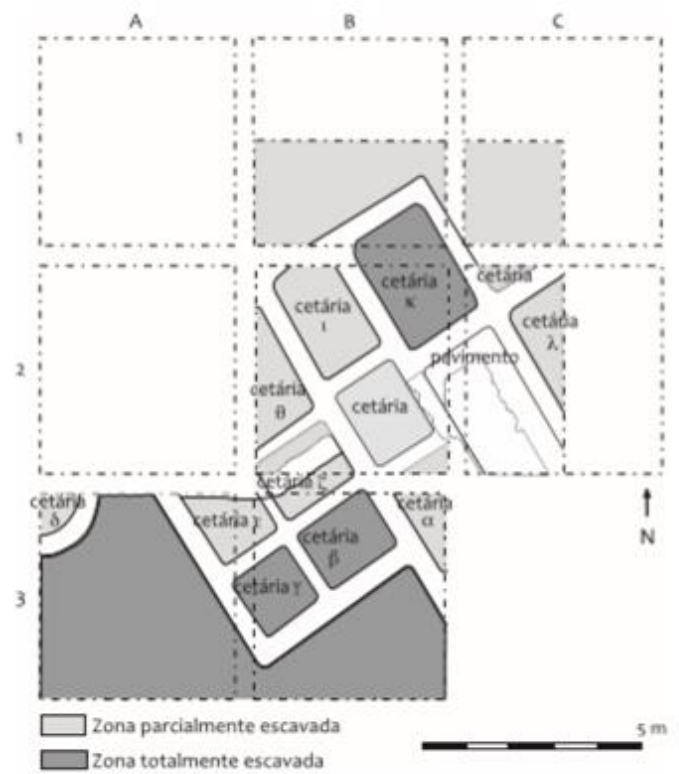
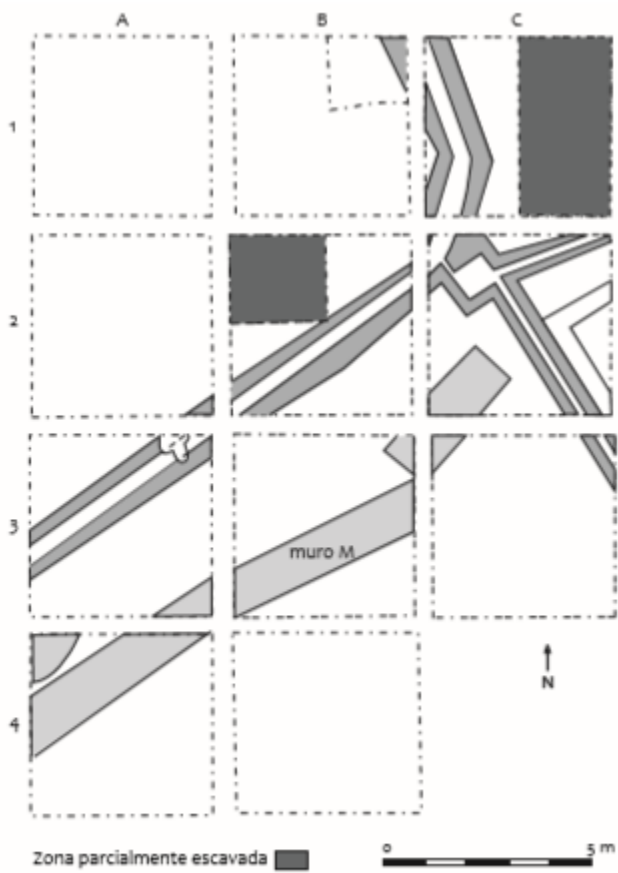
Na secção 1 foram identificados um muro de grandes dimensões e um sistema de escoamento de águas (sendo que Manuel e Maria Maia o descreveram como aqueduto nos seus registos) com a respectiva caixa de derivação. É difícil precisar a sua data de construção, mas o seu abandono, com base na *terra sigillata* e ânforas, deve localizar-se algures no século V d.C. (VIEGAS, 2011, p. 281).

No sector 2 identificaram-se 11 tanques de planta rectangular, construídos em *opus incertum*, revestidos numa argamassa tipo cimento, sendo descobertas 8 cetárias neste espaço, das quais apenas 2 foram totalmente intervencionadas e cuja cronologia aponta para uma possível remodelação nos séculos II-III d.C. e para um abandono no século VI d.C.

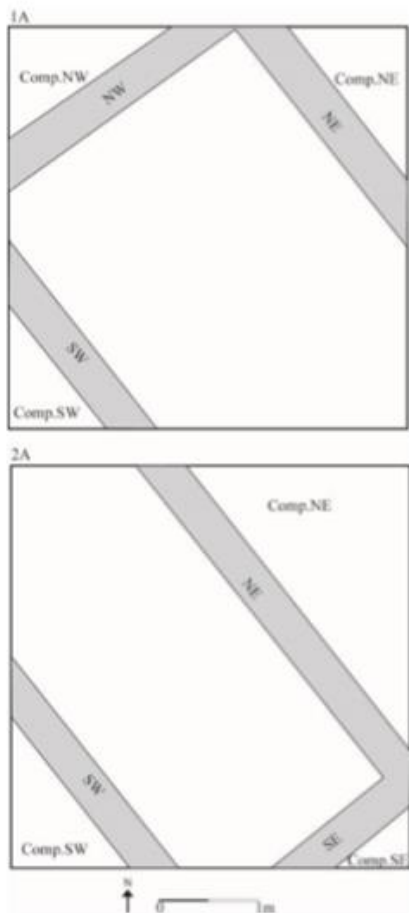
No sector 3 identificou-se uma estrutura, de carácter provavelmente habitacional, novamente feita em *opus incertum*, com um revestimento de argamassa tipo cimento. Neste terceiro sector foram encontrados muitos vestígios materiais do Alto Império, como *terra sigillata* e ânforas. Tendo como base estes materiais, avançou-se com uma data da primeira metade do século I d.C., para a sua construção. Notando-se uma remodelação em período relativamente antigo, em meados do

século II d.C. O abandono definitivo situou-se no século V d.C., tendo como base as cronologias da *sigillata* clara D (VIEGAS, 2011, p. 287).

Tal como a maioria do material das escavações de Estácio da Veiga, a totalidade dos materiais da escavação de Manuel e Maria Maia foram depositados nos acervos do Museu Nacional de Arqueologia, onde permanecem até hoje.



*Figuras Nº 6/7/8. Sector 1 (cima, esquerda), 2 (cima, direita) e 3 (baixo, esquerda) da escavação de Manuel e Maria Maia. Imagens retiradas de VIEGAS, 2011, pp. 281-285*



Após a escavação de 1977, a propriedade, que tinha sido adquirida pela família Barafusta alguns anos antes, foi agricultada com recurso a maquinaria pesada. Estas acções destrutivas executaram-se maioritariamente nos anos 80 e 90 e são testemunha destes eventos muitos dos habitantes de Luz de Tavira. Os vestígios e estruturas revelados na escavação de 1977 foram então parcialmente ou totalmente destruídos (BERNARDES, e DIAS, 2019, pp. 65-66).

Já nos inícios do século XXI, a criação de estufas na região causou preocupações ambientais e paisagísticas entre certas populações locais, o que levou à criação de uma área de protecção alargada para a cidade e a ria. A área criada não é, contudo, um bom indicador do tamanho real da urbe. Tudo parece indicar que a área de protecção é muito maior do que a extensão máxima da cidade.

Ao longo das décadas, vários privados exploraram o território de *Balsa* e recolheram vários materiais. Alguns destes acabaram em câmaras municipais (Tavira) e museus, como o museu municipal de Olhão e Faro, em que percentagens significativas dos materiais de *Balsa* têm origem em explorações privadas. Esta situação dificulta precisar a proveniência destes vestígios, que podem ser recolhas de superfície ou resultado de escavações ilegais.

*“Nos anos 90, C. T. Garcia publicou o resultado de actividades de prospecção que realizou na área da Quinta de Torre d’Ares, sítio do Arroio e Pedras d’el Rei, no âmbito da sua actividade no Parque Natural da Ria Formosa. Identificou então três sectores, correspondendo os dois primeiros (TA.1 e TA.2) às áreas escavadas em 1977 por M. e M. Maia, assinalando uma terceira área (sector AR.3) que apontou como sendo o local das anteriores explorações de Estácio da Veiga (Garcia, 1991, p. 109- 115)” (apud, VIEGAS, 2011, p. 276).*

Esta prospecção decorreu no ano de 1989 e o espólio recolhido foi depositado na sede do Parque Natural da Ria Formosa, sendo mais tarde entregue por esta instituição à Câmara de Tavira, tendo este material sido identificado na visita do autor deste trabalho à Câmara Municipal de Tavira.

O terreno encontra-se agora livre de mais destruições causadas por desenvolvimentos agrícolas, sendo que o arqueólogo da câmara municipal de Tavira, Celso Candeias, acompanha de maneira próxima todos os projectos que possam afectar os vestígios arqueológicos. A quinta de Torre D’Aires está hoje parcialmente agricultada, em locais que já não possuem interesse arqueológico. Nas propriedades da antiga quinta das Antas, pratica-se a agricultura e a pastorícia.

#### 4.4 As prospeções de 2016/17 e a escavação de 2019 na Quinta de Torre D’Aires

Em 2016/17 *Balsa* foi sujeita a uma nova intervenção arqueológica na forma de prospeções geofísicas e sondagens arqueológicas, que incidiram sobre uma vasta área na Quinta de Torre D’Aires.

Através destas prospeções e sondagens foram detectadas duas áreas com maior incidência de vestígios arqueológicos, que foram posteriormente seleccionadas para uma intervenção arqueológica em 2019.

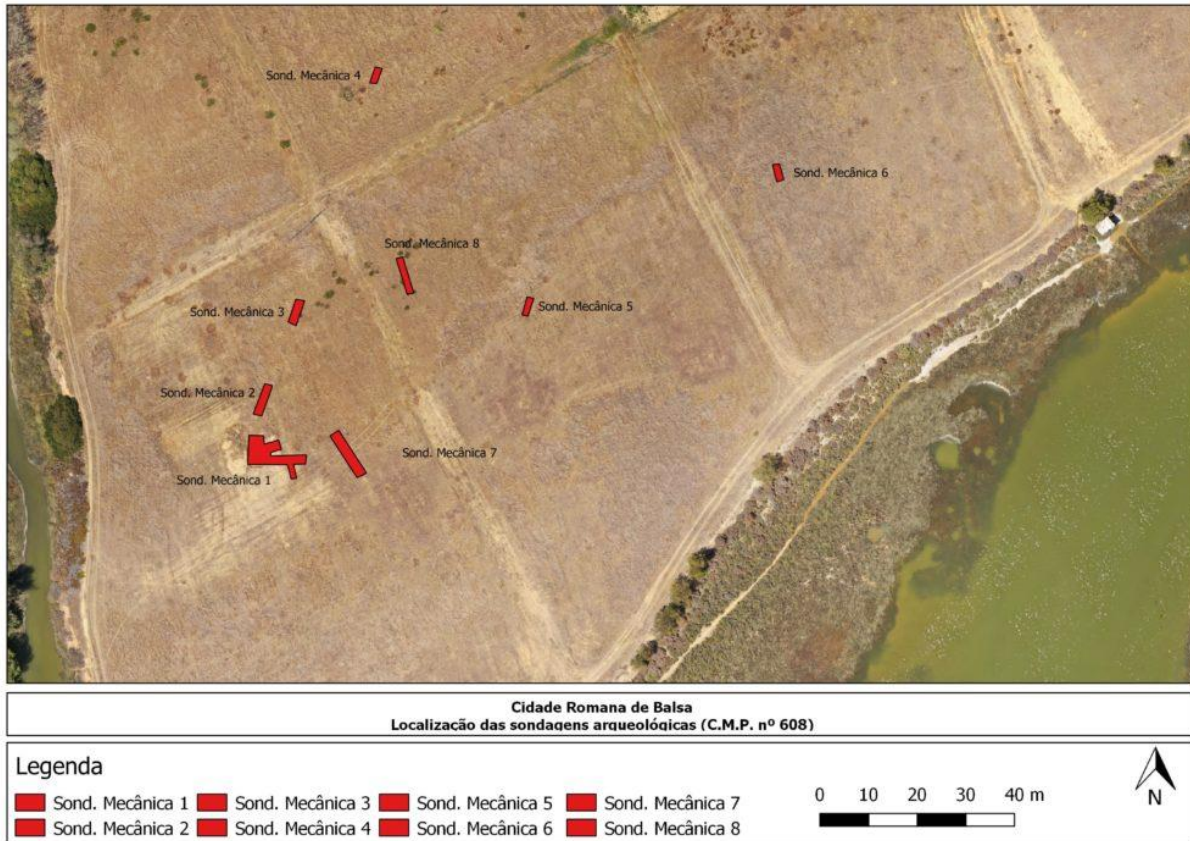
Identificaram-se também estruturas murais romanas na zona do casario da quinta que possivelmente equivaleriam ao limite da grande praça pública do fórum de *Balsa*. Estas estruturas devem ser as mesmas mencionadas por Estácio da Veiga (BERNARDES, e DIAS, 2019).

Foi possível verificar a existência de vestígios de duas das áreas escavadas em 1977, notando-se que foram profundamente afectados por actividade mecânica, possivelmente com propósito agrícola, nos anos entre 1977 e 2016.

Localizaram-se também duas sepulturas, definidas por ladrilhos, provavelmente do século III d.C., sem qualquer espólio associado (BERNARDES, e DIAS, 2019, pp. 69-70).

Em 2019 uma nova intervenção no âmbito do projecto “*Balsa, searching the origins of Algarve*” incidiu sobre duas pequenas áreas a Este do monte e outra área a Oeste. Realizou-se dos dias 19 de Agosto a 6 de Setembro, tendo os trabalhos sido dirigidos por João Bernardes, Vítor Dias e contando com a presença do arqueólogo da câmara de Tavira, Celso Candeias. Contou também com a ajuda de vários alunos do curso de Arqueologia da Universidade do Algarve e outros voluntários.

Na zona a Oeste foi registada pela prospeção geofísica uma grande área circular que foi associada a uma provável estrutura portuária. Contudo, não revelou quaisquer vestígios após uma intervenção de vários dias que contou com 9 sondagens mecânicas e veio revelar que a hipótese de Luís Silva (SILVA, 2007) e Vasco Mantas (MANTAS, 2016, p. 36) da existência de um porto com base em fotos aéreas não foi comprovada, possuindo apenas escassos vestígios de cerâmica de construção, estando a área aparentemente despojada de qualquer valor arqueológico (DIAS, BERNARDES, 2020, pp. 1403-1404).



*Figura Nº 9. Sondagens mecânica realizadas na área em que se pensava poder existir estruturas portuárias. Imagem retirada de BERNARDES, DIAS, CANDEIAS. (2020) Estação Arqueológica Romana da Luz - Balsa (C.N.S.: 60) Relatório de Arqueologia, p. 41*

A este do monte da quinta de Torre D'Aires, duas das sondagens criadas nas prospecções de 2016/2017 foram seleccionadas para serem intervencionadas na escavação de 2019. Esta revelou que a sondagem 1 estava afectada até sensivelmente 80cm pela actividade agrícola, e a sondagem 6 que se revelou completamente revolvida pela intervenção agrícola, cujas acções, sobre a forma do *ripper* (um aparelho agrícola cuja propósito é escarificar e revolver a terra através do uso de longos braços metálicos que penetram no solo), chegaram até ao substracto geológico. A diferença entre a preservação destas duas sondagens deve-se em parte ao facto de a potência de terreno da sondagem 6 ser muito menor do que a da 1, não havendo mais do que 50cm de potência de terreno

antes de se chegar ao substracto geológico. A sondagem 6 mostrou na prospecção geofísica uma estrutura semicircular, possivelmente uma dupla abside, facto que se confirmou durante a escavação, apesar de a estrutura estar muito destruída e dela restar apenas as fundações, já muito afectadas. Seria talvez um complexo termal ou outro edifício de uso similar. Ainda assim saíram abundantes cerâmicas comuns, *terra sigillata*, cerâmicas de paredes finas, vidros e ânforas, sendo clara a sua cronologia romana. Apareceram também vestígios de cerâmica de construção, notando-se uma *tegula* quase completa num dos cantos da sondagem (BERNARDES, DIAS, CANDEIAS, 2020).

O alargamento da sondagem 1 revelou dois momentos cronológicos distintos: um momento alto imperial, caracterizado por silhares fundacionais bem trabalhados de grande dimensão, uma rua, e uma canalização que passaria por baixo da dita rua; e um momento baixo imperial, caracterizado pela reutilização de materiais (tégulas e ladrilhos) e sobreposição de novos edifícios sobre as estruturas alto imperiais. A acompanhar este período tardio nota-se uma situação em que o espaço público se torna privado, como o uso de canalizações que desaguam em antigas vias, naquela altura inutilizadas, comprovam.

O espólio encontrado, apesar da afectação do *ripper*, parece ser consistente cronologicamente, notando-se uma elevada presença de *terra sigillata* tardia nas cotas superiores e *sigillata* mais antiga nas cotas inferiores.

Verificou-se novamente uma elevada quantidade de cerâmica de construção, resultante do derrube de telhados e de reutilizações nos momentos baixo imperiais, como na canalização e pavimento.

O cruzamento descoberto na sondagem 1 é a primeira rua descoberta dentro de *Balsa*. Esta consistia de uma combinação compacta de terra e pedras, sendo que o pavimento que provavelmente a cobriria terá sido removido quando a rua foi inutilizada e a canalização foi para lá dirigida num período tardio da ocupação romana.

A parca visibilidade até agora de estruturas mais tardias pode dever-se a uma mudança dos materiais construtivos usados, passando-se de materiais pétreos como o calcário, mármore e tijolos para terra batida e madeira, associados ao reutilizar de materiais de períodos anteriores. Se este último cenário está bem comprovado através da sondagem 1 da campanha de 2019, as construções

em materiais mais perecíveis, se de facto tivessem ocorrido, são de difícil detecção pela actividade arqueológica.

Foi feita uma breve sondagem no local em que se supunha situar a necrópole Norte que Estácio da Veiga escavou (sondagem 5) e confirmou-se a presença de escasso material cerâmico e vestígios pétreos, sendo que estes já tinham sido movidos por acção agrícola, estando a zona já muito destruída e tendo sido concluído que apesar de se confirmar que esta teria sido a área em que se encontrava a necrópole Norte, esta já não proporciona qualquer interesse arqueológico.

Foram recolhidos, em todos os níveis arqueológicos da sondagem 1, fauna mamalógica e malacológica, estando representados coelhos, porcos e outros animais de pequeno e médio porte.

Assim sendo, a escavação de 2019 veio comprovar o elevado nível de destruição a que a cidade de *Balsa* foi sujeita, mas também revelou locais em que devido a várias condições fortuitas os vestígios se encontram mais bem preservados. Revelou também que a área que *Balsa* ocupava é menor do que se poderia pensar, tendo as sondagens na zona Oeste que era referida como um possível local para o porto, revelado nenhum interesse arqueológico (BERNARDES, DIAS, CANDEIAS, GARCIA, 2020, pp. 1403-1404). No sentido Este percebe-se que a cidade deverá continuar por grande parte da antiga Quinta das Antas, tendo em conta os abundantes vestígios detectados nas prospecções geofísicas realizadas nessa área.

Apesar desta nova escavação revelar e confirmar vários dados sobre *Balsa*, uma das conclusões principais que se pode tirar é que a importante urbe carece ainda de intervenções arqueológicas de grande dimensão que possam fazer mais luz sobre o seu passado.

Uma das dificuldades em perceber *Balsa* prende-se com o grande distanciamento temporal entre as três escavações arqueológicas ali realizadas. Entre cada escavação o terreno foi intervencionado por processos agrícolas que alteraram o solo de forma significativa, sendo que na escavação de Manuel e Maria Maia em 1977 e depois na escavação em 2019, os locais intervencionados pelas escavações anteriores tinham sido já parcialmente destruídos ou ocultados.

Em vez de campanhas contínuas em grandes espaços, há pequenas intervenções localizadas, que revelam dados relativos para uma compreensão geral da urbe.



*Figura Nº 10. Localização das sondagens 1 e 6. Note-se a proximidade destas da vedação que divide Torre D'Aires da antiga quinta das Antas. Imagem retirada de BERNARDES, DIAS, CANDEIAS. (2020) Estação Arqueológica Romana da Luz - Balsa (C.N.S.: 60) Relatório de Arqueologia, p. 43*



*Figura Nº 11. Modelo digital 3D da sondagem 6. Imagem retirada de BERNARDES, DIAS, CANDEIAS. (2020) Estação Arqueológica Romana da Luz - Balsa (C.N.S.: 60) Relatório de Arqueologia, p. 55*



*Figura Nº 12. Foto da sondagem 1 no final da intervenção de 2019. Imagem retirada de BERNARDES, DIAS, CANDEIAS. (2020) Estação Arqueológica Romana da Luz - Balsa (C.N.S.: 60) Relatório de Arqueologia, p. 94*

#### 4.5. Os estudos

No seguimento das suas escavações, Estácio da Veiga redigiu vários volumes sobre a arqueologia no Algarve, sendo que o que seria de maior interesse para este estudo, o V volume, dedicado ao período romano, não foi terminado antes da morte do autor, em 1891, sendo publicado postumamente na revista “O arqueólogo português”, de 1904 a 1910 (VEIGA, 1904-1910). Esta publicação póstuma é naturalmente inferior ao que seria o volume publicado pelo notável Tavirense. Muitas das suas plantas e estudos ficaram por publicar (LUÍSA SANTOS, 1971), e qualquer informação que o próprio possuía apenas na memória perdeu-se.

De qualquer forma, a maior importância dos trabalhos de Estácio da Veiga é a identificação de *Balsa* com as quintas de Antas e Torre D’Aires, juntamente com a qualidade do espólio, que não tendo estudado ele próprio, formaria a base para os estudos de investigadores que lhe sucederam.

Algumas das conclusões tiradas por Estácio da Veiga estão, contudo, desactualizadas, como seria de esperar de uma obra com mais de um século. A classificação que este fez de *Balsa* como povoado não só romano, mas também pré-histórico é ainda hoje motivo de debate. Os materiais que ele pensou como seguramente pré-históricos não estavam necessariamente associados a esse período.

Teixeira de Aragão, que escavou uma necrópole no sítio do Arroio em 1868, e também esteve presente na escavação de várias sepulturas na quinta das Antas, publicou um relatório sobre a mesma.

É um artigo breve, com simples descrições da sua exploração e materiais encontrados, (tal como Estácio da Veiga, peca pela sua brevidade e simplicidade). Apesar disto, revela alguns dados importantes, como a descoberta de 26 sepulturas na quinta das Antas, de inumação e viradas para Oriente, que: “*estavam cobertas por toscas lajes, ordinariamente tres, e as paredes formadas por grossos tijolos.*” Anotou que uma delas, mais pequena, era formada por mármore polido e possuía uma pequena argola de ouro no interior. Segundo o mesmo, as sepulturas seriam de época posterior aos romanos (ARAGÃO, 1868). Escreveu 30 anos mais tarde sobre as antiguidades de *Balsa* na revista o Arqueólogo Português, na qual descreveu apenas brevemente o *speculum* e a

balança ali descobertas. As sepulturas que escavou em Arroio considerou como sendo dos séculos III e IV d.C.

No espólio descoberto nesta escavação anotou várias lucernas, duas delas com representações de águias ou aves de rapina semelhantes, que encontram paralelo num exemplar existente no Museu de Olhão.



*Figura Nº 13. Fragmento de lucerna do museu de Olhão com representação de ave de rapina(?) (Foto do autor).*

O MNA possui apenas parte do espólio descoberto nesta escavação em Arroio, desconhecendo-se o paradeiro do restante material, tendo sido possivelmente espalhado por colecções privadas e/ou os museus de Faro e Olhão.

Em 1871 Emil Hübner traduziu algumas das epígrafes balsenses, juntamente com epígrafes de *Ossonoba* e outras epígrafes algarvias conhecidas na altura, um trabalho inserido num esforço maior que o mesmo fazia por toda a Península Ibérica no âmbito do *Corpus Inscriptionum Latinarum*.

Leite de Vasconcelos referiu a *Balsa* na sua obra “As religiões da Lusitânia” em 1913, na qual mencionou algum do espólio mais conhecido de *Balsa*, como a estatueta e a placa de mármore com figuras humanas dos dois lados (VASCONCELOS, 1913). Um dos objectos que mencionou, uma serpente de chumbo encontrada numa sepultura, primeiro mencionada por Brito Rebello, era de paradeiro desconhecido já na altura. Existe uma outra serpente, descoberta por Estácio da Veiga em Portimão, de bronze, que este denominou como pré-histórica. Falou com segurança sobre *Balsa* ter um circo e menciona um dos tanques de salga. No geral, este trabalho sintetiza o conhecimento de *Balsa* nesta altura, sendo o objectivo do livro muito mais abrangente.

Após estes trabalhos existiu uma quebra temporal significativa na qual nenhum estudo ou publicação sobre *Balsa* foi feito até meados do século XX.

Entre 1948 e 1951 João Manuel Bairrão Oliveira da Silva Oleiro fez prospecções na quinta de Torre D’Aires, sendo que se desconhece os resultados destes trabalhos, com excepção das informações indicadas por Cavaco (CAVACO, 2017, p. 7). Será seguro assumir que os materiais que foram descobertos nestas prospecções acabaram no MNA, mas não se encontrou nos registos do espólio desta instituição informações sobre estas explorações.

Segundo Cavaco, sobre esta mesma prospecção:

*“Foram ainda detectados belos plintos colocados a um e outro lado do caminho; duas colunas de mármore; vestígios de paredes; um cipo em calcário; moedas romanas; agulha de coser redes, em bronze. Foi ainda dado a conhecer pelo proprietário dos terrenos da destruição de um sarcófago em bronze e de uma necrópole”* (CAVACO, 2017, p. 18).

Abel Viana em 1952 realizou uma exploração arqueológica numa necrópole em Arroio ou talvez já Pedras d’el Rey, próxima da ria, num território que considerava como sendo ainda parte da cidade de *Balsa*, tendo descoberto várias sepulturas de incineração e algumas de inumação, de provável datação do século III, podendo estender-se a inícios do IV d.C., tendo descoberto alguns vestígios associados, das quais se destaca alguma cerâmica comum, alguma de origem africana. Abel Viana identificou também o que talvez teria sido um *puticulum*, uma vala comum destinada a criminosos, prostitutas e escravos (PEREIRA, 2014, pp. 240-241).

*Balsa*, apesar da sua notoriedade desde a sua descoberta por Estácio no século XIX, só começou a ter uma maior quantidade de estudos a partir da segunda metade do século XX, sendo possível perceber um salto na compreensão da urbe especialmente nos finais do século passado e inícios deste.

O primeiro trabalho sobre um conjunto específico de materiais foi realizado por Jorge de Alarcão, que em 1970 publicou um estudo sobre alguns dos objectos de vidro da necrópole Norte depositados no MNA, provenientes das escavações de Estácio da Veiga. Este estudo incidiu, mas não só, em alguns dos materiais de maior qualidade artística, e serve como uma primeira luz no rico espólio que saiu das escavações de Estácio na centúria anterior. Notáveis peças como a taça de vidro com cenas de caça gravadas tiveram a sua primeira análise neste trabalho. É, no caso de *Balsa*, o primeiro estudo que utiliza técnicas ainda hoje actualizadas de análise de materiais, sendo este estudo ainda citado nas obras de referência para esta urbe (VIEGAS, 2011; PEREIRA, 2014).

Em 1971 Maria Luísa dos Santos publicou a sua tese de licenciatura (LUÍSA SANTOS, 1971), na qual revela muitos dos documentos e plantas do seu bisavô, Estácio da Veiga, e visita muitos dos locais por ele explorados, chegando a anotar peças e materiais inéditos. No caso de quinta das Antas e Torre D'Aires, dedica muitas páginas a estes sítios, sendo que os visitou pessoalmente, recolheu testemunhos e viu colecções de proprietários na região. Este estudo serve como uma actualização da investigação de Estácio da Veiga, sendo que quando esta tese foi realizada, o conhecimento que se possuía sobre *Balsa* pouco tinha mudado desde as escavações de Estácio da Veiga quase 100 anos antes. Ajudou também a expor muita da informação que tinha permanecido obscurecida pela morte do notável Tavirense.

Em 1984 José d'Encarnação estudou todas as epígrafes conhecidas de *Balsa* na sua obra "Inscrições romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização".

Em 1989 Maria Manuela Alves Dias (DIAS, 1989 pp. 241-262) analisou as duas epígrafes presentes na quinta de Torre D'Aires, um estudo que revela um pouco da natureza das elites da urbe.

J. S. Nolen fez em 1994, com contribuições de Carlos Fabião (NOLEN, 1994), a maior análise de materiais até então, na sua "Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, *Balsa*, incluindo o espólio ósseo e medieval". Este estudo é também o primeiro a incluir os materiais da escavação de Manuel e

Maria Maia. Nesta obra Nolen destacou a ocupação incipiente nos meados do século I a.C., a continuidade de ocupação continua até ao período medieval (teoria que não é de consenso entre os investigadores que trataram esta urbe), e considerou *Balsa* uma cidade como uma sociedade possivelmente ascética, tendo como base a escassez de lucernas com cenas eróticas e de lutas de gladiadores, notando que as mesmas podem revelar também uma entrada do cristianismo a se dar numa data tardia, por volta do século V d.C.

Este estudo incidiu sobre os materiais presentes no MNA, e inclui todas as tipologias cerâmicas. Não é, contudo, um estudo exaustivo de todos os materiais. Estão excluídos os metais e não foram vistos todos os fragmentos cerâmicos e vítreos, tendo sido feita uma selecção (NOLEN, 1994).

Em 1995 Perea Yébenes colocou a hipótese da epigrafe com nomes gregos descoberta na Quinta da Trindade ser evidência de uma família paleocristã. Apesar desta epigrafe não pertencer ao território da cidade, mas provavelmente a uma *villa* suburbana, a proximidade com a urbe pode na mesma dar informações preciosas sobre a população balsense, cuja natureza permanece ainda vaga. Isto é a mesma epigrafe que tinha já sido decifrada e publicada por Hübner em 1871.

Em 2003 Maciel falou sobre *Balsa* na antiguidade tardia, na qual discute a possibilidade de se encontrar sobre a jurisdição do bispado de Faro e o Império Bizantino no século V d.C. É o primeiro estudo que se foca especificamente neste período tardio da história de *Balsa*, deparando-se com uma escassez de informação epigráfica e material (MACIEL, M. 2003 pp. 105-125).

Dois anos depois Cesário estudou uma selecção de algumas dezenas de moedas de *Balsa*, através do qual se nota uma ocupação continua do século I a.C. até ao século V d.C. É apenas uma pequena amostra do enorme conjunto de moedas conhecidas da urbe, a sua grande maioria dos séculos III-IV d.C., um facto em concordância com os problemas económicos que ocorreram neste período, como a crise do século III d.C. e a inflação económica resultante cujos efeitos se sentem em outras urbes romanas da Península Ibérica, como *Ossonoba* e *Myrtilis*, (ALMEIDA, 2014; LOPES, 2013) se bem que comparado a estas urbes *Balsa* parece ter perdido mais importância (VIEGAS, 2011).

Em 2007 Luís Silva publicou o seu livro: “*Balsa, a cidade perdida*”. Este trabalho peca pela sua natureza demasiado especulativa, criando afirmações sobre a grandeza da cidade sem base histórica ou arqueológica. Cria um mapa da cidade com muitos edifícios claramente implantados no território, algo impossível de fazer com os dados arqueológicos disponíveis actualmente, e no

geral tem uma tendência para engrandecer desnecessariamente esta urbe. Contudo, foi uma obra que atingiu um certo grau de popularidade, e deu a conhecer esta cidade a muitos amadores e interessados na arqueologia desta urbe, tendo também exposto alguns materiais inéditos, como um capitel (FERNANDES e GONÇALVES 2009, p. 169).

No ano de 2008 João Bernardes fez um estudo sobre as paisagens urbanas no Algarve no período romano, na qual salienta *Balsa* (juntamente com *Ossonoba*) como os únicos centros habitacionais romanos que podem ser seguramente chamados de cidades, e vendo o seu apogeu como uma consequência do declínio das *oppida* de tradição indígena, que deram lugar aos grandes centros claramente romanos que eram *Balsa* e *Ossonoba*, sendo que a última seria a única urbe de grande dimensão no século IV d.C. e posteriormente, estando *Balsa* já em declínio neste período e não havendo outras urbes que pudessem comparar-se com o que é hoje Faro (BERNARDES, J. P. 2008).

Em 2009 Fernandes e Gonçalves publicaram um trabalho sobre todos os capiteis romanos conhecidos na região algarvia, na qual, naturalmente, se incluem os capiteis de *Balsa* e Tavira. É o primeiro estudo deste género feito sobre estes materiais de *Balsa* e é também o primeiro a notar os dois capiteis em Tavira.

É pela mão de Catarina Viegas (VIEGAS, 2006, 2008, 2011, 2012) que chegaram os estudos mais extensos até então, claras obras de referência para esta cidade, primeiro sobre a forma de uma análise de toda a *terra sigillata* da cidade, em 2006, seguido das ânforas, em 2008, juntando-se toda esta informação na sua tese de doutoramento em 2011, que estuda *Balsa*, *Ossonoba* e *Baesuri*, na qual juntou também as escassas cerâmicas campanienses conhecidas. Tratou em 2012 a cerâmica grosseira no Algarve.

É com estes estudos que se reafirma o período áureo da cidade nos finais do século I e inícios do II d.C., dados que já tinham sido notados por J. S. Nolen, e alonga-se aqui o período de ocupação da cidade, definindo o abandono como tendo a sua data talvez ainda nos inícios do século VII d.C. Revelam-se vários dados sobre as importações da cidade, como a primazia que tem por produções da Bética, as variadas importações de ânforas vinícolas, a qualidade e quantidade das *terra sigillata* sud gálicas e as raras importações orientais.

Joana Gomes (GOMES, 2010) na sua tese de mestrado estudou os materiais cirúrgicos nas colecções do MNA, um dos conjuntos de materiais mais emblemáticos descobertos na necrópole.

Carlos Pereira (PEREIRA, 2014) fez a análise mais completa dos materiais da necrópole Norte, analisando todas as tipologias materiais que conseguiu seguramente associar ao cemitério escavado por Estácio da Veiga. É com esta tese de doutoramento que se consegue criar uma datação mais ou menos precisa para a ocupação da necrópole: uma ocupação intensa nos séculos I-II d.C., seguida de vestígios cada vez menos frequentes até ao abandono no século V d.C. Apesar de tratar apenas os materiais da necrópole, este estudo dá valiosas informações que podem ser extrapoladas para o resto da cidade, como a possibilidade de a cidade produzir vidro localmente, a escassez de vestígios claramente cristãos e a clara riqueza de muitos dos habitantes enterrados na necrópole. É, tal como os trabalhos de Catarina Viegas, uma das obras de referência para a cidade.

É publicado o relatório da prospecção de 2016/2017 em *Balsa* em 2018, na qual se revelou que a zona imediatamente a Oeste das casas abandonadas da Quinta de Torre D'Aires possui a maior densidade de vestígios cerâmicos.

Revelou as estruturas que mais tarde seriam intervencionadas em escavação arqueológica e revelou também duas sepulturas, datadas dos séculos III/V d.C., a uns 200 metros a Oeste das antigas estruturas da quinta.

Em 2020 é publicado o relatório da escavação de 2019, pela autoria de Vítor Dias, João Bernardes e Celso Candeias.

## 5. O Espólio

### 5.1. Espólio de Torre de Aires

Desta quinta saíram tanto as maiores quantidades como alguns dos mais conhecidos materiais de *Balsa*, tendo sido este o local intervencionado em todas as três maiores escavações que ocorreram na urbe.

O espólio das escavações de Estácio da Veiga e Manuel e Maria Maia encontra-se, maioritariamente, nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia, enquanto os materiais da escavação de 2019 encontram-se na sua totalidade nas reservas da Câmara Municipal de Tavira.

Um dos conjuntos de objectos mais notáveis recolhidos por Estácio da Veiga é o chamado **estojo médico**, composto por 35 peças metálicas de natureza médica e/ou farmacêutica. Apesar de ser impossível confirmar se todas as peças do estojo pertenceram ao mesmo indivíduo, devido à maneira como foi feito o registo por Estácio da Veiga, a sua concordância entre si parece indicar essa situação. Isto dito, poder-se-á estar perante achados de duas sepulturas diferentes (PEREIRA, 2014, p. 171). Pertenceria certamente a um médico ou farmacêutico, ou ambos. Não é descoberta única, tendo vários paralelos noutras regiões do Império Romano, mas é o único exemplar conhecido no Algarve. A maioria dos instrumentos datariam do século I ou II d.C. (PEREIRA, 2014, p. 184).

Carlos Pereira defende que a natureza geral dos instrumentos pode ser evidência de que *Balsa* possuiria apenas um ou dois médicos, sendo estes capazes de dar resposta a vários tipos de doença e necessidade, em oposição a cidades maiores, onde haveria uma maior especialização por parte dos profissionais da saúde.

O local de produção destes instrumentos especializados é difícil de precisar, podendo ser de origem Itálica como propôs Joana Gomes (GOMES, 2010) ou de origem de uma das urbes próximas da fronteira do império, como Colónia, ou ainda de outros centros produtores mais próximos ainda por identificar.

A descoberta de edifícios de claro contexto médico é rara, sendo o caso de *Balsa*, a sepultura de um médico, muito mais frequente ocorrência por todo o Império Romano. A maioria dos médicos faria as suas tarefas na casa do paciente ou numa sala dentro da sua habitação, sendo que este tipo de estruturas adaptadas para estes usos não revelam os vestígios arqueológicos necessários para se fazer tal associação.



Figura Nº 14. Paleta de instrumentos de cirurgião, séculos I-II d.C. (Foto Matriznet de Mathias Tissot).

Em relação à **pintura**, Estácio da Veiga recolheu oito pedaços de estuque pintados da Quinta de Torre D'Aires e mais alguns fragmentos de número incerto da Quinta das Antas, que foram depositados no MNA. Nenhum possui decoração, sendo apenas fragmentos de uma só cor por toda a superfície (LUÍSA SANTOS, 1971). Não é possível assim derivar muita informação destes fragmentos, para além de que deverão pertencer a estruturas habitacionais.

Note-se que, tirando o busto feminino encontrado na região de *Balsa*, não há notícia de quaisquer outros bustos ou esculturas de grande porte descobertas na cidade. Existem algumas bases de estátuas, salientando-se uma na qual se conhece o nome à qual a estátua estaria dedicada: *Tito Rutilio Tusciliano*, mas nenhuma estátua propriamente dita. Duas outras bases poderiam ter suportado estátuas. Estas bases com escrita datam todas dos séculos I a III d.C., segundo Hübner (HUBNER, 1871).

Esta falta de espólio estatuário pode dever-se a vários factores. Por um lado, as estátuas que existiam podem já ter sido removidas em períodos anteriores por explorações de caçadores de tesouros. Também existe a possibilidade de um cenário como o de Mértola, na qual algumas

estátuas foram intencionalmente enterradas e permanecem por encontrar. É possível que o monte onde se situa a Quinta de Torre D'Aires guarde algumas surpresas.

Existe um epistílio, que segundo Hübner (HUBNER, 1871) faria parte de um conjunto de muitas outras pedras, que seriam expostas num edifício público, compondo uma frase dos dedicantes. Contudo, existem alguns fragmentos de estatuetas, como uma de Vénus, do século II d.C., e uma possível Isis, também desta centúria (VEIGA, 1866).

O **espólio vítreo** de *Balsa* é abundante e extremamente variado, datando, na sua maioria, dos séculos I e II d.C., apesar de haver peças que datam também dos séculos III, IV e V d.C., havendo também alguns exemplares já medievais islâmicos. As tipologias dividem-se em taças, tigelas, garrafas, lacrimários, unguentários tubulares, copos, pratos, jarros, varetas, lâmpadas, peças de jogo, e talvez um frasco uroscópico medieval (NOLEN, 1994; PEREIRA, 2014, p. 149). O material vítreo mais conhecido foi recolhido por Estácio da Veiga, sendo o espólio recolhido nas escavações de 1977 e 2019 muito menos frequente e mais fragmentado, devido aos contextos habitacionais em que apareceu.

São 169 os exemplares, correspondendo a 22,3% do total dos materiais da necrópole Norte, admitindo Pereira (2014, p. 128) que pode haver ainda outros com proveniência desconhecida no MNA. Adiciono que nos outros museus e locais que possuem materiais de *Balsa*, também se repete a presença de muitos materiais de proveniência desconhecida que podiam ser adicionados a este conjunto, seja vidros ou outras tipologias.

Há poucas peças moldadas, equivalendo a uns poucos exemplares de serviço de mesa, na qual se inclui uma taça em vidro negro opaco, de produção itálica.

Os unguentários de vidro são muito frequentes e correspondem a 39,6% do conjunto vítreo, uma quantidade expectável, tendo em conta o contexto funerário na qual foram descobertos. Nas fichas de jogo (4 exemplares) uma delas parece ter sido criada para o efeito, em vez de ser um recipiente de vidro reutilizado (PEREIRA, 2014, p. 150).

Uma peça excepcional é uma taça de vidro com uma cena de caça gravada, com representações de cães com coleiras, vegetação e lebres, um objecto de luxo primeiro estudado por Jorge Alarcão

(1970, p. 241) que defendeu que se trataria de uma peça de uma oficina Oriental, sendo datada do século IV d.C., havendo outras taças deste período semelhantes, mas não iguais.



*Figura Nº 15. Taça de vidro com cena de caça, século IV d.C., (Foto Matriznet de Julia Redondo).*

Se bem que não existem provas conclusivas, com a presença de uma lasca de um lingote de vidro bruto “*acumulam-se os argumentos para que possamos defender que Balsa poderá ter produzido artefactos de vidro*” (PEREIRA, 2014, p.155). Este é um exemplar único e desconhecem-se por agora quaisquer outros artefactos de vidro produzidos na cidade ou reconhecidos como tal.

Adiciona-se agora os poucos unguentários e lacrimários nos museus de Olhão e Faro e os poucos fragmentos descobertos na escavação de 2019, sendo a maioria destes demasiado pequenos e fragmentados para providenciar uma tipologia.

Anota-se o unguentário em forma de anforeta, nas colecções do MNA, uma peça de luxo que teria sido uma importação de uma oficina especializada, sendo datada dos séculos I-II d.C. É uma peça rara e a sua presença atesta novamente a riqueza da população balsense.

Sobre os **artefactos de osso** pode-se dizer que a maioria seria de produção artesanal, seguindo uma tradição pré-histórica, dificultando assim o balizar cronológico de qualquer um destes objectos. (PEREIRA, 2014, p.155) A adicionar a isto, os materiais ósseos carecem de estudos quando comparados a outras tipologias materiais. Estácio da Veiga recolheu 135 artefactos de

osso, 17,8% do total da necrópole Norte, sendo a grande maioria destes alfinetes e agulhas e outros que podem ser tanto um como o outro. Para além destes, aparecem em menor frequência caixas e peças que poderiam ter sido usadas como fichas de jogo. Alguns ossos com perfurações são de interpretação mais difícil, mas podem ter sido usados como amuletos ou para adivinhações e outras actividades de carácter mágico-religioso (PEREIRA, C. 2014). A presença significativa desta tipologia é novamente um bom indicador do contexto de necrópole que Estácio da Veiga escavou, sendo a maioria dos fragmentos descobertos demasiado frágeis para sobreviver a outros contextos mais revolvidos.

Na escavação de Manuel e Maria Maia há registo de terem apanhado variada fauna malacológica e mamalógica, mas desconhecem-se artefactos feitos em osso recolhidos nesta intervenção.

Os **artefactos líticos** são escassos, contando com apenas 12 peças, 1,6% do conjunto de materiais da necrópole Norte.

Neste conjunto destacam-se as contas de colar, algumas de produção local, mas com alguns exemplares que aparentam ter sido importados, devido à inexistência da matéria-prima com que são feitos na região de *Balsa* (PEREIRA, 2014, p. 162).

Os **artefactos metálicos** são abundantes no conjunto, com 214 peças que equivalem a 28,3% do conjunto dos materiais da necrópole Norte. O total é muito maior, possuindo o MNA abundantes artefactos que carecem de qualquer análise.

Relacionados com a **pesca** existem alguns vestígios, como uma quantidade relativamente diminuta de anzóis de bronze, descobertos durante as escavações de Estácio da Veiga. Estes anzóis são todos de pequeno ou médio porte e Carlos Pereira (PEREIRA, 2014) põe a possibilidade de revelar a presença de pesca de subsistência e/ou recreativa, em oposição a evidência de uma actividade comercial desenvolvida, que faria uso de anzóis de maior dimensão.

Saliente-se que todos estes anzóis mencionados por Carlos Pereira foram descobertos em contexto de necrópole. De qualquer modo, a quantidade de material relacionado com pesca descoberto em *Balsa* até agora é bastante reduzida quando a sua posição costeira é considerada. É de esperar que

apareçam muitos mais vestígios em contextos habitacionais e industriais. No museu de Olhão há vários anzois em bronze nas suas colecções, provenientes de *Balsa* resultado das entregas de privados.

Em relação aos vestígios claramente **militares**, existem poucos, sendo um espigão de uma arma e uma ponta de seta em bronze os mais curiosos, atestando talvez a memória de militares aposentados em *Balsa* (PEREIRA, 2014, pp. 192-194). De resto, não foram descobertas nem estruturas nem epígrafes que atestem a presença militar.

Atestando os **sistemas de segurança** romanos estão uma chave e algumas trancas. Note-se também evidências de chaves pequenas que corresponderiam a caixas pessoais depositadas nas sepulturas que possuíam os itens mais pessoais dos defuntos. Estas caixas eram praticamente todas feitas de madeira, daí pouquíssimas terem sobrevivido até aos nossos dias. As trancas e chaves de ferro tendem a ser os únicos sobreviventes (PEREIRA, 2014, pp. 196-202).

Dois **suportes de bronze zoomórficos** foram adquiridos pelo MNA em 1909, através de coleccionadores, por Almeida Carvalhais (PEREIRA, 2014, pp. 203-204).

A representar os **espelhos** existe um *speculum* de bronze, parcialmente fragmentado, segundo Maria Luísa Santos, foi encontrado por trabalhadores que o achavam de prata. Foi datado para os séculos I-II d.C. Existem depois vários exemplares circulares e um rectangular de pequena dimensão (PEREIRA, 2014, pp. 210-211).

Sobre a **joalheria e objectos em metais preciosos** encontrados em *Balsa* revelam-se muitas dificuldades. É difícil precisar uma datação para a maioria dos anéis e braceletes devido à sua perduração pelo tempo, à qual se junta os itens sem paralelos, provavelmente derivados de encomendas únicas de privados abastados (PEREIRA, 2014, pp. 205-209).

Uma das peças mais emblemáticas de *Balsa* é uma pulseira aberta de vidro, osso e ouro, descoberta na necrópole Norte durante as escavações de Estácio da Veiga, uma peça claramente criada para um cliente abastado, sendo impossível datar um artefacto deste tipo, único (PEREIRA, 2014).

Note-se que a joalheria conhecida é praticamente toda das escavações de Estácio da Veiga, e ainda mais especificamente da sua intervenção na necrópole Norte, não havendo desde então mais descobertas deste tipo.

Encontra-se em *Balsa* vários **amuletos fálicos**, de presença comum em todo o império romano. Nota-se também *bullas*, amuletos criados para proteger crianças masculinas, usados como um colar em volta do pescoço e dados 9 dias após o nascimento da criança, o que atesta a elevada mortalidade infantil na Antiguidade. Pereira data estes objectos para o Alto Império, admitindo que sem um contexto mais preciso é impossível dar uma data mais correcta (PEREIRA, 2014, pp. 211-213).

Em relação às **moedas**, estão representados todos os períodos, desde o século I a.C., com as moedas cunhadas em *Balsa*, até ao século V d.C. Segundo Estácio da Veiga, milhares de moedas foram descobertas na Quinta de Torre D'Aires pouco tempo antes de este ter ido para lá escavar, em 1863. No geral, a maioria das moedas pertence ao baixo império.

Novamente na escavação de Manuel e Maria Maia, a maioria das moedas pertenciam ao século IV d.C., com as poucas moedas (6) descobertas na campanha de 2019 a seguirem um perfil semelhante, sendo 4 delas do baixo império.



Figura Nº 16. 4 das moedas descobertas na sondagem 1 na campanha de 2019, já restauradas, (Foto cortesia de João Bernardes/Celso Candeias).

Apenas 12 das moedas da intervenção de Estácio da Veiga são seguramente de contexto de necrópole, segundo Pereira (PEREIRA, 2014, p. 216). Não existe ainda um estudo completo sobre as muitas moedas de *Balsa*, com vastas quantidades dispersas por colecções particulares, dificuldade salientada por Arévalo González e Moreno Pulido (2017) quando estes procuraram estudar a cunhagem de moeda na província da Lusitânia.

As moedas com a inscrição de *Balsa* numa das suas faces são todas de chumbo e bronze, não se conhecendo até agora exemplares em prata e ouro.

Estas moedas de chumbo seriam usadas para pagar preços baixos, sendo primariamente utilizadas por classes mais pobres e servindo como um substituto temporário de moedas em bronze quando estas não se encontravam abundantes ou disponíveis em quantidades satisfatórias. O seu período de produção, no século I a.C., pode ter derivado do seguimento dos conflitos entre Júlio César e Pompeu, numa altura que seria de escassez de moeda na região. Seriam de diminuta dispersão, não saindo da região da Lusitânia, reconhecidas apenas numa estrita rede de *urbes* e *oppida*, visto que o seu baixo valor impediria o seu uso como moeda em regiões mais distantes.

No geral, as moedas cunhadas por *Balsa* no período inicial da sua existência são, segundo Arévalo González e Moreno Pulido:

*“principal aprovisionamiento de la ciudad se componía de monedas de bronce y plomos acuñadas por la propia Balsa (Fig. 11.1) -con 97 ejemplares: 14 bronces y 83 plomos”* (ARÉVALO GONZÁLEZ e MORENO PULIDO, 2017).

A **cerâmica comum** carece na sua maioria de estudos mais aprofundados, mas existem já algumas análises, como as cerâmicas de pasta clara da Bética, por (PINTO e MORAIS, 2010) e a totalidade da cerâmica comum da Necrópole Norte (PEREIRA, 2014).

A cerâmica comum na referida necrópole é 10, 8% do total estudado por Pereira, equivalendo a 81 peças, das quais 30 são de produção local e 33 são de produção Bética. Estas peças seriam usadas para depositar as cinzas do defunto no caso de incineração, ou no caso de formas mais abertas, a deposição de um objecto que carregasse significado especial para o defunto.

Algumas destas cerâmicas comuns procuram imitar morfologicamente as cerâmicas mais ricas, *terra sigillata* ou paredes finas.

A cerâmica de cozinha africana está presente, mas é muito escassa, sendo apenas 0,5% do total, um dado não muito surpreendente, tendo em conta que esta cerâmica é por vezes confundida com produções locais (PEREIRA, 2014, pp. 89-90) e a Necrópole estaria já numa fase de desuso no período áureo de importação destas cerâmicas de origem africana (meados do século II e século III d.C.).

Viegas verificou que a cerâmica comum de *Balsa* é composta maioritariamente por cerâmica Bética (28,8%), africana (29,6%), alaranjada (28,6%) e depois quantidades menores de cerâmica cinzenta grosseira (pouco mais de 11%), que poderá ser uma produção local, e depois quantidades escassas de cerâmica itálica e outras tipologias (VIEGAS, 2012, p. 686).

As reduzidas importações de cerâmica comum itálica concordam com uma urbe com pouca capacidade de importação nos inícios e meados do século I d.C., seguindo o exemplo da *terra sigillata* da mesma região.

A presença de *terra sigillata* no contexto da necrópole Norte é relativamente escassa, com apenas 24 exemplares. Esta escassez é caso frequente em muitas cidades do golfo de Cádiz, na qual se inclui a vizinha *Ossonoba*, parecendo haver no momento do enterramento uma primazia por cerâmica comum, amuletos e outros objectos dessas tipologias (BERNARDES, SUTILO, CARRASCO, PEREIRA, 2014, p. 145).

A cerâmica de **paredes finas** está representada por 42 peças na necrópole, sendo a maioria (32 peças) de origem Bética, sendo uns escassos 2 exemplares de origem itálica, 4 exemplares de origem local e os restantes desconhecidos (PEREIRA, 2014). Esta tipologia seria gradualmente substituída por vidros de uso equivalente no século II d.C.

A **cerâmica de iluminação** equivale a 7,8% do conjunto da necrópole Norte, com 59 lucernas. 83% destas são de produção hispânica, sendo todas menos um só exemplar de produção Bética. Apenas 6 lucernas são de produção Norte africana, um dado que novamente acompanha a escassez

já referida de formas do Norte de África na necrópole, de datações no geral anteriores ao começo das importações destas cerâmicas. A deposição de lucernas com um defunto é uma prática bem conhecida no mundo romano, com abundantes paralelos em toda a região da Lusitânia. Nas representações figurativas nas lucernas, notam-se divindades, representações de cenas da Odisseia, cenas báquicas, uma luta de gladiadores, e uma só cena erótica.

Uma peça é de origem egípcia com motivos de uma rã e é bastante rara na Península Ibérica, e pode ir desde o século II d.C. até ao século IV ou até V d.C. (PEREIRA, 2014). Carlos Pereira nota que a diminuição da presença de lucernas nos enterramentos após o século II d.C. pode dever-se não só ao esgotamento da necrópole, mas também ao entrave de cultos pagãos num período de cristianização, associado ao declínio económico que ocorria na mesma altura.

De *Balsa* conhecem-se apenas três fragmentos de **cerâmica campaniense**, dois deles descobertos na escavação de 1977. São fragmentos de uma taça e um prato datados da segunda metade do século I a.C. por Nolen (1994). Segundo o relatório da escavação de 1977, para além destes fragmentos estudados, apareceram também um número indeterminado de fragmentos de cerâmica campaniense B que não permitiam a reconstituição de forma (MAIA, 1987, p. 45) e que não foram possíveis de localizar por Nolen e Catarina Viegas nas colecções do MNA. Numa prospecção de superfície em Torre D'Aires pelo arqueólogo da câmara de Tavira, Celso Candeias, foi descoberto mais um fragmento, que não permite reconstituição de forma.

Estas cerâmicas campanienses, juntamente com os dois fragmentos de unguentários fusiformes de engobe negro, descobertos nas escavações de Estácio da Veiga (NOLEN, J. S. 1994) e as moedas de chumbo e bronze com a inscrição de “*BALS*”, são os únicos materiais que podem ser seguramente identificados como pertencendo á segunda metade do século I a.C. É possível que correspondam a uma fase muito inicial da cidade, quando esta ainda se encontrava nas primeiras fases de habitação e construção. Note-se que todos estes objectos (quando o seu contexto é conhecido) são de áreas próximas da elevação de Torre D'Aires.

Tendo em conta o trabalho extenso feito por Catarina Viegas (VIEGAS, 2006, 2011) em relação às ânforas e *terra sigillata* de *Balsa*, opta-se aqui por dar apenas um apanhado das conclusões e informações mais relevantes:

A presença de *terra sigillata itálica* em *Balsa* resume-se em 116 fragmentos (VIEGAS, 2011, pp. 289-290). Tendo em conta as formas, as importações de algumas das tipologias desta *sigillata* podem ter ocorrido ainda em finais do século I a.C., mas a grande maioria ocorre nos finais do reinado de Augusto e continuam até o reinado de Nero ou até posteriores (NOLEN, 1994). São maioritariamente formas lisas, com apenas uns escassos fragmentos decorados, não chegando a uma dezena.

As poucas marcas de oleiro revelam importações da área de Arezzo e Pizza, sendo que estas mesmas produções foram importadas também para Beja, Castro Marim e Troia (VIEGAS, 2011). Na *sigillata* itálica nota-se uma peça na qual há um grafito na qual se lê talvez “Mohamed” em árabe. De qualquer forma, os caracteres claramente deste período confirmam novamente uma presença com algum significado neste período medieval (VIEGAS, 2011, p. 293).

A *terra sigillata sudgálica* é muito abundante em *Balsa*, somando 41.1% do total, aspecto que deve ser mais valorizado ainda atendendo ao facto de as importações se concentram, sobretudo, na segunda metade e finais do séc. I d.C. (VIEGAS, 2011, p. 295) Esta tipologia aumenta significativamente em número a partir do período dos Flávios, sendo que antes destes estão presentes em muito menores quantidades (VIEGAS, 2011, p. 301). Nota-se que ainda existem formas a serem importadas nas primeiras décadas do século II d.C. Possuem muitos fragmentos de formas decoradas, com 119 fragmentos, que se juntam a 371 fragmentos no total, e 20 marcas de oleiro, sendo 6 classificadas por Catarina Viegas como inéditas. Nota-se uma predominância por um grupo restrito de formas, com algumas a possuírem 28 indivíduos no total (VIEGAS, C. 2011).

A grande maioria das importações seria das oficinas de La Graufesenque, com talvez alguns escassos exemplares a pertencerem a Banassac, como notou Viegas:

*“Atendendo ao estudo das formas decoradas e das marcas de oleiro, a cidade foi abastecida sobretudo por oleiros que produziram em La Graufesenque, embora se saiba que oleiros como Patricius tiveram actividade, além de em La Graufesenque, também em Rozier e Carrade. Por outro lado, verifica-se que algumas composições e motivos decorativos presentes em fragmentos de Balsa, da fase dita de “decadência” de La Graufesenque, foram utilizados também pelas oficinas de Banassac.”* (VIEGAS, 2011).

As marcas de oleiro seguem a tendência para o período Flávio, mas existem 8 exemplares do período de Cláudio e Nero.

Pode-se dizer que enquanto a *terra sigillata* hispânica dava entrada nos mercados de *Balsa* nos inícios do século II d.C., os exemplares sudgálicos possuíam ainda alguma presença, mesmo que muito reduzida em comparação com o período dos Flávios. Não houve uma mudança drástica, mas sim uma alteração gradual de um centro produtor para outro.

alguns pertencentes a produções de La Graufesenque, mas muitos indeterminados.

Elevada também é a presença de fragmentos de *sigillata* marmoreada, uma tipologia bastante rara, que foram quase todas importadas no aparente período de maior poderio económico da cidade, os finais do século I d.C. e inícios do século seguinte. Alguns pertencem a produções de La Graufesenque, mas a maioria é de origem indeterminada.

Viegas (VIEGAS, 2011) considera que a predominância da *sigillata* sudgálica e demora da entrada da hispânica se deve à primazia dada às rotas marítimas por *Balsa*, que beneficiariam os centros produtores da Gália.

Nos exemplares que Catarina Viegas identifica como pertencendo à oficina de Germanus III, pode-se talvez incluir um exemplar de Faro, que possui um veado a correr entre árvores com pequenas aves no topo.



Figura Nº 17. Fragmento de terra sigillata com representação de um veado. Museu Municipal de Faro. (Foto do autor).

A ***terra sigillata hispânica tipo penafior***, seguindo-se a designação usada por Catarina Viegas nas suas obras (VIEGAS, 2008, 2011 p. 320) está representada por 78 fragmentos, que correspondem a 49 exemplares. Tal como no caso da *sigillata* sudgálica, a grande maioria dos exemplares foi importado na segunda metade do século I e inícios do II d.C., com as formas típicas dos finais do século I a.C. a estarem ausentes do conjunto e as dos princípios do século I. d.C. a serem escassas.

A ***terra sigillata hispânica*** encontra-se representada por 261 das produções de Tricio e Andujar (VIEGAS, 2011, p. 323), seguindo novamente a tendência das outras *sigillatae* de um muito maior volume de importações nos finais do século I d.C. e inícios do século seguinte. Apesar da sua posição geográfica, *Balsa* abastece-se de uma percentagem significativa de *sigillata* de Tricio, 36% (VIEGAS, 2011), uma decisão interessante, considerando que este centro produtor se encontrava quase no oposto da Península Ibérica.

Certas formas têm um período de produção muito vasto, estendendo-se até ao século IV d.C. A decoração é predominantemente composta por motivos circulares., muito frequentes nesta *sigillata*.

### ***Terra sigillata Norte Africana***

Abastecem *Balsa* durante 5 séculos, representando 35,2% da *terra sigillata* de *Balsa*. Estas cerâmicas dividem-se em:

A ***sigillata clara A*** é 11,5% do total de *sigillata* em *Balsa*, e a suas importações começam no período dos Flávios, intensificando-se em meados do século II d.C. (VIEGAS, 2011, p. 329).

A ***sigillata clara C*** soma 9,5% do total e estende-se desde os finais do século II d.C. até aos inícios do século V d.C., sendo que o maior volume deste tipo de *sigillata* parece ser importado de meados do século III d.C. a inícios do século IV d.C., caso que encontra paralelos em toda a Península Ibérica (VIEGAS, 2011, p. 331).

A ***sigillata clara D*** corresponde a 14,2% do total, que são 187 fragmentos e sua importação para *Balsa* estende-se desde os inícios do século IV d.C. até os finais do século VI “*ou mesmo o começo do século VII d.C.*” (VIEGAS, 2011, p. 331).

O pico de importações parece ser nos finais de século IV e inícios de século V d.C., possivelmente associado ao período de maior actividade nas cetárias escavadas por Manuel e Maria Maia. Regista-se um pequeno aumento nas importações desta tipologia de *sigillata* em pleno século VI d.C., “*documentado pela forma Hayes 99*” (VIEGAS, 2011).

Este aumento não deve ser visto como um dado contraditório ao abandono da urbe, mas um simples fluxo económico, que ocorreria independentemente do declínio geral da cidade. Não existem de momento razões para pensar que teria havido um reflorescimento económico numa urbe prestes a ser abandonada.

A ***sigillata focense tardia*** testemunha as importações ao Mediterrâneo Oriental (actual Turquia) a partir de meados do século V d.C., correspondendo a uma pequena percentagem, 0,9% do total. As formas indicam que esta importação decorre até a segunda metade do século VI d.C.

A ***sigillata luzente*** conta com uns escassos 11 exemplares, que teriam sido importados entre meados do século III e meados do século V d.C.

A ***sigillata paleocristã*** é também muito escassa, correspondendo a apenas 0,6% do total.

A presença de *sigillata* decorada em *Balsa* é muito elevada quando comparada a outros sítios mais interiores, como Santarém e *Conimbriga*, mas está em concordância com os valores registados noutras urbes costeiras da região algarvia. (VIEGAS, 2011, p. 354)

Elevada também é a presença de fragmentos de *sigillata* marmoreada, uma tipologia bastante rara, que foram quase todas importadas no aparente período de maior poderio económico da cidade, os finais do século I d.C. e inícios do século seguinte.

Viegas (VIEGAS, 2011) considera que a predominância da *sigillata* sudgálica e demora da entrada da hispânica se deve à primazia dada às rotas marítimas por *Balsa*, que beneficiariam os centros produtores da Gália.

“São as formas Hayes 104, 105 e 109 que permitem avançar com a proposta de um terminus para a ocupação de Balsa nos finais do séc. VI, ou mesmo já no séc. VII. A forma Hayes 105 data de cerca de 580/600 a 660, ou de um período ligeiramente posterior, e está documentada em Cartago, em estratos do séc. VII (Carandini et al., 1981, p. 96), e o tipo Hayes 109 foi produzido no mesmo período (580/600) e atingiu os meados do séc. VII (Hayes, 1972, p. 166- 172). Alguns exemplares da forma Hayes 104 enquadram -se na variante A1 de Bonifay, datada do fim do séc. V e primeiro terço do séc. VI (2004, p. 183). A peça nº 766 pertence ao tipo 109, definido por Bonifay como variante B (Hayes 87/109), que ocorre em contextos dos finais do séc. VI e inícios do séc. VII (2004, p. 186 e 187).” (VIEGAS, 2011).

Esta peça nº 766 remete para o final de *Balsa* como cidade. Como já foi abordado antes, a região de *Balsa* voltaria a ser ocupada, provavelmente por quintas e outras estruturas agrícolas similares ou mesmo uma pequena povoação após o abandono definitivo da cidade, algures durante a ocupação islâmica. Contudo, é difícil perceber em que momento exacto se deu esse abandonar da urbe. Pode ter sido algo muito gradual, de tal forma que é possível que a cidade tenha mantido uma população residual mesmo depois do seu fim definitivo. Uma cidade sem capacidades de importação seria de difícil visibilidade no registo arqueológico. A única certeza é que no século VIII d.C. a cidade já não revela importações de ânforas ou outras cerâmicas que possam ser datadas para este período.

Na escavação de 2019, no total de mais de 2 centenas de fragmentos de *sigillata*, mais de metade é tardia (século III d.C. e posterior), sendo que a grande maioria de *sigillata* mais antiga saiu das estratigrafias inferiores da sondagem 1.

Dos mais de 400 fragmentos de **ânforas** descobertos em *Balsa* a grande maioria é proveniente da escavação de Manuel e Maria Maia e da escavação de 2019, sendo que os fragmentos das escavações de Estácio da Veiga são muito reduzidos. Se isto se deve aos contextos escavados por Estácio ou se se deve aos critérios de recolha do explorador tavirense é difícil perceber.

Existe uma divisão de percentagens muito equilibrada entre as ânforas do alto e baixo império, com o primeiro a ter 55,3% do total, dando uma pequena maioria às importações deste período. Não é tão visível a queda de importações que se podia verificar na *terra sigillata*. Tal como nessa tipologia cerâmica, não existem exemplares anteriores ao reinado de Augusto (VIEGAS, 2011, p. 357).

## Ânforas do Alto Império

As **importações itálicas** estão representadas por umas escassas duas peças associadas à importação de vinho. Devem datar do século I d.C.

As importações do **Mediterrâneo Oriental** estão representadas por uma única peça, que provavelmente transportava vinho, oriunda do sul da Turquia. É uma forma muito rara no ocidente do Mediterrâneo, podendo o exemplar de *Balsa* ser datado para o século II d.C., como o fez C. Fabião (FABIÃO, 1994).

As importações **da Bética** são a maioria das importações do Alto império e possuem todos os produtos típicos, como azeite, vinho e derivados e preparados de peixe.

As **importações da Gália** resumem-se a uma única tipologia, representada por três exemplares, de produção entre os séculos I-III d.C. e que transportaria como produto principal o vinho. Um contraste com as grandes quantidades de importações de *sigillata* desta região.

As importações **Norte Africanas** são muito raras na Península Ibérica neste período, (século II d.C.) e encontra-se em *Balsa* um único exemplar, que transportaria vinho ou preparados piscícolas. As importações **locais/lusitanas** são também muito escassas, representado apenas 3,7% do total, 9 peças. 3 destas peças parecem ser de fabrico algarvio, devido a semelhanças com as pastas de manta Rota (VIEGAS, 2006, 2011).

A grande maioria das importações de ânforas são da Bética. A maioria das ânforas são de preparados piscícolas, “*somando 61.1% das ânforas existentes no sítio durante o Alto Império e ascendendo a 79.8% durante o Baixo Império*” (VIEGAS, 2011). Segue-se o vinho, com 27,9% e finalmente o azeite, com 10,3%.

As produções lusitanas/locais correspondem a uma percentagem pequena no Alto Império (6,6%), mas sobem para 34.5% do total no Baixo Império (VIEGAS, 2011). As importações da Bética seguem a tendência da *terra sigillata*, com uma intensificação das importações nos finais do século I d.C. e inícios do século II d.C.

Os produtos vinícolas são os que possuem uma maior diversidade de locais de origem, mas a grande maioria é novamente da Bética (VIEGAS, 2011).

Segundo Viegas: *“O peso das importações vinárias em Balsa (cerca de 27.9% das ânforas importadas para o sítio durante o Alto Império) deve ser devidamente valorizado atendendo à diversidade das origens destes recipientes. Efectivamente, julgo que este dado é um reflexo directo da presença de uma elite abastada que habita a cidade e ocupa os seus cargos públicos/administrativos, aspecto que a epigrafia testemunha. A este respeito não pode esquecer-se que foi em época Flávia que se deu a promoção da cidade, crescendo conseqüentemente o funcionalismo relacionado com a administração da urbe antiga”*. (VIEGAS, 2011).

## **Ânforas Baixo Império**

As importações locais ganham peso e as importações Norte Africanas impõem-se no total.

### **Importações Béticas**

Vão desde o século III d.C. até ao século IV e até V d.C., em algumas variantes. Permanecem uma presença constante e significativa no total.

Parece que mesmo com a entrada significativa de produtos da Lusitânia, em locais como Sagres (Martinhal) e Loulé (Quinta do Lago e S. João da Venda), especialmente no que toca a importações de preparados piscícolas, os productos Béticos continuaram a ser as importações de eleição, revelando também que continuou a haver importações de outros produtos desta região, como o azeite (VIEGAS, 2011, p. 372), apesar de em quantidades diminutas quando comparados aos preparados de peixe.

### **Importações Norte de África**

Importadas desde o século III até ao IV d.C. São compostas maioritariamente de ânforas de preparados piscícolas e alguns produtos vinícolas.

### **Importações locais/lusitanas**

Aumentam para 34,5% do total e trata-se de contentores de preparados piscícolas. A sua produção estende-se de finais do século II d.C. ao século V d.C.

As ânforas de preparados piscícolas aumentam em percentagem para 78,2% do total e a importação de azeite cai para os 3,6% do total, notando-se que há várias tipologias de ânforas nas quais é difícil precisar quais os produtos que transportavam (VIEGAS, 2011). A Bética continua com a sua significativa presença (47,3%) mas os produtos que exporta passam a ser maioritariamente preparados piscícolas. As produções locais atingem agora 34,5% do total, sendo praticamente todos contentores de preparados piscícolas.

Fabião (FABIÃO, 2004) defende a possibilidade de *Balsa* ter produzido também as suas próprias ânforas, mas Catarina Viegas (VIEGAS, 2011, p. 380) não confirma a hipótese, achando que não existem ainda provas conclusivas.

Com a adição de mais de uma centena de fragmentos de ânfora da escavação de 2019 deverá ser possível no futuro com um estudo aprofundado destes fragmentos identificar se estas ânforas concordam com os estudos de Catarina Viegas.



*Figura Nº 18. Anforeta de vidro usada como unguentário, séculos I-II d.C., (Foto Matriznet de Julia Redondo).*

Os **fragmentos de mosaico** recolhidos por Estácio da Veiga são os únicos exemplares que permitem a compreensão da sua decoração até agora descobertos em *Balsa*, recolhidos na Quinta das Antas e Torre D'Aires, sendo datados dos séculos II/III d. C. Existe um só exemplar figurativo, bicromo, com imagens de peixes e um polvo, tendo sido descoberto no edifício de natureza possivelmente termal nas proximidades do monte da quinta de Torre D'Aires, datável do século II ou primeira metade do século III d.C. Os restantes fragmentos são de motivos geométricos, havendo um só policromo. Desconhece-se se todos foram retirados de pavimentos da estrutura termal ou se são de diferentes contextos. Foram depositados no MNA, onde permanecem até hoje.

Em escavações e prospecções posteriores (Prospecção de Cristina Garcia e Escavação 2019) apareceram alguns fragmentos de mosaico diminutos e várias tesselas soltas, tanto na quinta de Torre D'Aires como na quinta das Antas.

A partir destes materiais a riqueza de *Balsa* é evidente. Com materiais importados do Oriente e as várias peças de luxo, o poderio económico da cidade (particularmente durante os finais do século I e II d.C.) não pode ser ignorado.

## 5.2. Quinta das Antas

Da Quinta das Antas o espólio é muito menos frequente, sendo que nas escavações de Estácio da Veiga apareceram apenas algumas centenas de objectos, comparado com os milhares em Torre D'Aires.

Note-se que a propriedade das Antas tem quase a mesma área que a quinta de Torre D'Aires.

Duas adagas de cobre foram descobertas na Quinta das Antas, que Estácio da Veiga considerou da Idade do Cobre e um machado de pedra polido, os fragmentos que como se mencionou antes, investigadores posteriores (VIEGAS, 2011; PEREIRA, 2014) não consideram seguramente pré-históricos.

Foi na quinta das Antas descoberta uma das poucas estatuetas conhecidas na urbe, a estatueta de *fortuna spes* em mármore com 42 cm de altura, que foi assim identificada apesar de não possuir cabeça, devido à presença de uma proa e vestido arcaizante (FERNANDES, 2002, pp. 165-174).

Nas propriedades que agora existem nesta quinta, são conhecidos vários fustes de colunas, algumas soleiras de portas e outros fragmentos pétreos de grandes dimensões, para além dos abundantes vestígios que aparecem em prospecções de campo. A menor quantidade de vestígios conhecidos nesta zona não deve, portanto, ser visto como evidência de haver menos espólio, mas como um simples resultado deste local não ter sido intervencionado pela arqueologia com a mesma intensidade da quinta vizinha.

Santos Rocha passou por esta quinta numa das suas vistas ao Algarve no século XIX, que é a razão por detrás do escasso espólio proveniente desta quinta hoje presente no Museu Municipal Santos Rocha, que consiste em dois pés de ânfora e um tijolo, sendo estes materiais legado de Mesquita de Figueiredo.

Uma das descobertas mais significativas nesta antiga quinta foram as 3 epígrafes hoje no Museu Arqueológico do Carmo, sendo que duas delas fazem menção do “*circus*” que existiria algures nesta região de *Balsa*.

### 5.3. Sítio do Arroio

Apesar de não se ter certezas sobre esta localização ainda estar dentro da área urbana de *Balsa*, seria certamente parte do seu vasto território e inclui-se aqui no benefício da dúvida e à luz do facto que certos investigadores a consideram parte de *Balsa* (PEREIRA, 2014, pp. 242-248). Se ainda estivesse dentro do território urbano, faria provavelmente parte do limite Este da cidade, mas nota-se que a falta de precisão dada por Teixeira de Aragão quando este fez a sua escavação lá dificulta muito perceber onde exactamente em Arroio ele escavou.

Da exploração de Teixeira de Aragão nesta necrópole saíram alguns materiais curiosos, como três lápides funerárias, uma base quadrilonga em mármore com a representação de um leão deitado num dos ângulos faria possivelmente parte de uma destas lápides. Um golfinho em âmbar atesta o único objecto conhecido de *Balsa* neste material. O resto do espólio é típico de contexto de necrópole, como lucernas e pregos.

### 5.4. Outros materiais de localização incerta

A primeira peça que se pensa que saiu do território que hoje se considera *Balsa* é um busto feminino que se encontra hoje no museu de Évora. Encontrado na região ainda no século XVIII, integrou as coleções do museu de Beja antes de ser transferido para o de Évora (VIEGAS, 2011). Contudo, não se sabe a localização exacta de onde foi tirado, apenas que foi na região de Tavira, sendo possível que tenha vindo não da urbe, mas de uma das *villae* circundantes. É um busto em mármore, muito possivelmente de uma oficina algarvia, sendo possível se tratar de uma obra de uma oficina de *Ossonoba*. Mantas coloca a possibilidade de ser duma oficina da Bética.

Pelas características que apresenta pensa-se que é uma obra da altura de Antonino Pio (138-161) que representa uma cidadã de meia-idade de *Balsa* (MANTAS, 1997, p. 293; GONÇALVES, 2007, pp. 185-187 Museu Regional de Évora ME 1711).

Nota especial também para o unguentário de bronze em forma de cabeça de um Deus, identificado como Mercúrio. Este objecto foi encontrado numa necrópole, entretanto destruída, localizada no Sítio do Pinheiro, pertencendo talvez a uma das muitas *villae* periféricas da cidade (PEREIRA, 2014, pp. 251-252).

Outra peça com algum destaque é um baixo-relevo com uma figura masculina e feminina nas duas faces. Segundo Maria Luísa Santos “*o original encontra-se em poder da família Estácio Tello*”, tendo escrito isto em 1971. Poderia ser um *Oscillum*, segundo L. Gonçalves, sendo talvez inserido em intercolunares de peristilos ou pórticos. O seu paralelo mais próximo encontra-se no museu de Chiaramonti (Museus vaticanos) e data de Antonino Pio (Gonçalves, 2007, p. 262). Estaria certamente num edifício de grande pujança, mas desconectado como está do seu contexto é impossível associá-lo a qualquer estrutura específica. Desconhece-se hoje a localização do original, sendo que o MNA possui uma cópia em gesso (LUÍSA SANTOS, 1971).



*Figura Nº 19. Cópia em gesso de baixo-relevo (possível Oscillum?) com figura masculina e feminina nas duas faces. (Foto Matriznet).*

## 6. As estruturas

A já referida falta de escavações no território de *Balsa* dificulta muito precisar a localização da grande maioria das estruturas típicas de uma cidade romana. Em certos casos, como no do circo, sabemos da sua existência através de evidências indirectas, mas para a grande maioria das estruturas nem isto se possui.

Acresce a estes factores a constante exploração agrícola na Quinta de Torre D'Aires, que erodiu consideravelmente o terreno. Devido a esta situação, a prospecção geofísica revelou-se preciosa na identificação de possíveis estruturas e foi usada para escolher os locais intervencionados na campanha de 2019 (DIAS, e BERNARDES, 2020).

É difícil precisar os limites geográficos da cidade de *Balsa*. A necrópole Norte, a 300 metros da capela da quinta, seguindo o padrão clássico da implantação de necrópoles em urbes romanas, separada, mas próxima da cidade dos vivos, deve indicar o limite da cidade nesta orientação, e a ria limita também a expansão da cidade na direcção Sul, mas Este e Oeste evadem por agora uma identificação precisa. Com a escavação de 2019 foi possível confirmar duas coisas: que a expansão Oeste da cidade não chega ao pequeno curso de água que delimita a propriedade de Torre D'Aires, e que na vertente Este, a cidade continua para além da vedação que divide a propriedade de Torre D'Aires e quinta das Antas, se bem que saber quanto se expande para além deste ponto é, neste momento, impossível saber.

Os vestígios nas propriedades da antiga Quinta das Antas são abundantes, e alguns deles, como as epigrafes referentes ao circo, os numerosos fustes de colunas e as soleiras de portas, remetem quase certamente para um contexto urbano, mas são necessárias prospecções e/ou escavações mais aprofundadas para ser possível compreender quanto desta quinta está realmente dentro da área da antiga cidade.

## As necrópoles

Certamente o espaço mais famoso da cidade, a famosa **necrópole Norte**, datada maioritariamente para os séculos I e II d.C., com escassos vestígios de séculos posteriores até ao século V d.C., de onde saíram materiais de grande qualidade artística. Sabe-se de sensivelmente 120 sepulturas da qual saiu espólio, e se se adicionar as da qual não saiu nenhum, o número sobe para mais ou menos 200 sepulturas. Carlos Pereira (PEREIRA, 2014, pp. 218-219) defende que esta poderá ter sido a primeira necrópole da cidade, e como tal, a primeira a ficar saturada e posteriormente abandonada. Anota-se a falta de objectos datados para o século I a.C. nesta necrópole. Sendo verdade que o espólio deste período é muito escasso em *Balsa*, é de esperar na mesma a existência de sepulturas nestes momentos. Como tal, levanta-se duas possibilidades: uma, que a necrópole Norte é de facto a mais antiga da cidade, mas devido à escassez de vestígios do século I a.C., estes evadiram ser descobertos ou não foram identificados como pertencendo a esse período, ou, duas, que existirá uma necrópole de cronologia mais remota ainda por descobrir. Possuía maioritariamente incinerações, com as inumações a serem muito menos frequentes, que está em concordância com os rituais funerários romanos deste período. Nota-se novamente que muito poucas das sepulturas datam do século III d.C. e posteriores, sendo por isso pouco provável detectar a influência dos ritos cristãos neste cenário.

Os limites geográficos desta necrópole são desconhecidos, não sendo as plantas e registos feitos por Estácio da Veiga precisos o suficiente para dar mais do que uma localização geral desta. Esta necrópole foi, desde a altura em que Estácio da Veiga a escavou, sucessivamente destruída por explorações agrícolas, e apesar de ainda ser vagamente detectável no terreno vestígios pétreos que se identificaram como os restos das sepulturas (DIAS, BERNARDES, CANDEIAS, e GARCIA, 2020, p. 1401). Estes estavam significativamente revolvidos, sendo que pouco resta desta famosa cidade dos mortos.

Devido aos registos feitos por Estácio da Veiga, desconhece-se muita informação sobre a Necrópole, como Catarina Viegas salienta:

*“Desconhece-se, com precisão, qual a frequência dos diferentes tipos de sepultura em Balsa e não existe também qualquer planta mais pormenorizada com a distribuição das sepulturas, não sendo igualmente possível determinar, com exactidão, quais terão sido os limites da necrópole e a área que abrangia”* (VIEGAS, 2011).

Nas incinerações, Estácio da Veiga registou uma urna de vidro com um prego de cobre, o que atesta esta prática pela população balsense. Esta deposição de pregos sem funcionalidade aparente parece indicar uma tradição mágico/religiosa de carácter desconhecido, mas que se conhece em várias necrópoles do período romano (PEREIRA, 2014, pp. 76-77).

Muito menos conhecida é a necrópole escavada por Teixeira de Aragão em 1868, de localização imprecisa no sítio do Arroio, que pode ter sido um cemitério limite da cidade a Este. Mas sem mais informações é igualmente possível que seja uma necrópole de uma das *villae* suburbanas de que há conhecimento na região (MANTAS, 1990, p. 195).

Próximo de *Balsa*, o sítio de Pedras del Rey complica a situação geográfica da urbe. Pereira (PEREIRA, 2014, pp. 236-248) levanta a possibilidade de a necrópole desta região poder corresponder à necrópole Oriental de Balsa, situação complicada pela necrópole escavada por Teixeira de Aragão no Arroio, podendo ambas as necrópoles ser uma só. Este investigador nota que esta situação é piorada por alguma confusão nas designações geográficas dos antigos investigadores, pondo a possibilidade de confusão entre Pedras del Rey, Arroio e Antas.

Pereira considera o Sítio do Pinheiro uma necrópole de uma *villa* suburbana, devido à distância entre esta e *Balsa*. Apesar de não se saber com certezas a que estrutura pertence esta necrópole, a distância das propriedades certamente em território balsense do Pinheiro parecem descartar a possibilidade de esta pertencer à cidade. Levanta ainda a possibilidade de o limite Oriental da cidade se situar no sítio do Arroio seguindo a proposta de Luís Silva (SILVA, 2007), tendo em conta também prospecções que o Silva fez na qual descobriu abundantes vestígios na área. Apesar de ser por agora impossível confirmar esta hipótese, anota-se que se desconhece se *Balsa* continua para além das propriedades da antiga Quinta das Antas.

Finalmente, a presença de duas sepulturas sem espólio a sensivelmente 200 metros a Oeste do monte de Torre D'Aires poderão representar enterramentos de datação tardia, tendo as sepulturas composta por ladrilhos sido datadas para os séculos III/V d. C., com a completa ausência de espólio a dar um entrave a uma datação mais precisa. Estes enterramentos poderão corresponder a uma necrópole ocidental de *Balsa*.

Para além das necrópoles, conhecem-se poucas estruturas. As possíveis termas ou espaço para banhos privados descobertas por Estácio da Veiga em 1877 estariam um pouco a Nordeste do monte onde se implantam as casas e capela da quinta de Torre D'Aires. Segundo os registos de Estácio da Veiga, teve duas fases de construção, tendo em conta divisões feitas em compartimentos e entulho utilizado para fazer um pavimento. Infelizmente atribuir datas para estes momentos construtivos revela-se impossível. Os vestígios revelados foram destruídos por actividade agrícola desenvolvida pouco depois da referida escavação.

Na escavação de Manuel e Maria Maia foram identificadas cetárias a Este dos edifícios principais da quinta. Estas encontravam-se próximas de uma estrutura habitacional. Se estas cetárias correspondem a uma área industrial da cidade bem definida, ou se estes equipamentos industriais estariam distribuídos igualmente pela cidade não se sabe (MAIA e MAIA, 1978).

De resto, as localizações do anfiteatro, termas e outros edifícios públicos de grandes dimensões mantêm-se obscuras, apesar de sua existência dentro do espaço da urbe ser quase certa.

Como já foi antes referido, não existem evidências até agora de muralhas ou outras estruturas defensivas, havendo apenas alguns materiais de origem claramente militar, sendo que este espólio pode ser evidência de indivíduos que se aposentaram do exército em vez da presença de um grupo militar significativo na cidade (PEREIRA, 2014, p. 193).

A localização do fórum onde a implantação da cidade terá começado seria possivelmente no monte onde se encontram as casas principais da quinta de Torre D'Aires. Estácio da Veiga mencionou que estes edifícios se encontravam sobre silhares antigos, e nas proximidades é possível ver muros e estruturas de grande dimensão em *opus caementicium*. Falta, como em muitos outros casos em *Balsa*, de uma escavação ou prospecção que confirme a hipótese. Confirmando-se que esta elevação corresponde de facto ao fórum é de esperar que possua os edifícios e estruturas associadas às clássicas implantações romanas: templo, basílica e estruturas públicas, o típico centro político, religioso e administrativo de uma urbe romana clássica.

Desconhece-se até ao momento quaisquer edifícios claramente cristãos na cidade. A capela da quinta de Torre D'Aires, apesar de situar-se sobre vestígios romanos, é uma construção do século XVI.

Sabe-se, através da epigrafia, da existência de um circo, mas desconhece-se a sua localização exacta, tendo as epígrafes que referem a sua existência sido descobertas na Quinta das Antas. Sabe-se também através das ditas epígrafes que este circo se encontrava em pleno funcionamento em princípios do século III d.C., altura em que foi renovado, indicando que pelo menos neste período *Balsa* ainda tinha alguma pujança económica e social (VIEGAS, 2011).

Maria Luísa dos Santos escreve numa folha de registo no MNA que: “*Há vagas notícias sobre a existência de uma galeria destruída e de um pórtico.*” Poderiam estes vestígios estar associados ao circo? Ou seria uma outra estrutura desconhecida? (LUÍSA SANTOS, 1971).

Desconhece-se também a localização do porto, a estrutura mais importante para uma urbe costeira. Luís Silva (SILVA, 2007) no seu livro “*Balsa, a cidade perdida*”, levantou a hipótese de o porto se localizar a Oeste do monte de Torre D’Aires, hipótese também defendida por Vasco Mantas, tendo como base uma foto aérea. Contudo, recentes prospecções e sondagens mecânicas (DIAS, BERNARDES, CANDEIAS, e GARCIA, 2020, pp. 1402-1403) não revelaram quaisquer vestígios de estruturas nesta localização. Existe também a possibilidade de que o porto se encontrava na vertente Sul do monte de Torre D’Aires, havendo amplos vestígios nessa área e restos de cimento romano. Não parece, portanto, descabido posicionar o porto nesta localização mais próxima do fórum, na sua vertente Sul, como existem exemplos noutras cidades romanas, como o porto de Mértola, que se encontra na vertente virada para o rio, perto da alcáçova (LOPES, 2013).

À rede marítima deste porto estariam associadas *villae* e outras estruturas secundárias, como talvez a *villa* de Pedras del Rey, que também possuiriam as suas próprias estruturas de acolhimento. Deve encarar-se assim o porto de *Balsa* não como um centro isolado, mas um ponto numa rede local que depois conectava aos portos mais distantes, uma situação que poderá encontrar paralelo em *Ossonoba* (BERNARDES, 2017).

Desconhece-se também se existiria um farol, mas se existisse deveria estar ou no monte da quinta de Torre D’Aires, por ser a única posição mais elevada no local, ou junto ao porto, ainda por descobrir.

Os já referidos terremotos e tsunamis podem também ter ocultado e/ou destruído parcialmente estas estruturas portuárias. Mesmo sem estes, a subida do nível do mar desde o período romano em muitos locais da costa algarvia pode ter obscurecido as estruturas do porto. Há notícia de

tanques de salga romanos localizados na linha de costa e sabe-se de mais vestígios romanos que já estão completamente submersos.

Deve notar-se que muitos dos portos romanos consistiam em locais abrigados na costa, havendo muitas vezes poucas ou nenhuma estruturas artificiais, (DIAS, 2020, pp. 1402-1404) “*e pressupondo que a necrópole a que correspondem as sepulturas identificadas em 2017 poderá significar o limite W da cidade de Balsa, as estruturas portuárias certamente quase localizaram noutra local que não o interpretado*” (DIAS, 2020).

Em relação a indicadores materiais de estruturas, sabe-se, segundo manuscritos de Estácio da Veiga, que foram encontrados múltiplos capitéis lavrados, incluindo alguns da ordem coríntia, cujo paradeiro é agora desconhecido e cujo local da descoberta também permanece misterioso.

Espalhados pelas propriedades na antiga Quinta das Antas, existem vários fustes de colunas reutilizados. Estes são de pequena dimensão, podendo pertencer a edifícios públicos como a *villae* e outras estruturas de menor dimensão.

Na colecção da Câmara Municipal de Tavira encontra-se um capitel coríntio de folhas lisas de grandes dimensões (85 cm de uma ponta à outra da face do ábaco e 55 cm de altura), já estudado (FERNANDES e GONÇALVES, 2009, pp. 170-171) que foi descoberto em Tavira, mas poderá ser um espólio de *Balsa*. Este capitel, se de facto for de *Balsa*, demonstra um certo poderio económico, visto revelar a existência de um edifício de grandes dimensões num período tardio (séculos III-IV d.C.), que seria supostamente já de decadência para a urbe. Se isto se trata apenas da excepção à regra ou um indicador de uma cidade com alguma relevância ainda nestes períodos tardios é impossível dizer sem haver provas conclusivas da sua origem. É improvável, mas a possibilidade de ser proveniente de outra urbe, como *Ossonoba*, não pode ser descartada. É o único outro local com pujança arquitectónica suficiente para poder ter sido o local de origem deste capitel.



Fig. Nº 20. (=34 anexos) Capitel coríntio nas colecções da Câmara Municipal de Tavira, 2020, (Foto do autor).

Neste mesmo estudo anota-se 4 outros capiteis, um em Moncarapacho, de ordem coríntia (século II d.C., finais), que não consegui no local encontrar; um adossado na muralha de Tavira, de ordem toscana (século I d.C.), que se encontra actualmente visível dentro de um edifício através de uma janela manuelina na cidade, após obras no local. Este capitel está a servir como base de um fuste (FERNANDES e GONÇALVES, 2009, p. 170), sendo que não se possui provas conclusivas de este exemplar pertencer a *Balsa*. Há um outro exemplar, conhecido apenas por uma foto publicada por Luís Fraga de Silva, cuja atribuição ao período romano é incerta, mas se for desta cronologia Lídia Fernandes e Maria Gonçalves atribuem a peça ao século II d.C. (FERNANDES e GONÇALVES, 2009, p. 169).

Anota-se ainda o fragmento de capitel jónico presente nas colecções do MNA, cujas reduzidas dimensões dificultam a leitura, mas que seria dos séculos I-III d.C. (Figura 53 Anexo).

Nas propriedades em redor de *Balsa*, há vários fustes de colunas reutilizados na construção de casas. No território da antiga Quinta das Antas, na propriedade da Sra. Frederica Mendonça, existem vários vestígios, nas quais se incluem uma base de coluna (algo semelhante ao fuste e capitel encontrado na muralha de Tavira), uma base de moinho sendo difícil saber se se trata de um vestígio do período romano, 4 fustes de colunas de várias dimensões, um entablamento de grandes dimensões, 2 silhares de grande dimensão e 2 soleiras de portas. Na propriedade do Sr. Eduardo Mendonça, também na antiga Quinta das Antas, encontram-se 7 fustes de colunas, vestígios de tanques e uma soleira de porta. Foi ainda entregue à Câmara Municipal de Tavira uma base de coluna de pequenas dimensões.

No caminho para a Quinta de Torre D'Aires foram localizados um elemento de canalização e um fuste de coluna (imediatamente após a passagem de nível) e no interior da propriedade um peso de pedra.

Existe ainda a notícia por locais de que vários vestígios arquitectónicos terão sido ocultados no decorrer de operações agrícolas entre 1970 a 1999, havendo notícia de fustes de colunas e outros vestígios de arquitectura a serem intencionalmente enterrados debaixo da estrada que liga a quinta ao exterior da propriedade.

Na escavação de Manuel e Maria Maia de 1977, foram identificados vários tubos para escoamento de água, direccionados para a ria, tendo estes sido abandonados nos séculos IV/V d.C. A presença destes elementos parece indicar um sistema de escoamento que seria praticado em toda a urbe. Não foi identificado até ao presente vestígios de um aqueduto. Segundo os locais, e tendo em conta as mudanças em 2000 anos, a região é rica em água potável, sendo possível que *Balsa* não precisaria de um aqueduto, podendo depender de um grande sistema de poços de água potável.

Próximo destes tubos e cetárias está o sector 3, da escavação de Manuel e Maria Maia que incidiu sobre três paredes de um compartimento, que teria sido de carácter habitacional. A proximidade deste sector 3 de estruturas industriais parece sugerir uma produção para consumo local e não exportação (VIEGAS, 2011).

Entretanto, na escavação de 2019, ao cargo da Universidade do Algarve, foi descoberto uma outra canalização, feita de *Imbrices* reutilizados e com uma datação tardia visto que o seu escoamento

está direccionado para uma rua entretanto inutilizada e o próprio cano encontra-se sobre estruturas e edifícios mais antigos (DIAS, BERNARDES, CANDEIAS, e GARCIA, 2020, p. 1401).

Estes edifícios mais antigos não foram escavados na sua totalidade, e o seu propósito permanece desconhecido, mas tendo em conta o uso de silhares trabalhados de grande dimensão, parece seguro assumir que seriam edifícios públicos ou talvez privados de grande pujança, possuindo uma datação provável de construção inicial nos séculos I-II d.C.

Sobre os edifícios tardio que se encontravam sobre estes mais antigos também se possui pouca informação. Utilizaram as fundações dos edifícios mais antigos, reutilizando *imbrices* e antigos silhares, tendo uma data de criação situada provavelmente nos séculos III e IV d.C., com um momento de abandono impreciso, e tal como nas estruturas sobre eles, o seu uso concreto desconhece-se. Note-se também que estes vestígios tardios estavam muito afectados pela actividade do *ripper* (DIAS, BERNARDES, CANDEIAS, e GARCIA, 2020, p. 1401).

Sabe-se também que estes edifícios e a rua adjacente tiveram as suas utilidades modificadas algures nos séculos III-V d.C., sendo que o nível de destruição nestes níveis superiores dificulta seriamente a compreensão deste período da ocupação de *Balsa*, podendo-se dizer apenas que parece haver uma evolução de um espaço público (a rua) para um espaço ocupado por privados. Talvez a cidade tenha perdido a capacidade de manutenção destes espaços públicos, ou talvez o encolher da urbe neste período tardio tenha significativamente alterado a organização espacial e habitacional da cidade.

Tendo em conta a natureza em progresso desta escavação de 2019, os investigadores colocam a hipótese de a área da sondagem 1 e 6 ser parte de bairros habitacionais, tendo estes sido posteriormente reduzidos e privatizados nos séculos III-V d.C., sendo que para a sondagem 6 apenas os vestígios materiais, especificamente alguma *terra sigillata* tardia mostra uma possível ocupação neste período, notando-se que o revolvimento causado pelo *ripper* pode ter descaracterizado significativamente a natureza dos vestígios.

## 7. A organização urbana de *Balsa*

Há, na cidade de *Balsa* dois tipos de estruturas:

1-A estruturas que podem ser localizadas com precisão ou aproximadamente, como a Necrópole Norte, as estruturas da escavação de Manuel e Maria Maia e as estruturas reveladas na campanha de 2019.

2-E as estruturas cuja existência é conhecida através de espólio relacionado (epígrafes, restos arquitectónicos), mas cujo paradeiro exacto é desconhecido.

Tendo em conta estes factores, ir-se-á tentar localizar estas estruturas de localização incerta nas várias quintas que integram o território balsense. Tendo feito uma descrição destas estruturas e o seu historial de investigação num capítulo anterior, apresenta-se agora a hipótese de localização e depois organizar num mapa, criado para este propósito.

### Torre D'Aires

É na Torre D 'Aires que se conhece a grande maioria das estruturas de *Balsa*, sendo o monte onde se encontram as antigas estruturas principais da quinta, hoje abandonadas, o provável fórum da antiga cidade. Usando este monte como ponto central, vamos agora identificar as outras estruturas

A necrópole Norte encontrava-se sensivelmente a 300 metros da capela da quinta, e recentes prospecções confirmaram esta localização. Encontra-se actualmente destruída (GARCIA, 1989).

Os edifícios com estruturas termas escavados por Estácio da Veiga estavam a uns escassos 50 metros a Nordeste do monte da quinta e parte deles estaria sobre onde agora está a estrada que dá acesso ao monte da quinta. Esta estrutura foi destruída por actividade agrícola posterior.

A sensivelmente 250 metros a Este do monte da quinta encontram-se as duas estruturas descobertas na prospecção de 2017/2018 e escavadas na campanha de 2019: a estrutura semicircular muito destruída numa encosta suave, e as estruturas alto e baixo imperiais perto da linha de pinheiros que formam uma barreira entre a quinta e a ria.

A escassos metros a Este do monte da Quinta estão as cetárias escavadas por Manuel e Maria Maia e o muro de contexto habitacional, todas em grande proximidade uns dos outros e hoje parcialmente destruídas por actividade mecânica agrícola.

### Quinta das Antas

Tendo como base as epígrafes aqui descobertas, os investigadores colocam a hipótese de a localização do circo ser nesta área, não sendo possível perceber em qual das actuais propriedades se encontra. Não sendo viável precisar mais o local de descoberta das epígrafes, evita-se definir uma localização mais exacta.

A descoberta de fragmentos de mosaico e vários fustes de colunas e soleiras de portas poderá indicar estruturas habitacionais espalhadas por toda a área da quinta, mas anota-se que as prospecções que foram feitas recentemente abarcaram apenas duas das 4 propriedades que compõem hoje a antiga quinta das Antas.

### Sítio do Arroio

Sabe-se que o sítio do Arroio possui uma necrópole, mas desconhece-se a localização exacta onde Teixeira de Aragão realizou a sua escavação, que Maria Luísa dos Santos localiza junto à ribeira da Chareca e Catarina Viegas localiza um pouco mais para o interior, podendo esta necrópole definir o limite oriental da cidade.

### Outras

No Sítio do Pinheiro vestígios como o balsamário em bronze na forma de busto atestam uma necrópole, mas desconhece-se a localização exacta. Devido à distância da urbe deverá pertencer a uma *villa* suburbana.



Necrópole Norte

Edifício Termal

Estruturas reveladas na escavação de 2019

Cetárias escavadas por Manuel e Maria Maia em 1977

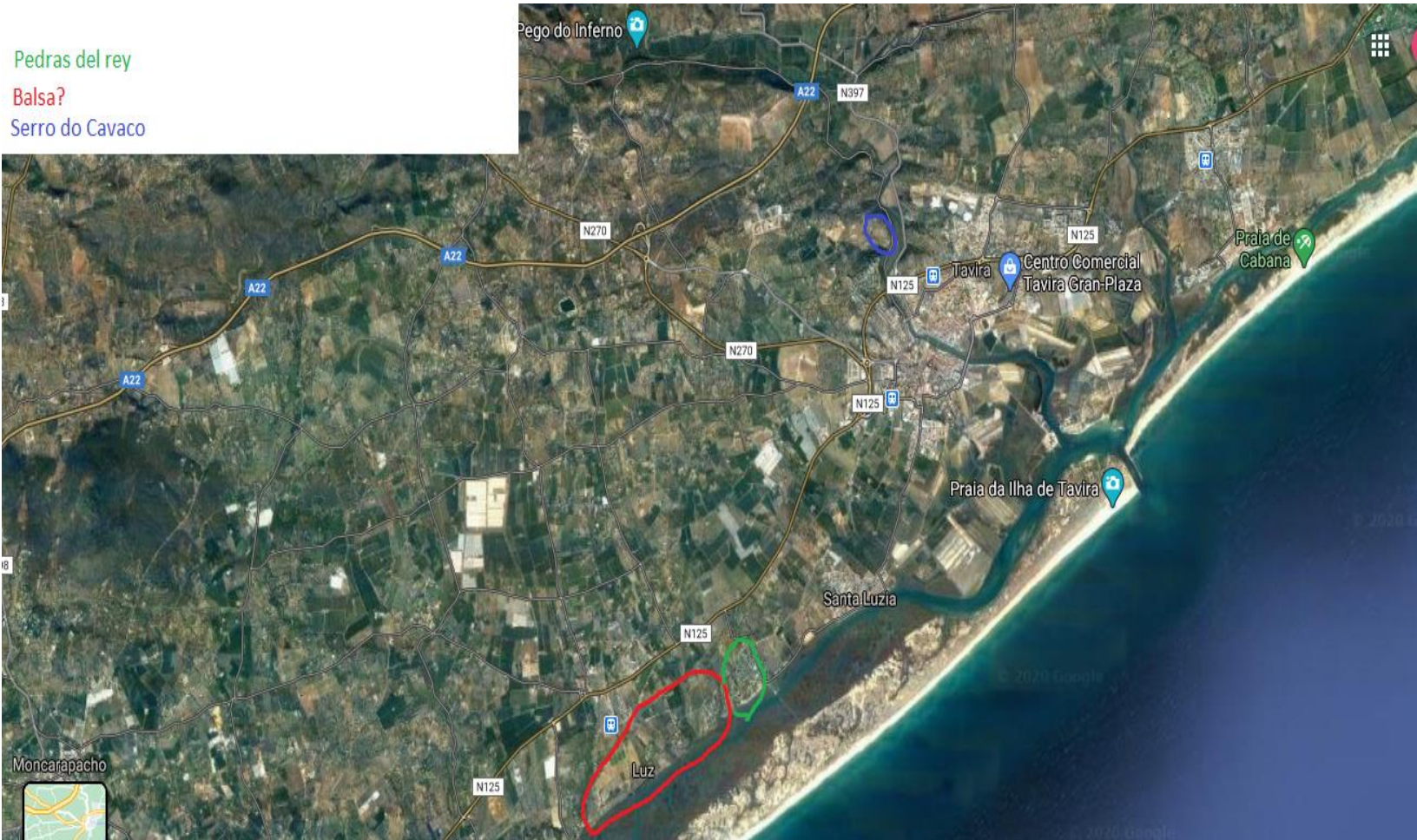
Possível localização do Porto

*Figura Nº 21. Mapa da região de Quinta de Torre D'Aires e Quinta das Antas, com as várias estruturas conhecidas marcadas com diferentes cores. (Criado pelo autor com base numa imagem do Google Maps).*



- Circo
- Necrópoles
- Forum?
- Cetárias
- Porto?
- Estrutura Habitacional?

Figura Nº 22. Mapa da região de Quinta de Torre D'Aires, Antas e Arroio, com as várias estruturas conhecidas marcadas com diferentes cores. (Criado pelo autor com base numa imagem do Google Maps).



*Figura Nº 23. Mapa da região de Balsa e Tavira. (Criado pelo autor com base numa imagem do Google Maps).*

## 8. Actividades Económicas

As actividades económicas que *Balsa* desenvolveria não seriam de todo diferentes de muitas que foram ancestralmente praticadas na região algarvia e tiveram continuidade, em alguns casos até aos dias de hoje, apesar da implantação da indústria turística no século XX. A agricultura, seja no nível de mera subsistência, seja para exportação e consumo geral, estaria obviamente presente, mas teria maior impacto a pesca, cujas estruturas das cetárias permitem ainda hoje ter uma ideia da larga escala desta actividade em período romano, sendo os vestígios frequentes por toda a região algarvia. A região possui abundantes vestígios desta indústria mesmo no contexto do império romano (MEDEIROS, 2014, p. 15).

Conhecem-se seguramente dois conjuntos de estruturas de salga de peixe no território balsense, os tanques de salga mencionados por Estácio da Veiga na quinta das Antas, ainda visíveis aquando da visita de Maria Luísa dos Santos ao local em 1960 e da qual ainda restam vestígios na margem da ria, e as cetárias parcialmente escavadas por Manuel e Maria Maia, a Oeste do monte com as estruturas principais da quinta de Torre D'Aires. Devido à escavação parcial destas cetárias e posterior destruição, é difícil perceber a dimensão total deste espaço industrial.

Estas cetárias da Quinta de Torre D'Aires seguem a tendência da maioria das outras cetárias conhecidas no Algarve, uma implantação nos séculos I-II d.C. e um abandono gradual do seu uso nos séculos IV-VI d.C.

Certamente relevante, mas menos visível no registo arqueológico estaria a produção de vinho e azeite, indústrias também constantes na região, mas para a qual provas directas são escassas no caso balsense para a sua produção local. Uma indústria que existiria também é a do sal, bem visível no actual território de Tavira, e que teria equivalentes em época romana.

*Balsa* abastece-se maioritariamente de produtos da Gália e Bética nos séculos I e II d.C. e África do Norte nos séculos III, IV, V e VI d.C., respectivamente. (NOLAN, 1994; VIEGAS, 2011). Ou seja, *Balsa* segue a tendência das outras cidades desta região da Península Ibérica, sendo que apenas *Baesuri* (actual Castro Marim) segue um percurso diferente, sendo abandonada logo no século II d.C. (VIEGAS, 2011).

Uma situação que se deve notar, mas que é difícil provar arqueologicamente, é a possibilidade da produção de cerâmicas localmente com pastas béticas, ou mesmo o uso de contentores anfóricos béticos vazios para transportar materiais da província lusitana, uma situação que pode ter sido derivada da pobreza da região algarvia no que toca às argilas necessárias para a produção cerâmica (BERNARDES, VIEGAS, 2017, p. 242). Se isto fosse o caso, seria necessário reconsiderar os dados relativos às importações, visto que assim muitas das importações seriam indicativas não só dos típicos produtos como o vinho e azeite, mas também do próprio recipiente.

*Balsa*, no decurso das escavações de Estácio da Veiga, revelou muitos produtos de luxo. Contudo, a grande quantidade de materiais que saíram de *Balsa* não querem necessariamente dizer que esta seria significativamente mais rica do que as outras urbes algarvias. Mostra que no caso de *Balsa* a presença de uma necrópole bem preservada permitiu recolher muitos materiais de grande qualidade, caso que não ocorre muito frequentemente (PEREIRA, 2014).

No geral, é possível dizer que *Balsa* era uma urbe capaz de importar elevadas quantidades de produtos de luxo, sendo que a própria cidade não possuiria capacidade para produzir tais materiais, ou, mesmo que possuísse, as elites optavam por importar de locais exteriores.

*Balsa* beneficiaria não só das relações com os ricos territórios da Bética e Gália, mas também com os territórios do Noroeste Peninsular e da Britânia, que terão dinamizado as trocas comerciais de toda a região Algarvia. Com a sua localização chave no Sotavento, teria sido um local de passagem para todas as trocas económicas marítimas que se dirigiam para o Norte da Lusitânia e vice-versa. Dito isto, a presença de produtos de produção da província da Lusitânia é pouco relevante até ao século III d.C., quando passa a compor uma grande percentagem das ânforas descobertas (VIEGAS, 2011).

O período de maior importação de *terra sigillata* e ânforas é o Flávio (69-96 d.C.), na qual é possível que a cidade tenha sido elevada para um estatuto municipal por esta dinastia (VIEGAS, 2011).

Estatuto municipal ou não, é patente que este período foi o expoente máximo da cidade, não havendo até agora nenhum outro período com tanta quantidade e qualidade nas importações dos mais variados produtos.

A partir do século III d.C. as produções africanas tomam um papel central nas importações de *Balsa* até ao seu abandono (NOLEN, 1994; VIEGAS, 2011). As conexões próximas entre estas duas regiões neste período estão bem atestadas também no caso de *Ossonoba*, sendo claro que a proximidade geográfica tomou um papel determinante na escolha desta região como escolha principal para as importações de ânforas e *terra sigillata*. Nota-se novamente a primazia que *Balsa* deu ao comércio marítimo, em oposição às rotas terrestres.

A falta de produções locais em *Balsa* até ao século III d.C. deve-se não só à primazia pelas oficinas Béticas, cuja posterior decadência permitiu a entrada de produtos lusitanos, mas também devido à má qualidade e escassez das argilas em grande parte do território algarvio, que resultava em cerâmicas rudes e frágeis, dificultando a criação de centros de larga escala de produção de cerâmicas (TRINDADE, 2007; BERNARDES, 2017).

As cetárias descobertas em *Balsa* teriam estado em uso até ao século VI d.C., altura do seu abandono, sendo que tiveram uso intenso nos séculos IV e V d.C. (VIEGAS, 2011). Uma prova de que a indústria dos preparados de peixe, pelo menos, ainda se encontrava bem activa neste período tardio. Refere-se também a imagem de um peixe numa das moedas cunhadas em *Balsa*, datada para o século I a.C. que poderá ser outro indicador de actividades piscícolas ao longo de toda a duração da cidade, um motivo que se repete em outras moedas de urbes romanas costeiras.

Estas urbes estariam ligadas por uma rede de estradas, cujas evidências são difíceis de detectar nos dias de hoje. Conhece-se apenas um marco miliário, que, pela localização da sua descoberta, serviria de delimitação do território de *Balsa* e *Ossonoba*, que se encontra hoje no museu de Moncarapacho, uma escassez que dificulta a compreensão das redes de estradas romanas no Algarve.

A estrada(s) que ligava *Balsa* às outras cidades já não é visível, mas confirma-se a existência através do itinerário de Antonino e uma carta itinerária do século XVIII que revela um velho caminho. Segundo Maria Luísa Santos, em Bias e nas fazendas da Trindade, os proprietários asseguravam ter encontrado restos de calçada de um antigo caminho na altura em que foram questionados (anos 60), mas caminhos velhos de períodos mais tardios são facilmente confundidos com estradas romanas, a sua maioria feita em simples terra batida. Não se sabe o estado actual destes restos de calçada.

A importação de preparados de peixe e vinho estão atestados por vários tipos de ânforas, sendo que a importação era maioritariamente da vizinha Bética, com uma representação muito minoritária de importações da região da Lusitânia, Itália e África. O azeite encontra-se também representado, mas em menores quantidades que em *Ossonoba*. Visto que existia certamente produção local destes produtos, estas importações atestam o poder económico da cidade nestas alturas de maior importação nos finais do século I d.C. e inícios do II d.C. (VIEGAS, 2011).

A epigrafia revela comerciantes importantes, atestados na epigrafia encontrada noutras cidades, que passaram por *Balsa* nos séculos I e II d.C., sendo que Encarnação considera *Balsa* como estando inserida na tribo Quirina, e vê, portanto, uma homenagem a Tito Rutílio Tusciliano, da tribo Galéria, como uma homenagem da cidade a um ossonobense. (ENCARNAÇÃO, 2003). Viegas indica ainda que:

*“A constante migração destas populações encontra um bom testemunho na inscrição funerária, datada já do séc. III, encontrada em Baleisão (Beja) (IRCP 294). Segundo J. d’Encarnação, Saturninus seria um indivíduo importante, originário de Nabeul (Tunísia), que depois de ter estado em Balsa se deslocou até Pax Iulia, tendo ficado conhecido através de uma ara em honra da sua filha (Encarnação, 2000, p. 1291 -1293). Como se verá adiante, as ligações da cidade com o Norte de África, concretamente de âmbito comercial, são muito frequentes desde os finais do séc. I/inícios do séc. II, intensificando-se nas centúrias seguintes.”* (VIEGAS, 2011).

As epígrafes com topónimos gregos descobertas revelam uma população constituída parcialmente por emigrantes de outras regiões, algumas bastante orientais (ENCARNAÇÃO, 2003).

Para além do comércio e movimento de populações, as epígrafes descobertas em *Balsa* revelam também outras informações importantes, das quais se destaca a que refere uma luta de barcas e pugilistas, a referente à remodelação do circo e as que referem os vários cargos políticos na urbe.

Apesar de ser expectável a existência de uma rede de várias *villae* em volta de *Balsa*, destacando-se a de Pedras del Rey, até agora nenhuma dispõe de estudos aprofundados o suficiente para dar uma ideia da natureza das estruturas nas imediações de *Balsa*. Contudo, é de esperar um conjunto mais ou menos numeroso de *villae*, casais e outras estruturas produtoras de alimentos e outros produtos disperso em volta da área da cidade.

## 9. *Balsa*, urbe dinâmica e cosmopolita

Tendo em conta toda a informação aqui revelada, é possível perceber, em primeiro lugar, que a dispersão de materiais de *Balsa*, apesar de não ser um caso único nos muitos sítios arqueológicos de Portugal, é algo paradigmático de escavações e explorações do século XIX. Acresce ainda que quando Estácio da Veiga explorou o local, Portugal não possuía ainda um único museu de arqueologia que pudesse adquirir estes materiais, sendo que a tentativa do tavirense para a criação de um museu no Algarve não foi bem-sucedida, tendo estado aberto menos de um ano (FILIPE, 2017).

Admitindo-se que a grande maioria de materiais de *Balsa* encontra-se actualmente depositado no Museu Nacional de Arqueologia, uma quantidade ainda assim significativa espalhou-se por múltiplos museus e colecções privadas, no interior e fora do Algarve:

Em colecções públicas, o Museu Municipal Santos Rocha na Figueira da Foz é o mais distante da antiga urbe, tendo chegado lá através das explorações de Santos Rocha e Mesquita de Figueiredo no século XIX, sendo que este museu possui também abundantes materiais de outros sítios arqueológicos do Algarve, como Quinta do Marim e Lagos. Admite-se que pode haver colecções privadas ainda mais distantes.

A Câmara Municipal de Tavira, à qual pertence *Balsa*, possui apenas os materiais da escavação de 2019 e materiais de prospecções realizadas no terreno. Apesar de ser uma quantidade generosa de espólio, superada apenas pelas colecções no MNA, é apenas uma pequena fracção do total. Alguém que queira analisar, de forma compreensiva, uma tipologia de materiais de *Balsa*, vê-se obrigado a realizar uma série de viagens por vários museus e colecções, ou pura e simplesmente a excluir certos materiais do seu estudo.

Tal dispersão dificulta a leitura de *Balsa* nos seus vários aspectos. Deve-se notar que em vários dos museus visitados durante a realização desta tese, havia múltiplos materiais de proveniência não identificada. Não será descabido sugerir que é bastante possível que muitos destes talvez pertencessem a *Balsa*. Mas devido à maneira como foram descobertos e depositados nos museus, parece que estão destinados a permanecer misteriosos, impedidos assim de revelar o seu verdadeiro valor.

*Balsa*, como uma cidade romana que foi totalmente abandonada como espaço de vivência, está teoricamente mais aberta a intervenções arqueológicas, mas como se nota, na prática também está muito mais exposta a actividades agrícolas e mecânicas, que ao longo dos anos contribuíram para a destruição do sítio, como foi bastante óbvio nas sondagens da campanha de 2019 (DIAS, BERNARDES, CANDEIAS, 2020).

Apesar de urbes como *Ossonoba* terem as suas próprias dificuldades devido ao contexto urbano, os materiais encontram-se em princípio protegidos pela malha urbana, algo que não ocorre de todo no caso de *Balsa*.

Para adicionar a estes problemas, uma elevada percentagem dos materiais espalhados pelas várias instituições não possui uma proveniência específica, estando na maioria dos casos apenas com um “*Balsa*”, ou um “Torre de Aires” sendo que muitas vezes é difícil perceber se esta indicação se justifica. Sendo Torre D’Aires o sítio mais associado à antiga urbe é possível que esta designação seja usada para qualquer material que se assume que vem dessa cidade, sendo que a próxima quinta das Antas, pela sua escassa quantidade de materiais em comparação com Aires, não é tão frequentemente associada à urbe.

Pode-se ainda adicionar materiais romanos da região de Tavira cuja proveniência se desconhece, como o busto feminino ou o capitel coríntio tardio. Serão mais materiais de *Balsa*? Ou achados das abundantes necrópoles e *villae* no concelho? Verdadeiramente, não existe razão para algo como o busto ser associado à cidade e o capitel não, nenhum dos dois possui provas seguras da sua proveniência.

É possível dizer com certeza que a maioria do espólio arqueológico conhecido de *Balsa* é proveniente de Torre D’Aires. Através desta pesquisa, apenas alguns materiais do Museu Municipal Santos Rocha e Câmara de Tavira foram adicionados à lista de pouco mais de 100 objectos que foram seguramente retirados da Quinta das Antas, um número bastante baixo quando comparado à lista de muitos milhares de objectos da Quinta de Torre D’Aires recolhidos nas escavações de Estácio da Veiga, do casal de Manuel e Maria Maia, das escavações de 2019 e nas múltiplas prospecções lá realizadas.

Esta discrepância entre Torre D’Aires e Antas deve-se à maior atenção que Estácio da Veiga deu à Necrópole de Torre D’Aires e ao facto que desde então não houve quaisquer escavações nessa

antiga propriedade, entretanto dividida em parcelas menores. Torre D'Aires, por sua vez, recebeu várias prospecções e mais duas escavações desde o tempo de Estácio.

Adicione-se também o facto de que alguns materiais terem sido entregues aos museus por privados que não tinham conhecimento exacto da localização da descoberta. Há ainda materiais em que não se sabe sequer de que tipo de exploração derivam, como alguns materiais do Museu Municipal de Faro que possuem apenas a indicação de *Balsa*, sem mais qualquer informação.

Carecem de estudo a maioria das cerâmicas comuns. Aquando da sua ida ao MNA em 2004 e posteriores estudos (VIEGAS, 2006, 2007, 2008, 2011) Catarina Viegas categorizou e inventariou as cerâmicas finas, ânforas e *terras sigillatas* da escavação de Estácio da Veiga e da escavação de Manuel e Maria Maia, mas falta ainda um estudo focado noutras tipologias cerâmicas. Carlos Pereira (PEREIRA, 2014) fez na área das cerâmicas comuns o estudo mais compreensivo, analisando todos os exemplares da Necrópole Norte, mas todo o resto (maioritariamente as cerâmicas comuns da escavação de 1977 e todas as tipologias não estudadas por Catarina Viegas) não possui ainda qualquer estudo aprofundado.

Em relação aos vidros, têm sido dos materiais mais estudados de *Balsa*, adicionando-se agora mais exemplares com este trabalho, das colecções de Olhão, de Moncarapacho e da escavação de 2019. É nesta tipologia que se vê alguns dos materiais mais ricos de todo o espólio balsense.

As escavações de 2019 vieram no geral concordar com os achados de escavações anteriores, com elevados números de *sigillata* tardia nos níveis superiores e mais antiga, nas cotas mais baixas. Um dos elementos a notar é o número mais elevado de *sigillata* tardia em comparação com os exemplares dos séculos I-II d.C. Isto pode dever-se aos contextos escavados, notando-se que as cotas inferiores da sondagem 1, de onde vieram os maiores números de *sigillata* dos séculos I-II d.C., não foram ainda totalmente escavados (BERNARDES, 2020). Será preciso um estudo mais aprofundado desta tipologia, para conseguir datas mais precisas para estas construções e sua ocupação.

Os metais carecem também de estudos, mesmo tendo em conta a pouca informação que algumas tipologias revelam. Pregos, escória e pedaços indistintos de bronze, ferro e chumbo abundam nos registos do MNA e do museu de Olhão, dificultando a leitura já cansativa desta tipologia. Estudados já estão os materiais mais valiosos, como os objectos de ouro e prata e os anéis e outros

adornos descobertos por Estácio da Veiga, tipologias raras que não apareceram em mais escavações desde então.

Olhando para as moedas, muitas estão já estudadas, como as apresentadas no Matriznet, mas há ainda uma grande quantidade, em pior estado de conservação, a precisar de análise. Dos milhares de moedas que Estácio da Veiga menciona que foram descobertas em Torre D'Aires não se sabe quantas foram parar ao MNA, sendo possível que várias tenham sido espalhadas por colecionadores e habitantes locais depois da sua descoberta.

Por outro lado, os materiais pétreos são relativamente escassos e encontram-se quase totalmente estudados, consistindo maioritariamente de aplicações em mármore e aras funerárias. O material de eleição é o calcário, de origem local e usado em fustes, silhares e no geral o material de construção mais frequente, e o mármore, cujo local de importação se desconhece, usado em revestimentos de edifícios e na pouca estatuária conhecida.

Os capiteis mencionados por Estácio da Veiga permanecem sem estudo, desconhecendo-se até a localização da sua maioria, à excepção de um, que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia, de ordem jónica (Figura 53 Anexo). O que aconteceu aos muitos outros que ele registou e chegou até a desenhar não se sabe. Apesar de se conhecerem vários fustes nas propriedades na área de *Balsa*, não se conhecem quaisquer capiteis.

Há depois pequenos objectos, como um golfinho em âmbar (o único objecto conhecido de *Balsa* feito neste material) e uma base quadrilonga com um leão deitado num dos ângulos (ARAGÃO, 1868, p. 17). O resto consiste em algumas dezenas de fustes de coluna dispersos pela região. Sobre as aplicações de mármore, foram presença constante em todas as escavações feitas e algumas prospecções, revelando a rica decoração que estaria presente em muitos dos edifícios de *Balsa*.

A fauna mamalógica e malacológica carece de estudo, tendo sido recolhidos vestígios deste tipo na escavação de Manuel e Maria Maia, na prospecção de Cristina Garcia em 1989 (neste caso, apenas um osso de grande porte) e na escavação de 2019. Contudo é possível dizer que conchas e outros tipos de vestígios malacológicos são muito comuns em certos níveis dos locais arqueológicos, tendo sido identificadas “linhas” de vestígios, talvez associadas a eventos destructivos, como tsunamis ou grandes marés.

Apesar de haver respostas para certas dúvidas, veio-se expor ainda mais a falta de escavações, urgentemente necessárias para revelar mais sobre a urbe. Apesar de ser verdade que muitos materiais carecem ainda de estudo ou mesmo identificação da sua proveniência, só estes não conseguem dar uma fotografia clara desta complexa cidade algarvia. É necessário uma intervenção contínua de *Balsa* para esta revelar a sua história.

Assim sendo, e tendo em conta os ressaltos encontrados na realização deste trabalho, o que se pode concluir divide-se em três pontos chave:

1-Apesar da elevada dispersão de materiais, o MNA e a Câmara Municipal de Tavira contêm de longe a grande maioria dos materiais de *Balsa*, sendo que o restante material espalhado por outros museus se resume às dezenas de objectos, a maioria derivada da escavação de Estácio da Veiga do século XIX e de achados de privados ao longo dos anos. Admite-se que as colecções privadas de privados perto de *Balsa* poderão ter quantidades significativas de materiais.

2-As dimensões de *Balsa* foram novamente redefinidas, percebendo-se que é uma urbe de dimensões modestas, e não a grande extensão que alguns investigadores defenderam antes (SILVA, 2007).

3-No geral os materiais dos vários museus não mudam significativamente em tipologia dos grandes grupos de materiais até agora estudados.

As conclusões da tese de Catarina Viegas e de Carlos Pereira mantêm-se. Uma cidade com poucos vestígios no século I a.C. e princípios do século I d.C., um período áureo no final do mesmo século, talvez correspondendo a uma subida de estado jurídico da cidade sob os Flávios, seguida de um declínio gradual nos séculos III e IV d.C., terminando com uma queda abrupta no século V que terminaria a vida da cidade no século VI ou talvez ainda o VII d.C. podendo existir após este período como uma diminuta aldeia ou quinta(s).

Datas relativamente claras que infelizmente pouco têm de informação no seu interior, servindo mais como uma linha guia para estudos posteriores do que uma conclusão definitiva e abrangente.

Sobre a esfera política da cidade sabe-se pouco, sabendo-se que a população estava inserida na tribo Quirina, sendo que as epígrafes confirmam a presença de um sexvirato, um duunvirato e um *dispensator* entre os muitos cargos políticos que existiriam na cidade.

No geral, apesar de não se conhecer bem nenhum edifício privado abastado, (a estrutura semicircular da sondagem 6, que talvez pudesse corresponder a uma estrutura deste tipo, estava demasiado destruída para ser seguramente associada a este tipo de habitação) os vestígios presentes na necrópole Norte, na qual se incluem os adornos de ouro e prata, e, num campo mais geral, as importações de luxo nos finais de século I d.C. e princípios do segundo apontam para uma cidade com uma população abastada, e as epígrafes mostram a presença activa das elites na renovação de estruturas ainda no século III d.C., mostrando uma presença destas na urbe durante pelo menos 3 séculos.

A migração de populações para *Balsa* está confirmada pela presença de epígrafes com topónimos gregos, que poderão indicar uma população significativa de libertos. A relação entre a próxima *Ossonoba* está confirmada por (DIAS, 1988/89, pp. 241-262), tendo como base uma epígrafe na qual a gens Licinia, aparece tanto na epígrafe sobre o circo de *Balsa* como na dedicação dos Libertos a *Ossonoba*.

Apenas um gosto das muitas migrações de pessoas que certamente ocorreram com frequência nesta urbe, cuja posição costeira seria aliciante para a passagem de mercantes e outros indivíduos itinerários.

A importação de vinho e produtos relacionados é “*uma originalidade de Balsa*” (VIEGAS, 2011), sendo que haveria certamente produção local destes produtos, a sua importação revela uma clientela abastada com gostos requintados.

O que se pode dizer sobre os habitantes de *Balsa*? Começemos pelos dados mais seguros: *Balsa* possuía uma elite político/administrativa que se encontra activa desde o século I d.C. até pelo menos o século III d.C., quando se vê a epígrafe mais tardia que ainda atesta a sua presença na cidade, através da renovação do circo. Após este período o definhamento da cidade, indicado pelas suas cada vez menores importações, pode ter causado a deslocação deste grupo mais rico para *villae* monumentais, ou ainda ter migrado para *Ossonoba*, que conseguiu manter relevância nestes séculos de decadência económica para a província da Lusitânia. Independentemente do que as classes mais abastadas fizeram, *Balsa* era claramente uma cidade mais pobre e diminuta no que toca a importações depois de meados do século III d.C.

Apesar do busto de uma mulher no museu de Évora não ser seguramente de *Balsa*, revela na mesma uma cliente abastada, capaz de comprar um busto de elevada qualidade artística, num período que seria o mais áureo da cidade (séculos I-II d.C.) Como este existiriam certamente mais bustos, na qual se incluíam não só retratos de privados, mas também bustos de imperadores e divindades.

As estatuetas encontradas, apesar de fragmentadas e escassas, atestam também a presença de uma população que procura objectos que revelem a sua apreciação pela cultura greco romana, como comprova uma estatueta fragmentada de Vénus, que segue uma tipologia para a qual se conhecem centenas de exemplares.

A presença de capiteis das ordens jónicas e coríntias revelam artesãos conhecedores dos modelos arquitectónicos romanos, apesar de faltar ainda a presença de um edifício tipicamente romano que revele ainda mais a presença da arquitectura tipicamente clássica.

Existiam também contactos com províncias mais distantes, como comprovam as importações regulares da Bética e Gália, e mais tarde do Norte de África e as importações menos frequentes, mas não menos relevantes das regiões mais Orientais, como a actual Turquia e Egipto (VIEGAS, 2011; PEREIRA, 2014, p. 125).

Os anéis e pulseiras mais ricos, com materiais preciosos como o ouro e prata, atestam novamente uma elite abastada, se bem que neste caso perceber quando viveram estes habitantes mais abastados revela-se difícil, pela dificuldade de datação destes materiais. Isto dito, não será descabido assumir que a maioria será dos séculos I-II d.C. o período mais rico da cidade.

Permanecem por escavar as habitações da população balsense. A escavação de 1977 revelou um contexto habitacional, mas a quadricula escavada não conseguiu clarificar a estrutura, e a escavação de 2019 ainda não escavou na sua totalidade nenhum edifício. Sabe-se certamente que haveria bairros a Este do monte da quinta de Torre D'Aires, mas caracterizar a sua extensão e características precisaria de mais escavações.

O cosmopolitismo de *Balsa* está também patente nas diversas manifestações de diferentes religiões:

O culto imperial está atestado apenas, indirectamente, por uma epigrafe dedicada a Fortuna “*onde se regista o epíteto Augusta, em que Ânio Primitivo celebrou o sexvirato, um testemunho do culto imperial(...), constituindo uma prova inequívoca da vitalidade do culto imperial na Balsa da segunda metade do séc. II/séc. III (Étienne, 1990b, p. 225)*” (VIEGAS, 2011).

É de esperar que as maiores evidências deste culto estejam no fórum, onde provavelmente também se encontrará um templo dedicado aos imperadores e a outras divindades.

Contudo, várias lucernas possuem cenas de divindades que atestam um culto activo para as divindades romanas. Duas estatuetas de divindades que serviriam como objectos de culto também se conhecem. Os rituais de sepulcro seguem igualmente os padrões clássicos, com a presença de unguentários, lacrimários e a deposição de pregos (PEREIRA, 2014, pp. 76-77).

Segundo Ruivo (RUIVO, 2002, pp. 255-258), a presença de espigas, cavalos e golfinhos podem ser uma evidência de um culto a *Tanit*, divindade africana equivalente da fenícia *Astarté*. Note-se novamente o golfinho em âmbar descoberto na necrópole do Arroio que se pode inserir nestes objectos. Acha-se, contudo, arrojado atribuir um culto com base em evidências tão indirectas, e que têm paralelos em muitas mais cidades romanas.

A posição de *Balsa* significa que receberia pessoas com várias crenças variadas, mas entre a passagem de pessoas e uma cidade com um culto bem estabelecido destas divindades existe ainda uma falta de evidências.

Os vestígios da presença da Cristandade em *Balsa* são poucos. Para começar, nenhum edifício religioso é conhecido (nem das divindades romanas se conhecem os templos que certamente existiram) e mesmo vestígios materiais são poucos e tardios. Quase todo o espólio definitivamente cristão é datado para o século V d.C. e resume-se em poucas lucernas com motivos cristãos e alguma escassa *terra sigillata* paleocristã (NOLEN, 1994; VIEGAS, 2011, p. 339).

Uma ara com nomes de origem grega poderá ter evidências duns princípios de uma cristianização no século III d.C. (MACIEL, 2003, pp. 105-125), mas salienta-se que esta não se encontra na cidade de *Balsa*, mas nas suas imediações, devendo pertencer a uma *villa* suburbana.

A partir de finais do século III e princípios do IV d.C., *Ossonoba* possuía já um bispo, *Vincentius*. Poderia *Balsa* já nesta altura estar sobre a administração religiosa desta cidade vizinha? (MACIEL, 2003, pp.105-125). Tendo em conta o declínio de *Balsa* neste período, uma transição das elites e

poderes políticos e religiosos para a urbe mais importante é certamente uma hipótese a ter em conta.

Esta escassez de vestígios claramente cristãos leva a ponderar de que forma a nova religião oriental se fez sentir na urbe. Assumindo que a cidade tenha sentido a presença desta nova religião apenas numa fase tardia, a proximidade de *Ossonoba*, que possuía bispo já no século IV d.C., indica que mesmo que a maioria da população não fosse cristã, estariam certamente sobre a influência do bispado da dita urbe vizinha, na qual estariam inseridos (MACIEL, 2003, pp. 105-125).

Independentemente da pouca quantidade de vestígios por agora conhecidos, a verdade é que a falta de espólio cristão não prova nada de conclusivo. O aumento da presença de população desta religião coincide com o declínio económico da cidade e a doutrina cristã da humildade e pobreza, que pode ocultar a presença destes vestígios em contextos sepulcrais, nos quais é mais provável encontrar este espólio claramente religioso. Como tal não é possível tirar grandes conclusões sobre as orientações religiosas dos habitantes de *Balsa* sem se possuir mais indicadores claros, como uma igreja/basílica ou mais objectos obviamente cristãos, como epígrafes ou lucernas com símbolos típicos, como cruces.

Existem também poucas evidências da presença de outras religiões orientais. Considerando a cidade de *Balsa* como uma cidade portuária que receberia influências de vários locais distantes, é de esperar que estes poucos vestígios sejam apenas uma parcela de muitos que se encontram ainda por descobrir com escavações, mas é impossível tirar muitas conclusões com o que se possui agora, sendo que isto dito, há clara confirmação de que havia algum comércio com províncias orientais, caso comum a este tipo de urbes costeiras, (NOLEN, 1994) como atestam certas *terra sigillatae* e ânforas (VIEGAS, 2011, pp. 338), havendo mesmo algumas tipologias bastante raras representadas, mesmo que em quantidades muito diminutas (VIEGAS, 2011, p. 338; PEREIRA, 2014 p. 95).

## 10. Conclusão

Tal como as suas vizinhas *Ossonoba* e *Baesuri*, a cidade de *Balsa* encontra-se quase totalmente dependente da arqueologia para reconstituir a sua história. As fontes históricas quase nada dizem, sendo praticamente todas as conclusões derivadas das pesquisas e estudo de materiais encontrados em escavações arqueológicas. É novamente salientada a gritante necessidade de mais intervenções arqueológicas, sem as quais se arrisca estagnar o conhecimento que se possui desta importante cidade.

O que a cidade de *Balsa* foi é por um lado fácil de dizer, mas por outro ainda um mistério completo. Uma importante urbe da região do Algarve, tragicamente desprovida de escavações, possuindo uma grande quantidade de espólio de elevada qualidade artística, está igualmente desprovida ainda de escavações que revelem os vários edifícios ricos ou de grande porte que nela existiram certamente.

Aparentes contradições, criadas pela forma como esta cidade foi investigada durante o século XIX e XX, e que ainda hoje, apesar de começar a haver novamente escavações, condiciona o nosso conhecimento da urbe.

Mas estas dificuldades não devem ser um entrave no nosso conhecimento e investigação, mas sim um incentivo para tentar perceber mais sobre esta urbe e o mundo romano.

A análise desta urbe passa certamente pela continuação da análise de materiais, sejam eles os já conhecidos das escavações de Estácio da Veiga e Manuel e Maria Maia, seja os materiais revelados neste trabalho e os da campanha de 2019, que apesar de apenas catalogados e em alguns casos levemente estudados dão novos contributos para o nosso entender do espólio da cidade.

Passa também pela realização de mais escavações e prospecções, cuja escassez tem sido um dos grandes entraves ao conhecimento da urbe. A campanha de 2019 foi um passo na direcção certa, sendo necessário continuar a haver intervenções deste tipo, para desvendar mais espólio e confirmar ou negar os dados das prospecções.

A grande dispersão do material de *Balsa* é algo que tem de ser aceite, visto que museus e colecções privadas não têm todos intenção de enviar o seu espólio para Tavira, especialmente quando a

origem deste espólio nem sempre é certa, mas com a deposição do material da campanha de 2019 nas coleções da Câmara Municipal de Tavira, e os vários materiais espalhados pelo país aqui expostos, espera-se que esta dificuldade seja, pelo menos, aliviada ao longo dos anos seguintes.

*Balsa* possui um início incipiente no século I a.C., talvez evidência de uma urbe acabada de nascer, ainda em formação, um período áureo nos finais do século I e inícios do século II d.C., revelado pelas importações de *terra sigillata* e ânforas e pelos materiais de luxo, seguido de um declínio contraditório no século III d.C. atestado pelo declínio das importações, mas contradito pelas epigrafes referentes ao circo. Um período de grande actividade industrial, atestado pelas cetárias e um declínio acentuado no século V, terminando num abandono no século VI ou inícios do VII d.C. Existe, contudo, uma ocupação em período medieval cuja natureza precisa se desconhece e pode ser ou uma continuação da ocupação da urbe ou uma reocupação pontual no século XII.

Mas estas datas dão apenas indícios do que foi *Balsa*, meros marcadores de um livro quase em branco.

O impacto que fenómenos tectónicos podem ter tido em *Balsa* não devem ser subestimados. A região Algarvia, famosamente fustigada pelo devastador terramoto de 1755, é uma área assolada há milénios por terremotos, consequência dum epicentro no oceano Atlântico, havendo vários conhecidos em período medieval, como o que assolou Lisboa em 1356 e outro em 1321, e que poderá ter sido sentido também na região algarvia. O período de ocupação romana não seria diferente, havendo quem aponte pelo menos 3, dois em 63 a.C. e 60 a.C. e outro em 382 d.C. Um terramoto seria devastador para *Balsa*, não só pelo movimento de terras em si, mas também pelos tsunamis que certamente o seguiriam. *Balsa*, como cidade costeira com poucas defesas naturais contra o mar, seria fortemente fustigada por estes eventos naturais, podendo ter sido um dos factores determinantes no declínio e abandono da cidade. Como já tinha notado Catarina Viegas (VIEGAS, 2011):

*“Fenómenos naturais, como o abalo sísmico que afectou Baelo Claudia no séc. III (Sillières, 1995, p. 59), poderá ter tido consequências em outras áreas do Sul da Hispânia, embora se deva referir que não existem, até ao momento, evidências arqueológicas do referido terramoto, assim como do consequente tsunami que teria provocado”.*

É possível que os tsunamis e correntes que fustigaram a área não só levaram muitos materiais para a ria, como também podem ter danificado e/ou destruído vários edifícios e estruturas. As escavações de 2019 revelaram várias “linhas” na estratigrafia com elevada presença de conchas e vida marinha que poderão ser evidência de grandes marés ou tsunamis. (BERNARDES, DIAS, CANDEIAS, 2020).

Na escavação de Manuel e Maria Maia em 1977 foram recolhidas muitas conchas e outra fauna malacológica, que devem ter saído destas mesmas “linhas” (VIEGAS, 2011).

Vasco Mantas coloca a hipótese de a implantação de *Balsa* se dever a um destes fenómenos naturais:

*“Todavia, considerando a data possível do acontecimento, a situar pouco antes de meados do século I a.C., julgamos credível relacioná-lo com algum fenómeno natural, como o grande terramoto verificado entre 63 e 60 a.C., tendo em conta os desastrosos efeitos do sismo de 1755 no Algarve. É provável que se tenham verificado alterações susceptíveis de tornar inevitável a mudança para um local mais acessível, sem esquecer que nos inícios do século XVII, de acordo com a imagem do atlas elaborado por Pedro Teixeira Albernaz, o mar chegava ainda junto a Tavira”* (MANTAS, 2008, pp. 87-118).

Revelaram-se novas estruturas, como os edifícios alto e baixo imperiais na zona Este e a estrutura semicircular, também esta provavelmente do alto império, e não se confirmou as propostas de localizações de outras, como o porto, cujo local que tinha sido anteriormente pensado que o possuía a não revelar quaisquer estruturas.

Revela-se um declínio multifacetado, sendo que apesar das importações de facto diminuírem, assiste-se a um ressurgimento económico em partes, como na indústria da pesca, atestado pelas cetárias escavadas por Manuel e Maria Maia, que revelaram através da análise de Catarina Viegas um período de grande actividade nos séculos IV e V d.C. e certos vestígios tardios mostram uma cidade ainda relevante económica e socialmente.

Não é com este trabalho que se atinge um conhecimento completo da urbe que foi *Balsa*, nem aqui se deu resposta a todas as muitas questões que esta cidade costeira levanta, mas foi sim

possível, através da recolha e compilação dos vários objectos e estudos feitos sobre *Balsa* no âmbito deste trabalho, ter uma melhor ideia do que foi esta importante urbe.

## 11. Bibliografia

ALARCÃO, J. (1968) – Vidros Romanos de museus do Alentejo e Algarve. Conímbriga. Coimbra. 7, pp. 1-33

ALARCÃO, J. (1970) – Vidros romanos de Balsa. O Arqueólogo Português. Lisboa. S. 3. 4, pp. 237-273

ALARCÃO, J. (1994) – A cidade de Balsa. In NOLEN, J. U. S. (1994) – Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus, pp. 1-4

ALMEIDA, R. R.; Viegas, C.; Beja, N.; Teixeira, N. (2014) - As Ânforas do Mediterrâneo Oriental em Faro (Ossonoba). Novos dados para equacionar o comércio durante a Antiguidade Tardia. In R. Morais, A. Fernandez e M. J. Sousa, eds. - As produções cerâmicas de imitação na Hispânia. Actas do II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana (Braga, 2013). Tomo II, p. 151-160

ALMEIDA, R.R. de (2016) — Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museo Nacional de Arte Romano de Mérida)

ARAGÃO, A. C. T. de, (1868) — *Relatório sobre o Cemitério Romano Descoberto próximo da cidade de Tavira em Maio de 1868*. Lisboa: Imprensa Nacional

ARAGÃO, A. C. T. (1896) – Antiguidades de Balsa. O Arqueólogo Português. Lisboa. S. 1. 2, pp. 55 -57

ARÉVALO GONZÁLEZ, A.; MORENA PULIDO, E. (2017) — La moneda y el trasiego portuario. Una mirada desde la costa atlántica del sur de Hispania

ARRUDA, M. A. (2005) — Fenícios e Púnicos, por terra e mar, Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos. Lisboa: UNIARQ. pp. 514-516

BARROS, B. G. M. da N. de, (2015) — Frei Manuel do Cenáculo e os Primórdios da museologia em Portugal: a oração do Museu de 1791 e o álbum Lápide do Museu Sesinando Cenaculano Pacence

BERNARDES J. P. (2008) – AB Oppido ad urbem: Algarve's urban landscape variations throughout the roman age *in* Changing landscapes, the impact of Roman towns in the Western Mediterranean

BERNARDES, J. P. (2009) - As Transformações no Fim do Mundo Rural Romano no Sudoeste Peninsular: evidências e problemas arqueológicos (sécs. V-VII). *Anales de Arqueologia Cordobense*, XX, Córdoba, pp. 323-348

BERNARDES, J. P; SUTILO, L. F; CARRASCO, J. M. C; PEREIRA, C. (2014) — El mundo funerario del extremo suroccidental de Hispania a través de dos ciudades: Ossonoba versus Onoba

BERNARDES, J. P.; VIEGAS, C. (2017) — A produção oleira romana no Algarve *in* Olaria Romana: seminário internacional e ateliê de Arqueologia experimental. Lisboa

BERNARDES, J. P. (2017) - Lo sistema portuário de Ossonoba. *In* J. Campos Carrasco e J. Bermejo (coords), Áreas portuárias de las ciudades: arquitectura y relaciones comerciales béticas y lusitana. Pp. 383-402

BERNARDES, J, P; DIAS, V.; CANDEIAS C. (2020) – Estação Arqueológica Romana da Luz - Balsa (C.N.S.: 60) Relatório de Arqueologia. Fevereiro de 2020

BERNARDES, J, P; DIAS, V.; CANDEIAS C. (2020) — balsa em busca das origens do Algarve (saict-alg/39581/2018) Estação Arqueológica Romana da Luz - Balsa (C.N.S.: 60) Relatório de Arqueologia Fevereiro de 2020

CARDOSO L. (1762) — Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas / que escreve, e offerece ao muito alto... Rey D. João V nosso senhor o P. Luiz Cardoso, da Congregaçaõ do Oratorio de Lisboa.... - Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751. - 2 t. em 2 vol.; 2º (30 cm)

CANDEIAS, C. (2015) - Prospeção arqueológica de superfície intra-sítio, o Cerro do Cavaco e a II Idade do Ferro em Tavira. Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (Aroche-Serpa, 29, 30 de noviembre y 1 de diciembre, 2013). Huelva: Ayuntamiento de Aroche, pp. 711-738

CANDEIAS, C. (2016) - Auscultando as Fronteiras da Turdetânia: Repertórios Cerâmicos da II Idade do Ferro Provenientes do Sítio do BNU em Tavira, Algarve, Portugal. Cadernos do Museu da Lucerna, 2. Atas da Mesa Redonda A Turdetânia e os Turdetanos, Castro Verde, 21, 22 e 23 de Novembro, 2014

CARDOSO, J. L. (2007) – Estácio da Veiga e a Arqueologia: um percurso científico no Portugal oitocentista. In Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras, 14, pp. 293-352

CATARINO, H. (2002) — Castelos e território omíada na kura de Ossonoba. In FERNANDES, I. C. F., ed. – Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500 -1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, (2001), pp. 29-44

CAVACO, S. (2017) – Relatório informativo sobre a cidade romana de Balsa. Câmara de Tavira

CESÁRIO, A. V. (2005) —Moedas de Balsa. Associação Campo arqueológico de Tavira

DIAS, M. M. A. (1988 -1989) – A propósito de duas inscrições romanas da Quinta de Torre d'Ares (Luz, Tavira). In O Arqueólogo Português. Lisboa. S. 4, 6/7, pp. 241- 262

DIAS, V.; BERNARDES, J.; MANTAS, V.; FREIRE, J.; DORES, T. (2017) — A cidade romana de Balsa: novos dados e algumas problemáticas da prospeção geofísica em meios muito humanizados A cidade romana de Balsa: novos dados e algumas problemáticas da prospeção geofísica em meios muito humanizados. In Atas do IV Fórum Luso Brasileiro de Arqueologia Urbana. Universidade do Algarve. CEAACP. pp. 178-195

DIAS, V.; BERNARDES, J.; CANDEIAS, C.; GARCIA, T. (2020) — Balsa, topografia e urbanismo de uma cidade portuária. In III congresso de arqueologia da associação dos arqueólogos portugueses Auditório do Museu Arqueológico do Carmo Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Novembro 2020

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – Incrições romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização. Coimbra
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2003) – Sobre epigrafia romana do Algarve. Xelb. Silves. 4, Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve. pp. 151-160
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2003b) – Quão importantes eram as gentes. In Tavira: Território e Poder. pp. 95-104
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2016) — Epigrafia Romana no Algarve in Apontamentos para a história das Culturas de escrita: Da idade do ferro à era digital
- FABIÃO, C. (1994) – As Ânforas. In NOLEN, J.U.S. – Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus, pp. 17-36
- FABIÃO, C. (2003) —O Serro do Cavaco (Tavira. In Tavira Território e poder (Catálogo de exposição). Lisboa: pp. 77-81
- FABIÃO, C. (2004) — Centros oleiros da Lusitania: Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação Congresso Figlinae Baeticae (Cádiz, 2003) In: BERNAL, D.; LAGÓSTENA, L. (eds.) Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.). Volume: 1
- FABIÃO, C. (2009) — Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na Lusitânia 17, Oeiras, Câmara Municipal. pp. 555-594
- FABIÃO, C. (2009b) — O ocidente da Península Ibérica no século VI: Sobre o *Pentanummium* de Justiniano I encontrado na unidade de preparados de peixe da casa do governador da Torre de Belém. Lisboa. In Apontamentos de arqueologia e património
- FERNANDES, Luís da Silva (2002) – As virtudes. Seu culto e representação no âmbito da província da Lusitânia. In. José Cardim Ribeiro (Coord.) *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 165-174

- FERNANDES, L.; GONÇALVES, M. (2009) – Plástica decorativa do Sul da Lusitânia: A propósito dos capitéis romanos da região algarvia. Xelb. Silves. pp. 168-171. (Actas do 7º encontro de arqueologia no Algarve)
- FILIPE, A. M. V. (2017) – (Re)Descobrir o Museu Archeologico do Algarve de Estácio da Veiga. UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE BELAS-ARTES
- GARCIA, C. T. (1989) – Estação arqueológica da Luz (Tavira) Relatório de prospecção de campo e proposta de classificação. Parque Natural da Ria Formosa.
- GOMES, J. (2010) – Os materiais médico-cirúrgicos de época romana do Museu Nacional de Arqueologia. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à faculdade de letras da Universidade de Lisboa
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (1983) — Novas Moedas Hispânicas de Balsa e Ossonoba. Versão *fac-simile* Do artigo da revista *Nummus*, 2ª Série, vol. IV, V e VI, Porto. Sociedade Portuguesa de Numismática, 1981-1983. pp. 155-182
- GUERRA, A. (1998) – Nomes pré -romanos de povos e lugares do ocidente peninsular. Dissertação de doutoramento apresentada em História Clássica à Universidade de Lisboa, 2 vols. Policopiado.
- HÜBNER, E. (1871) – Notícias archeológicas de Portugal. Lisboa: Typographia da Academia.
- LIMÃO, F. M. L. C. M. (2010) — Capitéis da Antiguidade Tardia em Portugal (Séc. III/IV-VIII). Universidade Nova de Lisboa
- LOPES, V. A. M. (2013) — Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV-VIII). Universidad de Huelva
- MACIEL, M. (2003) — O território de Balsa na Antiguidade Tardia. In Tavira: Território e Poder. pp. 105-125
- MAIA, M. G. P. e MAIA, M. (1978) – Relatório da Campanha de escavações realizada em Torre de Ares (Tavira) entre 24 de Outubro e 25 de Novembro de 1977
- MAIA, M. e SILVA, L. F. (2004) - O culto a BAAL em Tavira. Huelva Arqueológica, 20. pp. 173-194

- MANTAS, V. G. (1986) – Arqueologia urbana e fotografia aérea: contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro. In *Trabalhos de Arqueologia*, 3 (Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana - Setúbal 1985). Lisboa. pp. 13-26
- MANTAS, V. G. (2003) – A cidade de Balsa. In MAIA, M. G. P. et al., coords. – *Tavira. Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira. pp. 85-94
- MANTAS, V. G. (2016) – Navegação e Portos no Algarve Romano. In revista do arquivo municipal de Loulé nº 16
- MANTAS, V. G. (2017) – Navegação, centros urbanos e espaços portuários na Lusitânia Lusitania Romana: del pasado al presente de la investigación. In *ACTAS IX MESA REDONDA INTERNACIONAL DE LUSITANIA* (Museo Arqueológico Nacional, 29-30 septiembre 2016) Mérida
- MEDEIROS, E. I. (2014) – Transformação e conservas de peixe. O quadro produtivo das cetariae do Algarve Romano. p. 15
- NOLEN, J. U. S. (1994) – Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus
- NOLEN, J. U. S. (1997) – Balsa, uma cidade romana no litoral algarvio. In BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. - *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. pp. 327-341
- PEREA YÉBENES, S. (1995) – Epígrafe griego de Tavira (CIL II 5171; IG XIV 2542)? Una família paleocristiana? *Conimbriga*. Coimbra. 34. pp. 169-183
- PEREIRA, C. (2014) – *As Necrópoles Romanas do Algarve*, Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa
- PIMENTA, J. (2006) — A importação de ânforas de preparados piscícolas em Olisipo (séculos II–I a.C.). *Actas del Congreso Internacional CETARIAE: Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Oxford. pp. 221-233

- PINTO e MORAIS. (2007) — Complemento de comércio de ânforas: cerâmica comum bética no território português. in *actas del congreso internacional CETARIAE Salsa e salsazones de pescado en Occidente durante la antiguidade*
- RESENDE, André de. (1593) — *De Antiquitatibus Lusitaniae*. Évora
- RUIVO, J. (2002) – Moeda e religião na Lusitânia. In. José Cardim Ribeiro (Coord.) *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 255-258
- SANTOS, M. L. E. da V. A. dos. (1971) – Arqueologia Romana do Algarve. Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1. Lisboa
- SILVA, L. F. (2006) – A evolução da cidade de Balsa, disponível em [www.balsa-romana.com](http://www.balsa-romana.com)
- SILVA, L. F. (2007) – Balsa, cidade perdida, Tavira: Campo arqueológico de Tavira/Câmara Municipal de Tavira
- TRINDADE, M. J. F. (2007) – *Geoquímica e Mineralogia de Argilas da Bacia Algarvia: transformações térmicas*. Aveiro: Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro. Tese de doutoramento
- VASCONCELOS, J. L. de (1905) – Religiões da Lusitânia. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional, edição de 1981, fac-similada, Coll. temas portuguesas. Maia: Imprensa Nacional Casa da Moeda
- VASCONCELOS, J. L. de (1913) – Religiões da Lusitânia. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional, edição de 1981, fac-similada, Coll. temas portuguesas. Maia: Imprensa Nacional Casa da Moeda
- VEIGA, E. (1866) – Povos balsenses Sua Situação Geográfica e Física, Indicada por dois Monumentos Romanos Descobertos em Tavira. Livraria Catholica. Lisboa
- VEIGA, S. P. M. E. da (1904) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. O Arqueólogo Português, vol. IX. Lisboa, pp. 200-210
- VEIGA, S. P. M. E. da (1905) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. O Arqueólogo Português, vol. X. Lisboa, pp. 107-118
- VEIGA, S. P. M. E. da (1910) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. O Arqueólogo Português, vol. XV. Lisboa, pp. 209-233

- VEIGA, M. (1971) — Arqueologia Romana do Algarve. Associação de Arqueólogos Portugueses. pp. 219-307
- VIANA, A. (1952b) – Balsa y la Necropolis romana de As Pedras d’El -rei. In Archivo Español de Archeologia, 25. Inst. Arq. e Pré-História “Rodrigo Carro”. Madrid. pp. 261-285
- VIANA, A. (1952) — Ossónoba. O problema da sua localização. In Revista de Guimarães, 42. Guimarães. pp. 250-285
- VIEGAS, C. (2006) – A cidade romana de Balsa (Torre de Ares-Tavira): (1) A terra sigillata. Tavira: Câmara Municipal de Tavira/Instituto Português de Museus
- VIEGAS, C. (2007) – A cidade de Balsa: investigações recentes. Xelb. Silves. 7. Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve, Percursos de Estácio da Veiga. pp 317-340
- VIEGAS, C. (2008) – Amphora Imports in southern Lusitania (Algarve): recent evidence from urban sites: the town of Balsa. In Rei Cretaria Romanae Fautores Acta (Durres, 2006). pp. 493-504
- VIEGAS, C. (2011) – Ritmos do povoamento e economia do Algarve romano: entre o Mediterrâneo e o Atlântico in O arqueólogo Português, série V, 1
- VIEGAS, C. (2011b) – A ocupação Romana do Algarve. Tese de Doutouramento, Centro de arqueologia da universidade de Lisboa
- VIEGAS, C. (2012) – A cerâmica cinzenta grosseira do Algarve in Cerâmicas hiapanoromanas II Producciones regionales. Universidad de Cádiz
- VILAÇA, R. e PINTO, S. (2012) – Santos Rocha: A arqueologia e sociedade do seu tempo. Figueira da Foz

## 12. Webgrafia

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/6760304/>

